



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade UnB Planaltina – FUP
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e
Desenvolvimento Rural – PPG-MADER

RAILSON BORGES LIMA

**EDUCAÇÃO DO CAMPO, AGROECOLOGIA E O MODO DE VIDA CAMPONÊS:
UMA ANÁLISE SOBRE A PRÁTICA DOS EGRESSOS DA LEDOC/UFPI/CPCE**

PLANALTINA/DF
2023

RAILSON BORGES LIMA

EDUCAÇÃO DO CAMPO, AGROECOLOGIA E O MODO DE VIDA CAMPONÊS:
UMA ANÁLISE SOBRE A PRÁXIS DOS EGRESSOS DA LEDOC/UFPI/CPCE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Faculdade UnB Planaltina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Castagna Molina

Linha de pesquisa: Desenvolvimento Rural Sustentável e Sociobiodiversidade

PLANALTINA/DF

2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Be Borges Lima, Railson
 EDUCAÇÃO DO CAMPO, AGROECOLOGIA E O MODO DE VIDA
CAMPONÊS: UMA ANÁLISE SOBRE A PRÁXIS DOS EGRESSOS DA
LEDOC/UFPI/CPCE / Railson Borges Lima; orientador Mônica
Castagna Molina . -- Brasília, 2023.
 135 p.

 Dissertação(Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Rural) -- Universidade de Brasília, 2023.

 1. Educação do Campo. 2. Egressos. 3. Práxis. 4.
Agroecologia. 5. Modo de vida camponês.. I. Castagna Molina
, Mônica , orient. II. Título.

RAILSON BORGES LIMA

EDUCAÇÃO DO CAMPO, AGROECOLOGIA E O MODO DE VIDA CAMPONÊS:
UMA ANÁLISE SOBRE A PRÁXIS DOS EGRESSOS DA LEDOC/UFPI/CPCE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Faculdade UnB Planaltina como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: 25 de setembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. MÔNICA CASTAGNA MOLINA
Universidade de Brasília
PPGE/FE/UnB
(Orientadora)

Profa. Dra. KELCI ANNE PEREIRA
Universidade Federal do Piauí
LEdoC/UFPI/CPCE
(Examinadora)

Profa. Dra. REGINA COELLY FERNANDES SARAIVA
Universidade de Brasília
PPGMader
(Examinadora)

Prof. Dr. LUIS ANTONIO PASQUETTI
Universidade de Brasília
PPGMader
(Suplente)

AGRADECIMENTOS

A DEUS, que, incomparável e inconfundivelmente, na sua infinita bondade, compreendeu os meus anseios e deu a mim a coragem necessária para atingir meu objetivo. Ofereço o meu porvir e peço forças para sempre agir com eficiência em meus trabalhos e tomar decisões acertadas.

Aos meus PAIS, Rita Borges Leite e Exedito Sobrinho Lima, que me deram a vida e me ensinaram a vivê-la com dignidade, não bastaria um obrigado. A vocês, que iluminaram os caminhos obscuros com afeto e dedicação para que os trilhasse sem medo e cheio de esperança, não bastaria um muito obrigado. A vocês, pais por natureza, por opção e por amor, não bastaria dizer que não tenho palavras para agradecer tudo isso, mas é o que acontece agora, quando procuro sofregamente uma forma verbal para exprimir uma emoção ímpar, uma emoção que palavras dificilmente traduziriam. Eu amo vocês!

Aos meus irmãos, Alane e José Francisco, que me incentivaram e apoiaram com cada palavra de motivação e me ajudaram nos momentos financeiros difíceis, sobretudo durante a graduação.

Aos professores da graduação, em especial às professoras e agora amigas **Kelci Anne Pereira e Valcilene Rodrigues**, as quais me transmitiram seus conhecimentos e suas experiências profissionais e de vida com dedicação e carinho. Às(aos) professores(as) do PPGMADER, pela compreensão, pelo afeto e pelo carinho nas horas de desequilíbrio emocional, em especial à professora **Regina Coely**.

À minha orientadora, professora Mônica Castagna Molina, que me guiou para além das teorias e das técnicas, expresso meu maior agradecimento e profundo respeito, que sempre serão poucos diante do muito que me foi oferecido.

Aos colegas e amigos da turma 2021 do PPGMADER, que compartilharam comigo dias de estudos e expectativas no cotidiano da vida acadêmica, sabendo cultivar uma amizade que o tempo amadureceu, os meus sinceros agradecimentos. E mesmo agora, quando cada um de nós parte em busca de seu caminho, não deixem se apagar ou esmaecer os brilhos do companheirismo e do respeito mútuo.

Aos meus amigos Antônio Marcos e Abinadabe, que me acolheram no ano de 2022, quando me mudei para Brasília. Obrigado pelas horas de descontração e de risadas nos momentos desesperadores. Que a nossa amizade floresça a cada dia.

Aos colaboradores da pesquisa, aos egressos e à coordenação do Curso de Licenciatura

em Educação do Campo da Universidade Federal do Piauí, *Campus* Professora Cinobelina Elvas, pelo acolhimento, pelas parcerias nesses anos de caminhada e pela colaboração no fornecimento dos dados da pesquisa para a construção desta dissertação.

Por fim, agradeço a todos os camponeses e camponesas, à Comissão Pastoral da Terra e seus agentes e a todos os sujeitos e os movimentos sociais do campo que lutam e resistem diariamente pela construção da agroecologia, da Educação do Campo e de um novo projeto sustentável de campo e sociedade no sul do Piauí.

Dedico esta dissertação a todos os estudantes, egressos e professores(as) da LEdoC/UFPI/CPCE, das escolas do campo e aos camponeses e camponesas do sul do Piauí, que me acolheram nas diversas jornadas trilhadas quando aluno da LEdoC como pesquisador e que agora vão continuar através dos laços de vizinhança e de parentesco, somados a seus saberes e toda a ancestralidade da vida no campo.

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é analisar as contribuições da práxis dos egressos do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Piauí, *Campus* Professora Cinobelina Elvas, para a territorialização da agroecologia e fortalecimento do modo de vida camponês na mesorregião de Bom Jesus, sul do Piauí. Focamos nosso olhar em como se dão os reflexos da territorialização camponesa a partir da agroecologia e da Educação do Campo através da práxis dos egressos. Para tanto, a partir da compreensão dos processos de territorialização, alinhada à Educação do Campo e à agroecologia, apoiamos-nos na teoria do conhecimento edificada pelo pensamento marxista, ao trabalharmos as categorias do Materialismo Histórico-dialético totalidade, materialidade, dialética e contradição. A fundamentação teórica da pesquisa foi dividida em quatro partes: 1 - introdução apresentada por meio de um memorial que descreve o meu lugar de fala e o interesse pelo tema, o contexto da pesquisa, a justificativa e a metodologia; 2 - caracterização dos conceitos de território, de campesinato e da questão agrária a partir do olhar sobre o cerrado piauiense; 3 - discussão do projeto Matopiba e seus impactos socioambientais em face da reprodução do modo de vida camponês; 4 - diálogo sobre agroecologia e Educação do Campo, historicizando sua construção e expansão como política pública, ao associá-las às práticas políticas contra-hegemônicas. De maneira mais específica, mostramos como a agroecologia se faz presente na práxis dos egressos do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFPI/CPCE. De forma metodológica, a pesquisa é de cunho qualitativo e participativo, com base no uso dos procedimentos de pesquisa de campo com entrevistas semiestruturadas e rodas de conversa. A análise dos dados foi baseada no uso de descrição densa da realidade a partir de análise comparativa (triangulação de dados após entrevistas) entre os saberes da Educação do Campo e as práticas agroecológicas desenvolvidas pelos egressos, de acordo com o método descritivo-interpretativo. A escolha dos entrevistados foi realizada com base na metodologia *snowball sampling* (amostragem em bola de neve). Como corte temporal, o *corpus* da pesquisa inclui os anos de 2014 a 2021. Após análises desse interstício, constatamos que a contribuição da práxis dos egressos para a territorialização camponesa, através da agroecologia e do fortalecimento do modo de vida camponês na mesorregião de Bom Jesus, torna-se perceptível graças à reconfiguração da matriz formativa do curso que, a partir do segundo semestre de 2017, passou a conceber elementos da arte e da agroecologia como princípios formativos alicerçados na epistemologia da práxis. De forma transversal e dialógica, esses elementos incorporam a unicidade entre teoria e prática, o que potencializa a auto-organização dos estudantes e possibilita maior aproximação das comunidades camponesas e da construção de um novo perfil extensionista dos estudantes, os quais, de acordo com depoimentos de egressos entrevistados, garantiram a continuidade do vínculo com a LEdoC e as comunidades camponesas da mesorregião de Bom Jesus, mesmo após terem concluído o curso. Contudo, o desafio colocado pela pesquisa diz respeito a se pensar formas de influenciar a criação e execução de políticas públicas que possam garantir a formação continuada de egressos que atuam nas escolas de educação básica, de forma que possam se sensibilizar com a possibilidade de promover, cada vez mais, atividades e projetos que motivem a transformação da forma escolar atual por meio da agroecologia. Para tanto, é imprescindível que tenhamos um currículo integrado à concepção formativa da Educação do Campo, que possa dialogar com seus princípios e com suas matrizes formativas.

Palavras-chave: Educação do Campo. Egressos. Práxis. Agroecologia. Modo de vida camponês.

ABSTRACT

The aim of the current study is to analyze contributions from the praxis of graduates with Major Degree in Rural Education (also known as LEdoC), at Federal University of Piauí, Professor Cinobelina Elvas Campus, to territorialize Agroecology and strengthen peasants' way of life in Bom Jesus mesoregion, Southern Piauí State. It was done by focusing on how Agroecology and Rural Education influence peasant territorialization through graduates' praxis. Based on the understanding of territorialization processes, which are in compliance with Rural Education and Agroecology, we adopted the knowledge theory built by the Marxist thinking in order to work on historical-dialectical materialism categories, such as totality, materiality, dialectic and contradiction. The herein adopted theoretical framework was split into four different parts, namely: 1 – an introduction presented through a memorial to describe my own place of speech and interest in this topic, as well as the research context, justification and methodology; 2 – featuring the territory and peasantry concepts, as well as the agrarian issue, by taking into consideration Piauí State's *Cerrado* context; 3 – addressing Matopiba project and its socio-environmental impacts, based on reproducing the peasant way of life; 4 - addressing Agroecology and Rural Education by historicizing both their construction and expansion as public policy, as well as by associating them with counter-hegemonic political practices. More specifically, the current study shows how Agroecology takes place in the praxis of graduates with Major Degree in Rural Education at UFPI/CPCE. In methodological terms, the present research has qualitative and participatory nature, since it was based on field research procedures, semi-structured interviews and conversation circles. Data analysis was carried out through thick description of reality, based on comparative analysis (data triangulation after interviews) between Rural Education knowledge and agroecological practices developed by graduates, in compliance with the descriptive-interpretive method. Interviewees were selected based on the snowball sampling methodology. The timeframe set for the analyzed research *corpus* comprised the period from 2014 to 2021. The analysis applied to this time interval enabled seeing that graduates' praxis contribution to peasant territorialization, through both Agroecology and the strengthening of peasants' way of life in Bom Jesus mesoregion, became noticeable after the course's training matrix was reconfigured in the second semester of 2017, when researchers started seeing art and Agroecology elements as training principles substantiated by the epistemology of praxis. These elements incorporate the unity between theory and practice in a cross-sectional and dialogical way. Consequently, they enhance students' self-organization, increase their closeness to the peasant communities and enables building students' new extensionist profile. According to interviewees, this profile ensured their continuous link to both LEdoC and peasant communities in Bom Jesus mesoregion, even after they graduated. However, the challenge posed by the current research lies on thinking of ways to influence the development and the implementation of public policies capable of ensuring the continuous training of graduates who work in basic education schools, in order to make them aware of the possibility of increasingly promoting activities and projects capable of encouraging changes in the current school format through Agroecology. In order to do so, it is essential having a discipline matrix integrated to the formative concept of Rural Education, so it can dialogue with its principles and formative matrices.

Keywords: Rural Education. Graduates. Praxis. Agroecology. Peasants' way of life.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Mapa do Território Chapada das Mangabeiras	26
Figura 2 –	Inventário das diferentes fisionomias do bioma	31
Figura 3 –	Conflitos no campo - Matopiba (2000 - 2019)	59
Figura 4 –	Fotos de apresentação artística em audiência pública na Câmara de Vereadores do Município de Uruçuí.	61
Figura 5 –	Fotos do Seminário Integrador da LEdoC 2016.1, no auditório do CPCE	81
Figura 6 –	Fotos do Seminário Integrador 2017.1 na escola da comunidade Alto Alegre - Santa Luz-PI	82
Figura 7 –	Fotos do Seminário Integrador da LEdoC 2017.2 na comunidade Vaqueta Gilbués-PI	83
Figura 8 –	Territórios e comunidades de culminância do Seminário Integrador no semestre 2017.2	83
Figura 9 –	Fotos do Seminário Integrador 2018.1 na comunidade São Miguel, município de Júlio de Borges-PI	85
Figura 10 –	Fotos do Seminário Integrador 2018.1 na comunidade Aliança, município de Colônia do Gurguéia	85
Figura 11 –	Fotos do Seminário Integrador 2018.1 na comunidade Cajazeiras, município de Santa Luz	85
Figura 12 –	Fotos de mística e apresentações de grupos teatrais participantes da mostra	86
Figura 13 –	Territórios de culminância do Seminário Integrador nos semestres 2018.2	87
Figura 14 –	Fotos do Seminário Integrador da LEdoC 2019.1 na comunidade quilombola Brejão dos Aipins, Redenção do Gurguéia-PI	88
Figura 15 –	Fotos do Seminário Integrador da LEdoC 2019.1 na comunidade Laranjeiras, Currais-PI	89
Figura 16 –	Auditório da UFPI/CPCE, no I Seminário Matopiba Perspectivas Populares em abril de 2016	91
Figura 17 –	Foto à esquerda, Roda de Prosa II “A questão agrária no sul do Piauí sob os impactos do PDA Matopiba”; à direita, mística de abertura do Seminário Matopiba”	92
Figura 18 –	Fotos de oficinas de teatro político	101
Figura 19 –	Fotos de aulas de campo	103
Figura 20 –	Fotos da implantação ao manejo e colheita no SAF da Escola João Vieira da Silva	112

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Diálogo metodológico entre questões orientadoras da pesquisa, objetivos específicos e procedimentos metodológicos adotados	35
Quadro 2 –	Perfil dos egressos colaboradores da pesquisa	37
Quadro 3 –	Principais obras e respectivos autores relacionados ao tema da pesquisa	40
Quadro 4 –	Pesquisas de mestrado dos egressos da LEdoC/UFPI/CPCE	94

TABELA

Tabela 1 –	Lista de disciplinas que debatem a Agroecologia	80
-------------------	---	----

LISTA DE SIGLAS

ABA - Associação Brasileira de Agroecologia
ENA - Encontro Nacional de Agroecologia
ANA - Articulação Nacional de Agroecologia
ArREPIA - Articulação e Rede Piauiense de Agroecologia
AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Tecnologias Alternativas
APIM - Articulação de Povos Atingidos pelo Matopiba
CBA - Congresso Brasileiro de Agroecologia
CMAPO - Comissão Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Teresina
CNBB - Conferência Nacional de Bispos do Brasil
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPCE - *Campus* Professora Cinobelina Elvas
CPOrg/PI - Comissão da Produção Orgânica no Estado do Piauí
CPT - Comissão Pastoral da Terra
EDOC - Educação do Campo
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
EBAA- Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa
FETAG - Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Piauí
FUP - Faculdade UnB Planaltina
FONEC - Fórum Nacional de Educação do Campo
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LABOER - Laboratório de Estudos Rurais
LEdoC - Licenciatura em Educação do Campo
MATOPIBA - Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
MAB - Movimento Agroecológico Brasileiro
MSTTR - Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
NAGU - Núcleo de Agroecologia e Arte do Vale do Gurgueia
NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
NUPESCC - Núcleo de Pesquisas e Estudos das Comunidades Camponesas
ONG - Organizações Não Governamental
UFPI - Universidade Federal do Piauí
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFS - Universidade Federal de Sergipe
UnB - Universidade de Brasília
PARFOR - Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica

PDA - Plano de Desenvolvimento Agropecuário

PIB - Produto Interno Bruto

PROCAMPO - Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo

PRONERA - Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária

PPP - Projeto Político Pedagógico

SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

SEPLAN - Secretaria de Estado do Planejamento

SAF - Sistema Agroflorestal

TU - Tempo Universidade

TC - Tempo Comunidade

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Primeiro contato com a Educação do Campo: reconhecimento, vivências e desafios	15
1.1.1 Contextualização do tema	19
1.1.2 Justificativa	25
1.2 Caminho metodológico	31
1.2.1 Contexto da pesquisa	31
1.2.2 Objeto, problemática e objetivos	32
1.2.3 Análise dos dados	36
1.2.4 Estrutura da pesquisa	39
2 TERRITÓRIO, CAMPESINATO E QUESTÃO AGRÁRIA: UMA MIRADA DESDE O CERRADO PIAUIENSE	43
2.1 A Comissão Pastoral da Terra e a questão agrária no sul do Piauí	49
2.2 As políticas públicas para o campo no Brasil e os últimos governos no século XXI	50
2.3 O modo de vida e a produção camponesa	52
2.4 A educação em face do capital	55
3 O MATOPIBA E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS	57
3.1 Os processos de resistências: universidade em disputa e agroecologia	66
4 DIÁLOGOS SOBRE AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO	68
4.1 Compreendendo a construção da agroecologia como ciência, movimento e prática social	68
4.1.1 Agroecologia no Piauí	73
4.2 Construção e expansão da Educação do Campo como política pública contra-hegemônica no Brasil	74
4.3 Construção da agroecologia e da Educação do Campo na UFPI/CPCE	78
4.3.1 O Núcleo de Agroecologia e Arte do Vale do Gurgueia – NAGU	90
4.4 Agroecologia e territorialização camponesa na mesorregião de Bom Jesus/PI: uma análise acerca da práxis dos egressos da LEdoC/CPCE	94
4.4.1 A práxis nas escolas	100
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 115	
REFERÊNCIAS	117
Apêndice – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	125
Anexo 1 – Roteiro de entrevistas semiestruturadas com os egressos da LEdoC/CPCE	127
Anexo 2 – Carta ao Núcleo de Agroecologia e Arte do Vale do Gurgueia - NAGU	128
Anexo 3 – Trabalho de Conclusão de Curso dos egressos da LEdoC/UFPI/CPCE vinculados ao NAGU ...	129
Anexo 4 – Vídeos/documentários produzidos pelos egressos no âmbito do projeto Cenas Camponesas ...	131
Anexo 5 – Matriz curricular do curso da LEdoC - Ciências Humanas e Sociais	133

1 INTRODUÇÃO

1.1 Primeiro contato com a Educação do Campo: reconhecimento, vivências e desafios

*A cabeça pensa onde os pés pisam.
Freire*

A proposta da presente pesquisa é caracterizar experiências agroecológicas desenvolvidas por egressos do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), *Campus* Professora Cinobelina Elvas (CPCE), os quais atuaram ou atuam no Núcleo de Agroecologia e Artes do Vale do Gurguéia (NAGU). São objeto de análise os seguintes temas: Educação do Campo, modo de vida camponês, agroecologia e territorialização camponesa. Assim, o objetivo inicialmente proposto foi **analisar as contribuições da práxis dos egressos da LEdoC/UFPI/CPCE para a territorialização da agroecologia e o fortalecimento do modo de vida camponês na mesorregião de Bom Jesus, sul do estado do Piauí.**

O interesse pela realização da pesquisa partiu do desejo em aprofundar a temática da agroecologia, da Educação do Campo e do Modo de Vida Camponês. Ainda durante a graduação, através do trabalho de conclusão de curso intitulado “Produção e Reprodução do Modo de Vida Camponês da Comunidade São José, em Redenção do Gurguéia-PI”, evidenciou-se a forma de organização social, cultural e política desse modo de vida, a partir das relações estabelecidas entre a vida material e a terra. Nesse estudo utilizamos noções de território para compreendê-lo como espaço de fortalecimento das comunidades camponesas, ao mesmo tempo que entendemos as mudanças ocorridas no modo de vida dos povos e comunidades que se apresentam pelos aspectos produtivos, culturais e sociais da vida dos sujeitos camponeses. O estudo da graduação foi fundamental para a compreensão de que o modo de vida camponês passa pela dimensão agroecológica para se sustentar e se territorializar.

Minha caminhada na Educação do Campo teve início em 2016, aos dezessete anos de idade, logo após a conclusão do ensino médio em dezembro de 2015. Ainda em outubro do mesmo ano, fui motivado pelo professor Ranchimit Batista Nunes, coordenador da LEdoC à época, a prestar o vestibular para Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), até então chamado PROCAMPO – Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo. Meus pais, camponeses de origem, também desempenharam um papel significativo nessa motivação, tendo em vista ter sido um ano de incertezas, pois também aguardava o resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Mesmo sem nenhum conhecimento da proposta pedagógica do curso, resolvi prestar o vestibular em outubro de 2015. Era a primeira oportunidade de ingresso em curso superior numa universidade pública, tendo em vista que meus pais não tinham dinheiro para pagar uma faculdade particular. A renda adquirida na roça mal dava para o sustento familiar.

Por outro lado, fui guiado pelo desejo de obter um emprego, de ajudar meus pais e de contribuir para a manutenção da renda familiar, pois não tínhamos assistência técnica ou acesso a políticas públicas que justificassem continuar trabalhando no campo. Assim, eu e meus dois irmãos fomos forçados a sair do campo para que pudéssemos cursar o ensino médio na cidade, pois este não era oferecido na escola que frequentávamos, fato que inviabilizou a manutenção da vida no campo.

Então, em dezembro de 2015, fui comunicado da minha aprovação no vestibular. Imediatamente organizei a documentação e fiz a matrícula, mesmo sem perspectivas a respeito da minha manutenção na universidade, pois o *campus* não tinha alojamento. Assim, precisava de dinheiro para pagar aluguel, água, luz, para comprar comida, além de outros gastos. Apesar disso, o desejo de ingressar na universidade e de ter um curso superior era maior que os desafios. Em contrapartida, queria aproveitar o “gás” e a “energia” do ensino médio para não me acomodar e deixar de estudar.

Após a matrícula, soube da aprovação de um grupo de pessoas do curso que moravam no meu município, e então, resolvemos nos organizar e contratar um ônibus para nosso deslocamento até a universidade, a qual estava a 65 km do nosso município, Redenção do Gurguéia-PI.

As aulas tiveram início em janeiro de 2016, e lá fomos nós conhecer e nos adaptar ao espaço acadêmico. Ao ingressar no curso, comecei a entender que se tratava de um estudo voltado para camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e assentados da Reforma Agrária. Era um curso novo, implantado no *campus* da Universidade Federal do Piauí (UFPI) do município de Bom Jesus, no ano de 2014, com habilitação na área de Ciências Humanas e Sociais, com o objetivo de formar educadores para atuarem nas escolas do campo, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. A licenciatura oferecia disciplinas concentradas em dois meses de aula na universidade – período chamado de Tempo Universidade - TU – e dois meses desenvolvendo trabalhos e pesquisas nas comunidades – período denominado de Tempo Comunidade - TC. Em outras palavras, era uma

formação orientada pela perspectiva da chamada Pedagogia da Alternância¹, a qual demorei muito para entender.

Com o passar do tempo, comecei a gostar do curso, pois percebi que envolvia uma formação que interagiu com pessoas, com o meio ambiente e com toda a sociedade. Porém, passei pelo primeiro e segundo períodos sem saber o que realmente queria. Foi a partir do terceiro período que comecei a me engajar na luta do movimento estudantil e a fazer parte das instâncias deliberativas do curso, o que me fez reconhecer sua proposta pedagógica e a formar novas amizades com alunos de outras formações dentro da universidade.

Esses processos de auto-organização e reconhecimento me mostraram que a visão de totalidade do curso dava-se no extracurricular, pois ajudou-me a entender o âmbito curricular. No entanto, a dinâmica da luta social e da mística como princípios educativos, associadas à materialidade de origem da Educação do Campo, só foram construídas com o ingresso de novos docentes no ano de 2017. Antes disso, essas dinâmicas eram inexpressivas nas aulas. Tais processos potencializaram a manutenção da LEdoC, pois contribuíram para o reconhecimento e emancipação dos estudantes dentro do curso.

Entre os desafios e dificuldades enfrentados depois do ingresso na vida acadêmica está o processo de migração e adaptação à cidade universitária e a assistir aulas durante todo o dia. Como dito anteriormente, tive dificuldades em entender a proposta pedagógica do curso e, acima de tudo, em adaptar-me a todas as exigências burocráticas da universidade.

Contudo, minha inserção nas instâncias políticas do curso e no movimento estudantil foi fundamental para a superação de tais desafios e adaptações, bem como para o reconhecimento da minha identidade como sujeito camponês, assim como para compreender minha própria realidade do ponto de vista da consciência crítica. Consegui enxergar as opressões e as expropriações sofridas pelos trabalhadores camponeses, pois, até então, vivia imerso em uma outra realidade.

Foi somente a partir do quarto período na universidade que me identifiquei com o curso. Percebi que ali era o meu lugar de destino, pois, como filho de camponês, teria a oportunidade de enxergar novas possibilidades de construção da vida no campo. Após esse período, com as práticas agroecológicas e de teatro político realizadas nos projetos de extensão, fui compreendendo o

¹ “Os tempos educativos divididos em dois períodos – Tempo Escola e Tempo Comunidade – asseguram, nos projetos, a dimensão da indissociabilidade entre os conhecimentos sistematizados no ambiente escolar e/ou acadêmico e os conhecimentos presentes e historicamente construídos pelos camponeses, nos seus processos de trabalho de organização das condições de reprodução da vida no campo e nos processos organizativos de classe” (SANTOS, 2012, p. 634).

caráter político da Educação do Campo voltado para a transformação e emancipação social dos camponeses. Através dessa trajetória de formação política com base na Educação do Campo, consegui estabelecer um vínculo orgânico com a universidade e com os sujeitos camponeses. Tal vínculo me fez continuar participando dos projetos e das ações da universidade mesmo depois de concluir a graduação no ano de 2019.

A partir dessas práticas, percebi o caráter comunicativo da extensão para a produção de pertencimento à LEdoC, pois sua função social é formar, informar e organizar os povos e as comunidades para que atuem na defesa e na manutenção de seus territórios. Tal sentimento de pertencimento revela um salto qualitativo na formação dos estudantes, pois lhes permite criar um vínculo orgânico com o curso e com as comunidades, produzindo processos de resistência e de consciência de classe.

A formação desse vínculo contribuiu para que eu pudesse continuar atuando e colaborando em projetos de extensão do curso, a exemplo do Coletivo Cenas Camponesas², coordenado pela professora Kelci Anne Pereira, ao qual me juntei logo no segundo ano da graduação. Desde então, venho participando e contribuindo ativamente nas ações e realizando diversas práticas de territorialização pelo sul do Piauí, as quais vão da universidade às comunidades camponesas.

No grupo Cenas Camponesas, a agroecologia é um debate importante na universidade e no teatro, pois fortalece a luta dos sujeitos sociais no enfrentamento das perspectivas de desenvolvimento na região e de resistência diante dos conflitos numa área de fronteira agrícola. Por outro lado, a arte na perspectiva teatral é entendida como arma na luta camponesa e como elemento de resistência dos povos do campo e de emancipação humana (VILLAS BÔAS; PEREIRA, 2019) para o fortalecimento de territórios camponeses, mobilização de organizações e engajamento no processo de regularização fundiária. Essas entidades são motivadas a assumirem uma posição no front cultural que ajude no avanço do movimento agroecológico.

A LEdoC oferece ainda outros projetos e núcleos de extensão e de pesquisa que são alicerçados na agroecologia como via para a territorialização camponesa, a exemplo do projeto “Semeando Agroecologia: resgate de sementes, saberes e sabores”, coordenado pela professora Valcilene Rodrigues, e o Núcleo de Pesquisas e Estudos das Comunidades Camponesas –

² Trata-se de um projeto de extensão, o qual desenvolve ações e projetos ligados ao tema do teatro político. Na UFPI, o projeto integra o Programa de Extensão NAGU - Núcleo de Agroecologia e Arte do Vale do Gurgueia. Em âmbito interinstitucional, realiza-se em cooperação com o programa de extensão Terra em Cena da UnB. O trabalho do coletivo está pautado em elementos da arte como direito humano e instrumento de luta na disputa de um projeto de campo e de sociedade como experiência estética fundamental para a ampliação da capacidade de metaforizar a vida (LIMA; PEREIRA, 2020).

NUPESSC. A atuação conjunta e coletiva desses projetos e núcleos ajudaram a dar vigor e intencionalidade à temática dos seminários integradores realizados durante o Tempo Comunidade, no sentido de conectar conteúdos teóricos das Ciências Humanas e Sociais às práticas das comunidades.

O Semeando Agroecologia propiciou várias experiências que ajudaram a realçar e a fortalecer a soberania alimentar nas comunidades, ao abordar de forma crítica o estudo de paisagens pela desconstrução do discurso regionalmente dominante do agronegócio como elemento de desenvolvimento, além de proporcionar o resgate de memórias e de sementes crioulas. Ao longo do projeto, pudemos identificar várias mulheres guardiãs de sementes em seus territórios.

Graças a essas experiências, hoje posso afirmar que tenho um vínculo orgânico de formação política para com a Educação do Campo. Entendo o trabalho e a cultura camponesa como matrizes formativas e princípios educativos que são dimensões fundamentais para a territorialização e o fortalecimento do modo de vida camponês.

1.1.1 Contextualização do tema

A Licenciatura em Educação do Campo tem uma dupla intencionalidade pedagógica, pois está fundamentada em um projeto educativo popular da pedagogia socialista e da alternância. Tal projeto vai além do simples planejamento de conteúdo, pressupõe que processos de ensino-aprendizagem devem ocorrer de forma contextualizada com a materialidade de origem de vida dos estudantes, “com um projeto pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo”, como afirmam Arroyo, Caldart e Molina (2011, p. 27).

A Educação do Campo surgiu no contexto da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho de 1998, quando passou a ter essa denominação, em virtude das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília, de 26 a 29 de novembro de 2002, e dos debates da II Conferência Nacional, em julho de 2004 (CALDART *et al.*, 2012).

Como afirmam Lima *et al.* (2020), em pesquisa publicada no XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, a Educação do Campo constitui-se como fenômeno histórico da realidade brasileira. Ela forma intelectuais orgânicos da classe trabalhadora para se tornarem sujeitos investigadores dos processos de opressão verificados em suas próprias realidades. A exemplo disso,

As pesquisas acerca da Educação do Campo no Brasil, nos últimos anos, como destacam Molina (2015) e Arroyo, Caldart e Molina (2011), têm definido esse saber como prática de liberdade que condiciona processos formativos a partir de

um referencial teórico-metodológico em conformidade com a pedagogia da alternância, articulando dois tempo-espço formativos: o Tempo-Universidade (TU), que possui uma abordagem teórica, com debates em sala de aula, e o Tempo-Comunidade (TC), pensado a partir da relação direta com as comunidades e os movimentos sociais. Esse processo eleva a mediação do conhecimento através de práticas de ressignificação cultural e de produção agroecológica, associando os saberes acadêmicos aos saberes populares (LIMA *et al.*, 2020, p. 2).

Nesse contexto, a Educação do Campo define-se, no processo histórico da luta pela terra, como práxis política emancipatória, fundamentada nos princípios das pedagogias socialista, do movimento, do oprimido e da alternância. Seu objetivo é dar voz e sentido à luta dos povos por um novo projeto popular de sociedade, de produção agroecológica, de respeito para com o meio ambiente e com a vida.

Assim, a agroecologia como matriz política formativa e como princípio educativo vincula-se à materialidade de origem da Educação do Campo, uma vez que se relaciona à cultura, à luta e ao trabalho coletivo, pois coopera com a construção de um novo projeto sustentável de campo e de sociedade, que respeita a vida e o meio ambiente. Essa formação educativa e a aposta em um novo projeto de desenvolvimento sustentável para o campo é fundamental para alterar as correlações de forças e o rompimento com a lógica de desenvolvimento concentrada na ordem do capital que avassala o imaginário camponês mediante a instauração de um processo revolucionário social e político comandado pela classe trabalhadora.

Dessa perspectiva, pode-se afirmar que a agroecologia é um aspecto central da Educação do Campo e da LEdoC, no que diz respeito ao compromisso social e à intencionalidade político-pedagógica desse tipo de Licenciatura. As LEdoCs têm como vocação e compromisso histórico formar educadores do campo que atuem na transformação das escolas rurais em escolas do campo (MOLINA, 2012), bem como no fortalecimento dos territórios camponeses. A agroecologia é um aspecto desse fortalecimento territorial, pois propicia autonomia relativa ao campesinato em seus processos produtivos, organizativos e educativos. Ela deve estar presente como chave de leitura da realidade e ser ensinada de modo transversal em todas as disciplinas, assim como deve ser utilizada para fundamentar a conexão entre escola e vida no Projeto Político Pedagógico – PPP da escola.

Diante dessas considerações, partimos do pressuposto de que a agroecologia se apresenta como contraponto ao modo de produção capitalista, pois tem como base o modo de vida, a ciência, o movimento e a prática (WEZEL *et al.*, 2009) de fomento à sustentabilidade, para evitar os efeitos da crise ambiental, política e ideológica. Isso se dá considerando os aspectos ambientais, sociais, econômicos, políticos e culturais, bem como a busca pela construção da autonomia e emancipação dos sujeitos.

A construção de caminhos alternativos de desenvolvimento, como a agroecologia, exige processos de rotação de cultura, a exemplo de algumas técnicas de produção da agrobiodiversidade, tais como adubação verde, consórcios vegetais, integração de sistemas animais e vegetais, sistemas agroflorestais – SAFs, entre outras, que juntas realçam a agroecologia como caminho para a socioagrobiodiversidade. Ela exige ainda a integração de diferentes atores, grupos e organizações sociais no sentido de buscar sinergias para o enfrentamento das ideologias dominantes de monoculturas da mente na natureza (SHIVA, 2003).

Esse processo de integração remete à organização política do campesinato e visa à elaboração de narrativas combativas, contra-hegemônicas e emancipadoras que resultam da escolha consciente e deliberada na utilização de linguagens artísticas como arma na linha de frente cultural. Tal escolha torna-se perceptível na cultura em movimento, que passa pela educação estético-ideológica dos sujeitos em movimento, a exemplo do que acontece na Via Campesina. Ela faz com que o movimento agroecológico aprenda com seu legado artístico cultural (BASTOS; GONÇALVES, 2015).

Partimos dessa dimensão cultural por acreditarmos que o campesinato tem um estilo de vida próprio. Seu próprio modo de vida preserva a autonomia dos camponeses, mesmo que relativa, pois tem a cooperação entre seus membros como prática, além de uma relação completamente diferente com a agricultura, a qual vai além dos aspectos econômicos (SHANIN, 1980). Contudo, esse modo de vida depende cada vez mais, da organização sociopolítica e da resistência para que exista e permaneça.

Com essa dimensão cultural, a agroecologia é potencializada pela Educação do Campo, pois propicia a articulação entre universidades, escolas e comunidades camponesas; portanto, a alternância torna-se o elo desse diálogo. A Educação do Campo é fruto da luta pelos direitos de camponeses de acesso a uma educação contextualizada à sua realidade de vida e protagonizada pelos movimentos sociais e pela práxis desse sujeito coletivo educador.

Para entendermos as contradições presentes na luta de tais movimentos, precisamos recorrer às marcas de desigualdade produzidas pelo sistema agrário brasileiro ao longo da história. É válido ressaltar que a expansão do capital no campo no Brasil desencadeou-se por meio da Revolução Verde. Tal revolução é identificada como a conversão tecnológica que ocorreu com a introdução de pacotes tecnológicos que, por sua vez, redundaram na base técnica da agricultura de *commodities*, apoiadas por subsídios estatais (CABRAL; PANTOJA, 2021).

Contudo, é importante considerarmos que não se trata apenas de uma conversão tecnológica. A Revolução Verde consagrou-se também por um processo de conversão mental, ou da implantação da monocultura mental que foi semeada pela indústria cultural (BASTOS; GONÇALVES, 2015). Essa aliança de capitais – o agrário-industrial e o midiático – ainda hoje é fundamental para a construção da hegemonia do capital no campo.

Conforme salientam Cabral e Pantoja (2021), os desdobramentos e os propósitos políticos da Revolução Verde, centrados na dimensão de narrativas épicas financiadas pelo Estado e difundidas pela indústria cultural (ADORNO; HORKHEIMER, 2006), perpetuam-se nos campos de conflitos, impondo uma cultura alimentar e uma nova ordem de trabalho distinta das relações de reciprocidade com a terra e da partilha dos meios de produção. As narrativas da Revolução Verde atravessam fronteiras por meio de um movimento de cima para baixo, que enquadra a ciência de forma a justificar o ideário desenvolvimentista.

Essa ideia de desenvolvimento (SVAMP, 2019; PORTO-GONÇALVES, 2019) impõe uma nova ordem de trabalho baseada na produção em grande escala e na racionalidade moderna, centrada na lógica do mercado e da indústria. Desse modo, a expansão do capital no campo constitui uma herança cultural da modernidade. Tem sua origem na Idade Média e no colonialismo; conseqüentemente, foi alavancada pelo processo de modernização da agricultura, por meio da Revolução Verde, na segunda metade do século XX (WOLFORD, 2021).

Assim, foi possível perceber um ciclo contínuo do crescimento capitalista que impôs uma nova ordem de trabalho, ou seja, teve como objetivo separar a natureza do ser humano. No Brasil, a ascensão da técnica produzida pela ciência ocidental sobre os saberes tradicionais revelou uma descontextualização dos conhecimentos locais, deixando-o numa posição de dominação e subordinação, expressa pela “maximização da abstração do conhecimento técnico ambiental” (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 136). Ao propor a aproximação entre as sabedorias tradicionais e o conhecimento etnoecológico, Toledo nos mostra que os saberes são parte da cultura e da natureza, alimentados em rede pelo sistema de crenças, nas suas relações internas e externas.

Esse padrão de colonialidades do poder e do saber (SILVA, 2021) no estado do Piauí tem sido demandado pelo agronegócio através da venda de terras para produção de *commodities*, da alta especulação imobiliária e da “estrangeirização” das terras³. “A destruição ambiental causada pelo agronegócio tem como base a especulação com terras agrícolas. Uma das regiões de Cerrado que

³ Esse processo consiste na “compra de terras por estrangeiros”, [...] “com o monopólio das cadeias produtivas pelas empresas, desde a produção de sementes, controle da tecnologia, à comercialização dos produtos”, [...] “como forma de consolidar grandes extensões de terra, seja para monocultivo, seja para especulação” (CHÁ, 2016, p. 32).

sofre maior impacto é o Matopiba, que inclui os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia”. Para tanto, “a aquisição de terras por empresas financeiras nacionais e estrangeiras fortalece o poder do agronegócio” (STEFANO; LIMA; MENDONÇA 2020, p. 3).

O projeto de desenvolvimento implementado no sul do Piauí, denominado Matopiba, (situado na fronteira de expansão do agronegócio brasileiro na porção nordeste do bioma Cerrado), vem provocando mudanças significativas no espaço agrário regional desde 2003 (FAVARETTO *et al.*, 2019b). Os impactos provocados são de ordem econômica, política, cultural, entre outras, e acabam influenciando e aprofundando a desigualdade social, dado o processo de concentração fundiária que ameaça e expropria o campesinato.

A partir do fortalecimento da burguesia agrária e do processo de acumulação do capital, é possível verificar a tensão que o agronegócio sojicultor sofre para sobrepor-se aos interesses da agricultura camponesa majoritária na região. Esse setor inseriu-se na lógica de capitais internacionais e colocou em risco sua forma de produção e de reprodução social. Tal processo instaurou uma tensa dinâmica de conflitos no território camponês.

Os processos de desigualdades expressam-se pela coalizão de forças sociais em torno de uma cultura patrimonialista que tem consagrado narrativas monoculturais e o poder das elites agrárias. Essa coalizão busca afirmar tal projeto de desenvolvimento, o qual é suportado por meio das narrativas sobre uma economia política que favorece a acumulação produtiva e a concentração fundiária (FAVARETTO *et al.*, 2019b).

Logo, a pesquisa está situada em um contexto no qual as comunidades da mesorregião de Bom Jesus sofrem o impacto direto do desenvolvimento agrário, porém observamos que elas resistem e continuam produzindo e reproduzindo-se em seus territórios. Tal cenário evidencia o movimento contraditório expresso pelo próprio modo de produção capitalista.

Vale destacar que as contradições são também internas ao campesinato. Não se trata de simples oposição entre modo de produção camponês x burguês. Há a cooptação de mentes e de corações, pois o projeto educativo do capital, dimensionado pelo agronegócio, é forte e tem invadido o imaginário camponês. Assim, precisamos discutir “resistência” como processo de idas e vindas, como avanços e retrocessos, assim como buscar entender esses movimentos para fortalecer a luta popular.

De acordo com a proposta do presente estudo, os conflitos entre capital e trabalho no campo, na mesorregião de Bom Jesus, sul do Piauí, mostram-se bastante agudos e impedem ou dificultam a reprodução social dos povos e das comunidades camponesas. No coração desse

conflito, encontra-se a disputa permanente do agronegócio pelos meios de produção e a terra, bem como pelos bens simbólicos, atuando sistematicamente para expropriar os camponeses piauienses. Isso é feito tanto para destinar as terras ao plantio de *commodities* (soja) quanto para a especulação imobiliária, através da compra e venda de terras para acumulação de capital. Esse processo pode ser bem definido pelo binômio sintetizado por Oliveira (2016), quando explicita que a lógica do agronegócio termina por produzir a monopolização dos territórios e a territorialização dos monopólios.

Tais conflitos se dão permanentemente em função da concentração fundiária, expropriação dos territórios camponeses revelada pela subordinação ao mercado e pela venda da força de trabalho no mercado urbano. No caso do sul do Piauí, esse processo de proletarização nos leva a uma reflexão mais aprofundada, pois as atividades exercidas pelos camponeses fora das comunidades são entendidas como formas de complementação da renda, por meio da combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, o que é denominado por Silva (2021) de pluriatividade.

A pluriatividade passa a ter um papel importante na reprodução camponesa e na sustentabilidade de sua base produtiva, pois, na medida em que as famílias passam a combinar a agricultura com atividades não agrícolas, tendem a atenuar a pressão sobre bens naturais dos agroecossistemas, em sua maioria minifúndios. Além disso, “ao promoverem a ocupação da força de trabalho e a geração de renda, as atividades não agrícolas colaboram para a permanência das famílias no campo” (SILVA, 2021, p. 91).

Essa afirmação nos leva a refletir sobre algo que acontece no contexto das comunidades do sul do Piauí, pois muitos camponeses vendem sua mão de obra fora dos agroecossistemas. Contudo, embora se encontrem subordinados, os camponeses não estão alienados, pois continuam vivendo e produzindo na terra, adotando a família como unidade de reprodução do trabalho na terra, revelando uma imensa contribuição para a sustentabilidade dos agroecossistemas e a reprodução do modo de vida camponês (SOUSA; SILVA, 2022).

A busca por formas alternativas de geração de renda evidencia a resistência e permanência no campo, pois “o trabalho externo se torna, na maioria dos casos, uma necessidade estrutural, isto é, a renda obtida nesse tipo de trabalho vem a ser indispensável para reprodução não só da família como do próprio estabelecimento” (WANDERLEY, 1999, p. 48-49).

Segundo Silva (2021), a pluriatividade contribui para a conservação dos recursos naturais e a reprodução socioeconômica dos camponeses. Isso é perceptível no contexto da práxis dos egressos, pois o caráter participante da pesquisa nos permite afirmar isso em primeiro momento.

Nesse processo da pluriatividade, os camponeses transitam desenvolvendo diversas atividades, a exemplo do extrativismo do buriti e do coco babaçu, que é construído de forma ancestral e potencializa o modo de vida, tornando-os guardiões do cerrado (DIAS *et al.*, 2021).

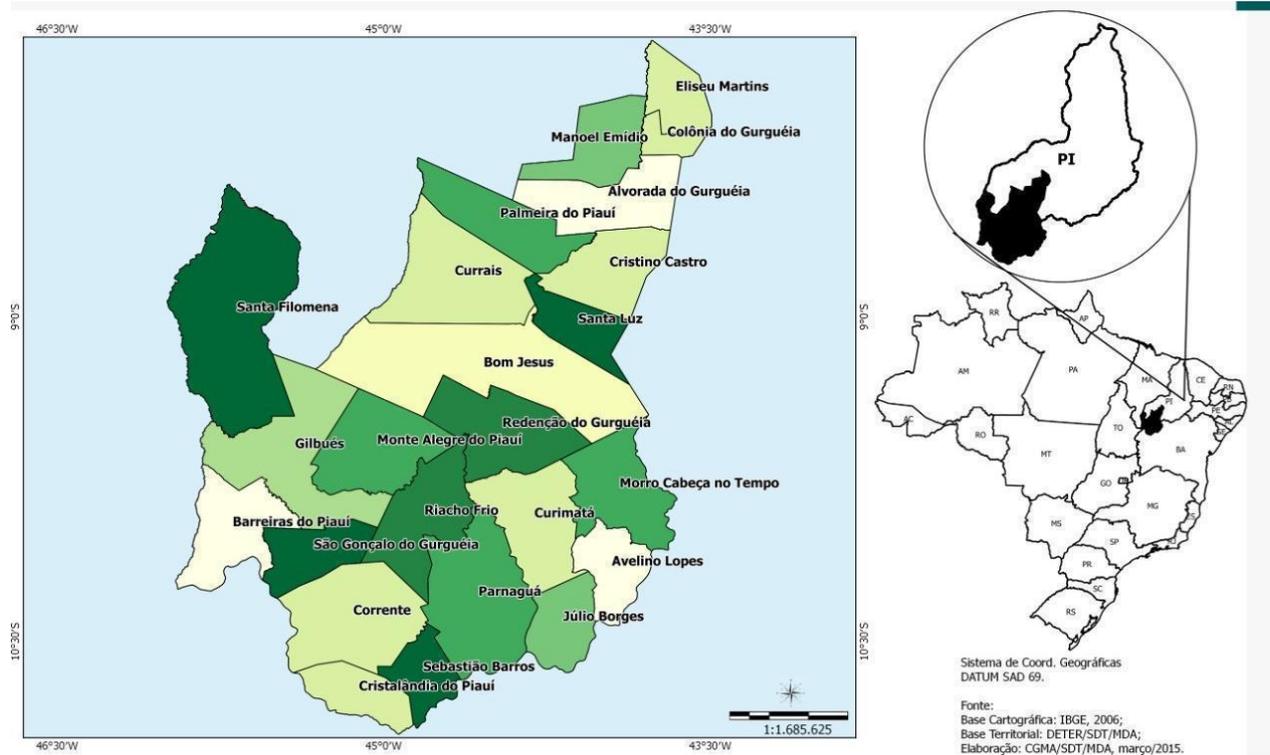
Evidenciar essas contradições e implicações da territorialização do capital no campo, sobretudo do agronegócio, na organização do trabalho camponês e nos seus modos de vida é um dos fundamentos que justificam a necessidade da pesquisa e colaboram para acumular forças de resistência. Asseguramos que o incentivo à resistência e ao direito de escolha por formas diversificadas de produção, como a agroecologia, que conduz à sustentabilidade, à autonomia e à diversidade de saberes, fortalece o modo de vida, a autonomia, a segurança e a soberania alimentar dos camponeses.

1.1.2 Justificativa

Considerando a mesorregião de Bom Jesus, território Chapada das Mangabeiras no sul do Piauí, como recorte territorial, o lócus da pesquisa torna-se a práxis dos egressos da Licenciatura em Educação do Campo da UFPI-CPCE vinculados ao NAGU. A práxis desses egressos situa-se em um contexto de disputa, na urgência de preencher uma lacuna exposta no espaço acadêmico, no campo e em todo o território, no que diz respeito à disputa de imaginários e de resistência na área de fronteira agrícola e de expansão do agronegócio no sul do Piauí. Não há estudos feitos por pesquisadores camponeses sobre essa realidade na região, sobretudo estudos que destaquem a dialética trabalho x capital, reconhecendo os processos de resistência que ali se dão, desde as veredas, nos baixões, aos gerais, nas chapadas.

A mesorregião de Bom Jesus descrita aqui é composta por 24 municípios localizados dentro do território Chapada das Mangabeiras, com base na nomenclatura dada pelo estado, e na Chapada das Nascentes, na visão concebida pelos camponeses, quais sejam: Alvorada do Gurguéia, Avelino Lopes, Barreiras do Piauí, Bom Jesus, Colônia do Gurguéia, Corrente, Cristalândia do Piauí, Cristino Castro, Curimatá, Currais, Eliseu Martins, Gilbués, Júlio Borges, Manoel Emídio, Monte Alegre do Piauí, Morro Cabeça no Tempo, Palmeira do Piauí, Parnaguá, Redenção do Gurguéia, Riacho Frio, Santa Filomena, Santa Luz, São Gonçalo do Gurguéia e Sebastião Barros. A apresentação de todos esses municípios é necessária, uma vez que todos eles contam com egressos da LEdoC UFPI/CPCE. 7

Figura 1 – Mapa do Território Chapada das Mangabeiras



Fonte: CGMA/SDT/MDA/março/2015.

Como podemos observar no mapa, o município de Bom Jesus está inserido no centro do território e consagra-se como polo regional e de referência para serviços básicos, como saúde, educação e comércio, para todos os outros municípios. Ele é acompanhado da cidade de Corrente, que possui mercados de consumo de igual tamanho e é cercada de empresas que representam a pujança do agronegócio nessa região.

O território da Chapada das Mangabeiras, como é concebido na visão do estado, foi criado em 1993 por meio do Decreto Estadual nº 5.329. Está localizado na divisa entre o sul dos estados do Piauí, Maranhão e Tocantins, e oeste da Bahia. Constitui importante acervo cultural e de conservação natural, pois forma uma importante bacia hidrográfica, que é afluente dos rios Tocantins, Parnaíba e São Francisco. Integram-se ainda a esse território parte do corredor ecológico do Jalapão, a Serra das Confusões, nascentes do Rio Uruçuí Preto e o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba – todos registrados como áreas de proteção ambiental.

A opção dos camponeses por lutarem para mudar o nome do território para Chapada das Nascentes teve início em 2010, quando o termo foi usado pela primeira vez durante uma atividade da CPT – Comissão Pastoral da Terra no município de Barreiras do Piauí, juntamente com a Caritas, organização humanitária ligada à igreja católica. A partir de então, iniciou-se um processo de reconhecimento dos camponeses, criando um projeto chamado Filhos das Nascentes, que se

transformou posteriormente na Associação Filhos das Nascentes. Isso ocorreu por entenderem que eles são guardiões e protetores dessas nascentes, pois estão dentro do município onde nasce o rio Parnaíba, e cercados por outros rios, como o Gurguéia, Uruçuí Preto e Vermelho, Taquara, Corrente e Paraim, que formam uma grande bacia hidrográfica na região, que abastece a Lagoa do Parnaguá.

Logo, essa proposta dá visibilidade aos baixões, aos povos ribeirinhos, brejeiros, indígenas, vazanteiros, geraizeiros, indígenas, quilombolas, veredeiros, assim como às comunidades que estão situadas nas áreas em que surgem as nascentes. A água dessas nascentes é patrimônio desses povos e é utilizada para consumo humano e de animais, bem como para tomar banho, cozinhar e fazer seus remédios caseiros de ervas medicinais.

Diante disso, a denominação Chapada das Nascentes foi incorporada aos debates e às ações da CPT, junto com os camponeses, como bandeira de luta. Nesse sentido, foram criados diversos projetos de recuperação de nascentes no sul do Piauí, entre eles, os Filhos das Nascentes. Mais adiante, após anos de luta e de resistência pela mudança do nome e, conseqüentemente, depois da realização do primeiro Seminário Matopiba Perspectivas Populares em 2016, e do segundo, em 2019, os camponeses organizados – reunidos no Encontro dos Povos Atingidos pelo Matopiba, promovido pela APIM⁴, e no Primeiro Encontro Territorial de Agroecologia da Chapada das Mangabeiras, realizado no *campus* da UFPI em Bom Jesus, em agosto de 2019, organizado pelo NAGU, ArREPIA e a CPT –, uniram forças no sentido de pressionar o estado para que fosse feita a mudança do nome.

Com base no exposto, essa discussão foi fortalecida e a CPT procurou dialogar com a Secretaria de Estado do Planejamento – SEPLAN para mudar o nome. Contudo, a Secretaria salientou que tal mudança só seria possível mediante decreto de governo, por se tratar de procedimento governamental. Desse modo, pelo fato de depender de vontades e de interesses políticos, a proposta segue em tramitação no estado e nos órgãos competentes. Contudo, os camponeses, as organizações e os movimentos da região seguem resistindo e insistindo na mudança do nome, uma vez que Chapada das Mangabeiras não lhes representa.

Esse processo de disputa e coalizão de forças entre os camponeses e o Estado é evidenciado no mapa de desenvolvimento do Piauí, em que a SEPLAN estimula a territorialização do capital,

⁴ “Criada em 2017, a Articulação de Povos Atingidos pelo Matopiba (APIM) congrega entidades sindicais, ONGs, grupos de jovens, pastorais e movimentos sociais em luta pela defesa dos territórios camponeses da região, em toda a sua diversidade” (PEREIRA *et al.*, 2022, p. 131).

apagando a presença camponesa e realçando o ideário de zonas propícias à exploração ou produção de *commodities*, sejam agrícolas ou bens industriais primários.

Como mostra a dissertação de mestrado de Dias (2023, p. 39), intitulada “As quebradeiras de coco babaçu do sul do Piauí: memórias e identidades em movimento”, a caracterização feita pela SEPLAN (2015) apresenta os territórios piauienses como os investimentos e projetos empresariais com apoio do Estado. Nas Chapadas das Mangabeiras, os investimentos foram aplicados para as diversas atividades agropecuárias, como pecuária de corte – bovinos –, agricultura de alto rendimento – soja, algodão, milho e arroz, fruticultura/agricultura irrigada e de mineração (calcário para correção do solo).

Essa afirmação demonstra o desencadeamento de conflitos, ao mesmo tempo que coloca como exigências permanentes a luta, a auto-organização e a resistência que, no sul do Piauí, têm sido encaradas na figura da CPT, embora ainda caminhe a passos lentos. Porém, de certa forma, essa resistência integra o modo de vida camponês, como, por exemplo, ao lutarem pela mudança do nome do território para Chapada das Nascentes, tornando-se evidente que a água é elemento central das práticas agroecológicas.

Desse modo, a caracterização e a apresentação dos potenciais hídricos e ambientais desse território torna a presente pesquisa relevante para o melhor entendimento de sua configuração e da sua contraposição no enfrentamento ao projeto Matopiba. Isso se dá pelo apoio dos camponeses, pois mantêm seu modo de vida, preservam a biodiversidade com práticas de manejo sustentáveis que ajudam a manter a umidade do solo e continuam produzindo com autonomia, independentemente do mercado.

Vale ressaltar que o processo de auto-organização e resistência encarado pela APIM nessa região ainda é muito inicial e precisa ser fortalecido, de modo que possa ser incorporado ao ethos camponês com base em um processo educativo profundo e contínuo. Na região, a CPT reconhece a necessidade de um processo de educação popular nos territórios e comunidades da APIM, permanentemente acionando o NAGU para auxiliar nisso. O costume da luta é uma necessidade, mas ainda não é uma realidade.

Assim, é preciso entendermos que resistência é um conceito que vai além da oposição e carrega uma proposição que tem níveis de organização diversos – uns mais comunitários, incorporados ao modo de vida e às tradições; outros mais acurados para o enfrentamento ao capital com base em dispositivos de comunicação, de direitos. Resistência, nesse segundo nível, envolve consciência e um projeto pelo qual lutamos juntos.

Dessa forma, a relevância desta pesquisa parte da necessidade de diagnosticarmos novas formas de relações sociais, culturais e políticas que estabeleçam propostas para o enfrentamento dos impactos socioambientais do agronegócio no Matopiba, tais como violência, expropriação, perda da socioagrobiodiversidade e conflitos.

Ademais, convém destacar que a LEdoC nasce no CPCE – *Campus* Professora Cinobelina Elvas em 2014 através de um projeto político pedagógico que contraria a intencionalidade primeira do próprio *campus*, surgindo para servir aos interesses do agronegócio na região. Assim, convém realçar que o PPC da LEdoC, embora abra espaço para a agroecologia e a direcione meio da área de extensão rural, não promoveu por si só o avanço da práxis agroecológica no curso.

Esse avanço se deu a partir de 2017, devido ao ingresso de professores que traziam em seu repertório profissional algum envolvimento com a agroecologia e que, de modo interdisciplinar, introduziram os debates agroecológicos nos diversos componentes curriculares e nas atividades extracurriculares do curso, associando agroecologia à arte e contribuindo para alicerçar a matriz formativa do curso, ao tornarem a agroecologia um eixo estruturante de seu projeto formativo para além do PPC.

Mesmo por se tratar de um curso da área de Ciências Humanas e Sociais, deu novos enfoques conceituais e práticos para as áreas da extensão, de Geografia e de Pedagogia, fato que possibilitou novas relações entre o curso, a Comissão Pastoral da Terra e os territórios camponeses, que foram mediadas pela agroecologia de modo transversal.

Com base nessa transversalidade, entendemos a agroecologia como ciência, movimento e prática, que vai além dos agroecossistemas, como unidade de análise, de reivindicação ou de manejo (SILVA, 2021). Também a entendemos como ciência interdisciplinar, como modo de vida e de resistência de camponeses em coevolução com a natureza e em luta contra o agronegócio. Tal luta mira um projeto popular para o campo, o qual envolve diretamente a questão dos direitos e da justiça agrária, um conjunto plural e plurissignificativo de práticas produtivas e socioculturais que preconizam a coevolução sociedade–natureza e o máximo aproveitamento de energias e de saberes de povos autóctones e de agroecossistemas a partir do diálogo de saberes (PORTO-GONÇALVES, 2019).

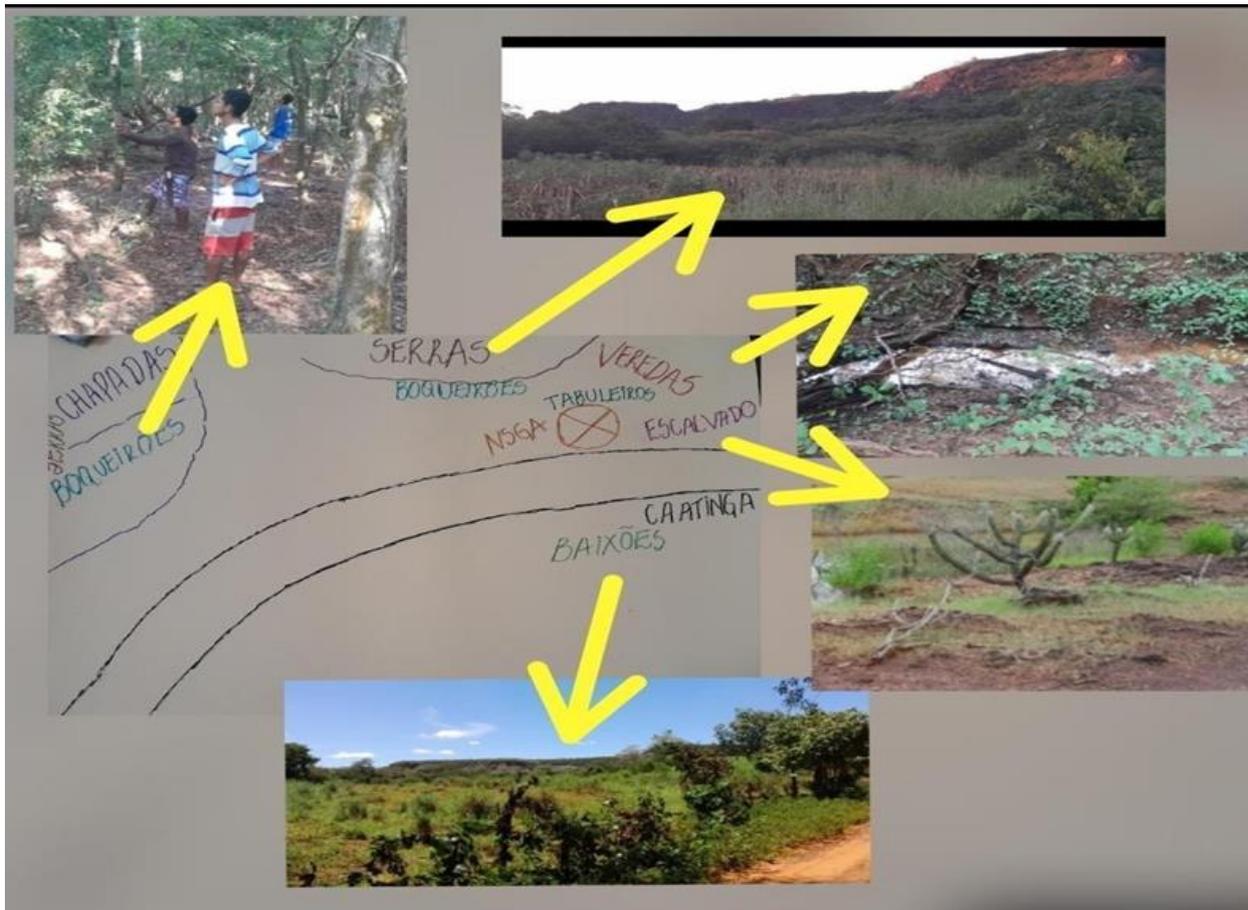
Dessa forma, sublinhamos que os conceitos de agroecologia e de Educação do Campo estão em disputa. Tal argumento nos faz perceber o sentido de estudarmos dinâmicas agroecológicas no âmbito das ciências agrárias como resultado de uma Licenciatura com habilitação em Ciências Humanas e Sociais. Assim, é inconcebível que explicações sobre Educação do Campo e sobre a

agroecologia sejam cindidas entre si e com a luta de classes, particularmente com a questão agrária, com a história agrária e com a Sociologia Rural brasileiras, bem como com a filosofia da práxis.

Esse movimento de disputa nos permitiu partir do pressuposto de que a LEdoC deve auxiliar a transformação da forma escolar atual pela construção de escolas do campo e da defesa de territórios camponeses sem os quais o projeto educativo escolar não se sustenta (CALDART, 2012). A busca por tais processos de transformação favoreceu a incorporação de práticas agroecológicas pelos egressos como forma de disputa por imaginários, seja por via da produção diversificada, do teatro ou do vídeo popular. O movimento agroecológico desencadeou processos de emancipação e reconhecimento dos egressos para com o curso e sua identidade como camponeses. Esse processo nos fez incorporar a agroecologia como prática e/ou enfoque teórico e/ou movimento, mesmo depois de termos concluído o curso.

Os efeitos causais desses processos de disputa em que a práxis dos egressos se mostra contrária à dinâmica do agronegócio, revela vários impactos ambientais e humanos no modo de vida das comunidades em virtude do negócio de terras no sul do Piauí, no âmbito do Matopiba, como apontam os relatórios da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e da FIAN – Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (FIAN INTERNACIONAL; REDE SOCIAL...; CPT, 2018) e os Relatórios sobre Conflitos no Campo produzidos pela CPT (2022). Esses documentos são divulgados anualmente pela CPT como forma de registrar os conflitos e as violações sofridas no campo em razão da resistência desses povos para defenderem seus territórios. Tais relatórios apresentam dados sobre a devastação do cerrado piauiense, região conhecida como área de ecótono, isto é, de transição entre cerrado e caatinga, dada a sua grande socioagrobiodiversidade, que é mantida pela coevolução (que se encontra em risco) entre povos do campo e o ecossistema “pelo uso integral e integrado que fazem das diferentes fisionomias do bioma – chapadas, caatinga, baixões e vazantes”, conforme a Figura 2, exposta na dissertação de mestrado de Sousa (2023), “Pelos chãos do ecótono Cerrado-Caatinga: o modo de vida camponês e a salvaguarda da socioagrobiodiversidade no sudoeste do Piauí”.

Figura 2 – Inventário das diferentes fisionomias do bioma



Fonte: Thiago Batista de Sousa (2023)

Os processos que tornam a agroecologia presente na práxis dos egressos são as conexões estabelecidas por meio de projetos e de núcleos de pesquisa e de extensão, a exemplo do Projetos Cenas Camponesas, Semeando Agroecologia, do Núcleo de Pesquisa e Arte do Vale do Gurguéia – NAGU, bem como pelos chamados “Seminários Integradores”, que têm como foco “a socialização dos estudos individuais, a partir de questões delineadas pelos professores, bem como a socialização da produção realizada no Tempo Comunidade. Nestes seminários, são apresentados os resultados das práticas de pesquisa e extensão desenvolvidas na comunidade” (PIAUI, 2013).

1.2 Caminho metodológico

1.2.1 Contexto da pesquisa

O desencadeamento da presente pesquisa partiu da relação dialética construída entre o pesquisador e os sujeitos sociais do campo de pesquisa durante a graduação na UFPI, mais especificamente na Licenciatura em Educação do Campo, área de Ciências Humanas e Sociais. O

curso me aproximou das comunidades, permitindo o estabelecimento de um vínculo direto com os sujeitos camponeses, com base na conexão entre diferentes formas de representação da realidade.

O enfoque metodológico orienta-se pela pesquisa participante com abordagem qualitativa e por procedimento de coleta de dados baseada em revisões bibliográficas e em pesquisas de campo. A abordagem qualitativa é arcada pela profundidade epistemológica do ponto de vista do fenômeno e do problema investigado. O sentido da ação social do pesquisador fica claro, de modo que pode desvelar a historicidade, a complexidade e a materialidade do objeto.

As pesquisas participantes surgiram no contexto dos movimentos sociais e populares emergentes e são centradas numa relação dialética entre o sentido da ação social dos pesquisadores e a práxis desses movimentos como sujeitos coletivos educadores, ou seja, como “um pensar dialógico e crítico a respeito de uma realidade, onde a própria história tende a ser a práxis, pois cria e transforma” (BRANDÃO; BORGES, 2008, p. 59).

1.2.2 Objeto, problemática e objetivos

O objeto de estudo da presente pesquisa é a práxis dos egressos da LEdoC/UFPI/CPCE, a partir de experiências agroecológicas desenvolvidas por aqueles que compõem o NAGU, de forma a desvelar quais as contribuições da práxis dos egressos da LEdoC/UFPI/CPCE para a territorialização da agroecologia e para o fortalecimento do modo de vida camponês na mesorregião de Bom Jesus, sul do Piauí. Como desdobramento desse problema de pesquisa, definimos as seguintes perguntas:

- ✧ Como se dão os reflexos da territorialização camponesa a partir da agroecologia e da Educação do Campo por meio da práxis dos egressos?
- ✧ Como e a partir de quando se deu a territorialização da agroecologia com base nos saberes da Educação do Campo na mesorregião de Bom Jesus, sul do Piauí?
- ✧ Quais são as experiências agroecológicas desenvolvidas pelos egressos?
- ✧ Como os egressos da LEdoC estão trabalhando a agroecologia nas comunidades, nos sindicatos, nas escolas, nos seus próprios lotes e em outros espaços, com base nos saberes da Educação do Campo na mesorregião de Bom Jesus, sul do Piauí?

Para responder essas perguntas, sustentamos nossas reflexões no seguinte objetivo geral: analisar as contribuições da práxis dos egressos da LEdoC/UFPI/CPCE que integram o NAGU

para a territorialização da agroecologia e para o fortalecimento do modo de vida camponês na mesorregião de Bom Jesus, sul do Piauí.

Como objetivos específicos, elencamos:

- ★ conhecer os desafios que a expansão do agronegócio impõe ao desenvolvimento da agroecologia na territorialização camponesa e ao modo de vida dos camponeses na mesorregião de Bom Jesus, sul do Piauí;
- ★ caracterizar as experiências agroecológicas desenvolvidas pelos egressos da LEdoC/UFPI/CPCE vinculados ao NAGU, no que diz respeito aos tipos de práticas, ao local de realização (lotes, comunidades, sindicatos, escolas), período de realização, sujeitos envolvidos e métodos;
- ★ observar a contribuição da agroecologia para a territorialização camponesa, particularmente para a reprodução social e cultural do modo vida camponês na mesorregião de Bom Jesus, sul do Piauí.

Durante a pesquisa de campo, foram realizadas observações participantes e entrevistas semiestruturadas gravadas em aparelho celular, entre dezembro de 2022 e fevereiro de 2023. As entrevistas foram realizadas com egressos do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Piauí, *Campus* Professora Cinobelina Elvas – o curso é vinculado ao NAGU. O objetivo das entrevistas foi identificar quais práticas agroecológicas esses egressos estão desenvolvendo em seus territórios, espaços e movimentos de atuação, bem como sua percepção acerca do papel da agroecologia na reprodução social do modo de vida camponês a partir da perspectiva da Educação do Campo.

Como aponta Angrosino (2009, p. 61), “as entrevistas semiestruturadas se constituem como um processo que consiste em dirigir a conversação de forma a colher informações relevantes” e possibilitam a abertura do diálogo entre o entrevistador e o entrevistado. Questões podem ser acrescentadas, a depender da necessidade exposta pelos respondentes.

De acordo com Oliveira (2008, p. 12), “as entrevistas semiestruturadas apresentam respostas relativamente livres, caso haja a necessidade, o pesquisador pode acrescentar uma questão não prevista, dependendo das respostas dos respondentes”. Em sua opinião, tal liberdade pode resultar em uma melhor compreensão das questões estudadas.

Optamos por realizar um momento exploratório antes das entrevistas, através de uma conversa com a coordenação do curso de forma a mapear numericamente e obter o contato dos egressos da LEdoC/UFPI/CPCE. Posteriormente, distribuimos um questionário via aplicativo

Whatsapp e e-mail, de modo que pudéssemos alcançar o maior número possível de egressos. Através desse questionário, os egressos foram instigados a responder às seguintes perguntas:

- 1) Qual é a sua comunidade?
- 2) Desenvolve alguma atividade agroecológica? Se sim, qual e em que espaço? Se não, conhece algum/a egresso/a que desenvolva? (lembramos aos egressos que agroecologia não tem a ver só com plantar e criar animais, mas também com práticas educativas e culturais, como: projetos escolares com sementes crioulas, teatro e vídeos que tratem do saber-fazer camponês, da agroecologia ou do ponto de vista crítico ao agronegócio).
- 3) Você gostaria de ser convidado para colaborar com a pesquisa por meio de uma entrevista? Se sim, deixe-nos um contato seu (e-mail, WhatsApp ou outros).

O questionário foi fundamental e nos levou a conhecer as práticas agroecológicas desenvolvidas pelos egressos. Assim, todos aqueles que se dispuseram a ser entrevistados puderam dividir suas experiências numa roda de conversa. Os egressos puderam refletir mais sobre o tema da pesquisa durante uma conversa em grupo.

Portanto, ressalto que a aplicação do questionário configurou um momento exploratório que direcionou meu olhar para a investigação das práticas agroecológicas dos egressos que compõem o NAGU. Antes de delimitar as entrevistas ao âmbito do Núcleo, optei por distribuir um questionário aberto para todos os egressos do curso, de modo que pudesse obter um panorama da forma como a agroecologia está alicerçada como matriz política e formativa transversal, tanto dentro dos componentes curriculares como de modo interdisciplinar, por meio de projetos e núcleos de extensão e pesquisa. O questionário foi respondido por 33 egressos, 19 dos quais afirmaram desenvolver algum tipo de prática agroecológica em seus diversos espaços de atuação, que vão desde os lotes e comunidades às escolas.

O Quadro 1 demonstra o diálogo traçado entre as questões orientadoras da pesquisa, objetivos específicos e procedimentos metodológicos adotados.

Quadro 1 – Diálogo metodológico entre questões orientadoras da pesquisa, objetivos específicos e procedimentos metodológicos adotados

Questões orientadoras	Objetivos específicos	Procedimentos metodológicos
<p>Como e a partir de quando se deu a territorialização da agroecologia com base nos saberes da Educação do Campo na mesorregião de Bom Jesus, sul do Piauí?</p>	<p>Conhecer os desafios que a expansão do agronegócio impõe ao desenvolvimento da agroecologia na territorialização camponesa e ao modo de vida dos camponeses na mesorregião de Bom Jesus, sul do Piauí.</p>	<p>Entrevista semiestruturada com egressos da LEdoC/UFPI/CPCE pertencentes ao Núcleo de Agroecologia e Artes do Vale do Gurgueia - NAGU.</p>
<p>Quais são as experiências agroecológicas desenvolvidas pelos egressos?</p>	<p>Observar a contribuição da agroecologia para a territorialização camponesa, particularmente, para a reprodução social e cultural do modo de vida camponês, na mesorregião de Bom Jesus, sul do Piauí.</p>	<p>Análise dos artigos produzidos pelos egressos com base em suas atuações nos projetos de extensão e de pesquisa vinculados ao NAGU.</p> <p>Aplicação de questionário aberto via Google forms, distribuído por e-mail e redes sociais dos egressos (Whatsapp e Instagram).</p> <p>Entrevista semiestruturada com egressos da LEdoC/UFPI/CPCE pertencentes ao Núcleo de Agroecologia e Artes do Vale do Gurgueia - NAGU.</p>
<p>Como os egressos da LEdoC estão trabalhando a agroecologia nas comunidades, nos sindicatos, nas escolas, nos seus próprios lotes e em outros espaços na mesorregião de Bom Jesus, sul do Piauí, a partir dos saberes da Educação do Campo,?</p>	<p>Caracterizar as experiências agroecológicas a respeito dos tipos de práticas, do local de realização (lotes, sindicatos, escolas), período de realização, sujeitos envolvidos e métodos.</p>	<p>Aplicação de questionário aberto via Google forms, distribuído por e-mail e redes sociais dos egressos (Whatsapp e Instagram).</p> <p>Entrevista semiestruturada com egressos da LEdoC/UFPI/CPCE vinculados ao Núcleo de Agroecologia e Artes do Vale do Gurgueia - NAGU.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

1.2.3 Análise dos dados

Os processos metodológicos adotados para a análise dos dados foram baseados em descrição densa da realidade, com base em análise comparativa (triangulação dos dados após entrevistas) entre os saberes da Educação do Campo e as práticas agroecológicas desenvolvidas pelos egressos. Isso foi feito de acordo com o método descritivo/interpretativo para desvelar as vozes e as experiências dos sujeitos no plano democrático.

Para eleger os egressos a serem entrevistados, utilizamos a técnica metodológica de identificação dos informantes-chave por territórios – a *snowball sampling* = amostragem em bola de neve (BALDIN; MUNHOZ, 2011) – da mesorregião de Bom Jesus, que atuaram ou atuam nos projetos de extensão da LEdoC e que são vinculados à agroecologia e membros do NAGU.

“Essa técnica é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais em que os participantes iniciais de um estudo indicam novos [...], até que seja alcançado o objetivo proposto, ou seja, o ‘ponto de saturação’” (BALDIN; MUNHOZ, 2011, p. 50). Segundo os autores, o ponto de saturação é alcançado quando novos entrevistados começam a repetir o que foi captado nas entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes ao estudo. Essa técnica nos possibilitou agir como pesquisador vinculado diretamente ao objeto de pesquisa e coletar informações concretas da realidade social na qual os egressos estão inseridos, no sentido de dar visibilidade às suas práticas agroecológicas e saberes tradicionais.

Após a identificação, apontamos os desafios encontrados no percurso da pesquisa, ressaltando o perfil socioeconômico dos estudantes egressos, conforme mostra a pesquisa realizada por Batista e Silva (2020), intitulada “Educação do Campo na Universidade: realidades e desafios socioeducacionais dos camponeses”. Tal pesquisa vislumbrou as “singularidades socioeducacionais dos discentes da LEdoC matriculados na Universidade Federal do Piauí (UFPI), *Campus* Professora Cinobelina Elvas (CPCE), mais especificamente os egressos no interstício de 2014 a 2018” (BATISTA; SILVA, 2020 p. 617).

Durante as entrevistas, perguntamos aos egressos como gostariam de ser identificados na pesquisa. Tal procedimento estava em conexão com o objeto de estudo, com o lócus da pesquisa e com o contexto histórico territorial nos quais os sujeitos estão inseridos, de forma a preservar suas identidades (ver Figura 4). Assim, propusemos que os egressos fossem motivados a falar nomes representados por substantivos da natureza que evidenciassem os significados e os valores de suas lutas durante os processos políticos e comunitários de atuação.

Quadro 2 – Perfil dos egressos colaboradores da pesquisa

Nome fictício	Comunidade – Município – Instituição
Agroecossistema	Comunidade Lourenço – Redenção do Gurguéia – Mestrando em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPGMader-UnB)
Água	Comunidade Riacho dos Cavalos – Monte Alegre – Mestranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPGMader-UnB)
Akroa Gamela	Comunidade Laranjeiras – Currais – Mestrando em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPGMader-UnB)
Buriti	Comunidade Piripiri – Bom Jesus – Mestrando em Ciências e Sustentabilidade (PPGCS-UFSB)
Cacto	Bom Jesus – Mestranda em Educação do Campo (PPGDUCAMPO-UFRB)
Cajueiro	Comunidade Brejo da Conceição – Currais – Escola José Francisco Santana
Cerrado	Comunidade Parabatins – Currais – Escola Francisco Gabriel – Mestrando em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPGMader-UnB)
Mangaba	Comunidade Alto Alegre – Santa Luz – Escola Municipal Francisco Gabriel (Bom Jesus)
Pequi	Comunidade Parabatins – Currais – Escola Joaquim Parente
Semente	Comunidade Buriti Seco – Bom Jesus
Terra	Comunidade Sapé – Palmeira do Piauí – Mestranda em Educação (PPGE-UFPI)

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

A análise dos dados foi procedida com base em um referencial teórico-metodológico que nos auxiliou a interpretar a realidade estudada e explicar o problema pesquisado. Na sistematização e reflexão teórica dos dados, utilizamos a caracterização metodológica dos princípios sociais e culturais da vida material e imaterial do campesinato no sul do Piauí, particularmente na mesorregião de Bom Jesus.

As entrevistas foram realizadas com 11 egressos do curso que atuaram ou continuam atuando no NAGU. Elas foram transcritas por meio da plataforma *online* Reshape e, posteriormente, compiladas em arquivo Word para serem lidas e pré-processadas para análise.

No que se refere ao processo de organização dos dados, foi realizado por unidade temática de sentido, estruturada nos seguintes passos:

- coleta de dados (observações, entrevistas e transcrições de áudio);
- leitura e familiarização (definição do contexto e estruturação da análise);
- identificação de unidades temáticas de sentido (identificação das informações que compartilham significados comuns ou estão relacionadas a um tema específico);
- codificação (atribuição de códigos a cada unidade temática para representar os temas ou significados que ela aborda – os códigos foram escolhidos de forma dedutiva com base na teoria edificada pelo pensamento marxista);
- categorização e análise (agrupamento das unidades temáticas de sentido com base nas categorias do Materialismo Histórico-dialético totalidade, materialidade, dialética e contradição, para identificar as relações e diferenças);
- interpretação e relatório (conclusões sobre os temas e significados presentes nos dados).

Buscando compreender a gênese da realidade concreta fundamentada nos princípios da agroecologia, optamos por analisar os dados à luz de algumas categorias do materialismo histórico-dialético, a saber: contradição, totalidade, materialidade e dialética. Isso foi feito como forma de identificar os elementos que constituem o movimento de formação entre a práxis dos egressos, a territorialização da agroecologia e a reprodução ampliada do campesinato sob a ótica constitutiva do modo de vida camponês.

A escolha dessas categorias edificadas na teoria marxista do MHD justifica-se pelo fato de o cerrado ser representado como um grande mosaico humano cheio de sabedoria. Por outro lado, tal mosaico está ameaçado por um processo de cooptação e de colonização mental do capital agrário, que tenta eliminar as memórias do campesinato, sobretudo no sul do Piauí.

Diante dessas circunstâncias, percebe-se que a disputa por um projeto societário e educativo passa pela análise das contradições que emergem dos processos de resistência, bem como das condições materiais que dão suporte à territorialização do modo de vida. Assim, a partir dessas categorias buscaremos materializar a produção do conhecimento dentro da LEdoC a partir de uma perspectiva dialética, assentada na Epistemologia da Práxis para construir a totalidade histórica da agroecologia e do modo de vida camponês no sul do Piauí.

Com base na teoria do conhecimento marxista, buscamos internalizar a LEdoC, com suporte em autores que apresentem a mesma teoria da leitura da realidade, para, então, buscarmos a interconexão com a prática social, ao articular os saberes camponês e científico com a formação

política e agroecologia. Isso foi feito para garantir uma relação indissociável entre prática e teoria durante o processo de análise.

1.2.4 Estrutura da pesquisa

O referencial teórico será apresentado a partir de quatro temas centrais da pesquisa: Território, Modo de Vida Camponês, Agroecologia e Educação do Campo. Esses temas serão conceituados a partir de análise bibliográfica e de pontos de vista diversificados de diferentes autores que trabalham com a teoria do conhecimento edificada pelo pensamento marxista. As categorias do materialismo histórico-dialético serão assim trabalhadas. A Figura 5 apresenta os principais autores e obras relacionados ao tema da presente pesquisa.

Para além deste capítulo introdutório, o texto da dissertação está organizado em três capítulos complementares e indissociáveis. No primeiro, apresentamos o referencial teórico metodológico, caracterizando os conceitos de território, campesinato e a questão agrária, de forma a entendê-los de pontos de vista diversificados, de diferentes autores que nos ajudaram a fundamentar as categorias totalidade, materialidade, dialética e contradição do materialismo histórico-dialético durante o processo de análise.

O segundo capítulo traz algumas considerações acerca do projeto Matopiba, além de evidenciar os conflitos, os impactos e os desafios impostos pelo agronegócio à reprodução do modo de vida camponês. O papel dos movimentos, dos sindicatos, das redes e das organizações no enfrentamento e resistência às violações dos direitos dos povos do campo no sul do Piauí é ressaltado.

O terceiro capítulo aborda o diálogo entre agroecologia e Educação do Campo, tornando histórica sua construção e expansão como política pública associada à construção de práticas políticas contra-hegemônicas. E, de maneira mais definida, mostra como a agroecologia faz-se presente na práxis dos egressos do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFPI/CPCE. Por fim, tecemos algumas considerações, retomando o objetivo inicialmente proposto.

Quadro 3 – Principais obras e respectivos autores relacionados ao tema da pesquisa

Conceitos	Autor/obra	Síntese da obra
Território	SAQUET, M. A. Abordagens e concepções de território . São Paulo: Expressão Popular, 2007.	Os conceitos de território são moldados através de problemáticas sociais geo-historicamente contextualizadas. Desse modo, verifica-se que no atual contexto território e campesinato não estão dissociados das contradições entre capital e trabalho, uma vez que essa relação evidencia os mecanismos de dominação e de exploração da classe dominante sobre os camponeses. Tais mecanismo são os elementos de defesa desses povos camponeses para continuarem existindo dentro dessa sociedade dominada pelo capital. O conceito de território é crucial para compreendermos a crise ambiental e política que sinaliza um processo de empobrecimento da produção cultural e social do modo de vida camponês.
	OLIVEIRA, A. U. Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária . São Paulo: Labur Edições, 2007.	A obra se inicia com a discussão sobre “as abordagens teóricas da agricultura” e apresenta um pequeno debate sobre as diversas correntes teóricas focadas em interpretar o problema da questão agrária no Brasil. Distingue três correntes que se entrelaçam em três posições distintas. Segundo o autor, os estudiosos da temática concordam acerca da entrada do campo nas relações sociais capitalistas, mas discordam se isso irá criar uma divisão definitiva da propriedade e das classes (proprietários e trabalhadores) ou se o processo é heterogêneo – o latifúndio se expande em conjunto com o agricultor familiar e o assalariado surge com a agricultura familiar sem ser sua negação.
	OLIVEIRA, A. U. A mundialização da agricultura brasileira . São Paulo: Iandé Editorial, 2016.	A obra trata da monopolização dos territórios e da territorialização dos monopólios. Evidencia o papel da ciência e da tecnologia no processo produtivo em face do avanço da globalização.
Modo de vida camponês	SHANIN, T. A definição de camponês: conceituação e desconceituação: o velho e o novo em uma discussão marxista. Estudos Cebrap , Petrópolis, RJ, n. 26, p. 43-79, 1980. COSTA, F. A.; CARVALHO, H. M. Campesinato. <i>In</i> : CALDART, R. S. <i>et al.</i> (org.). Dicionário da Educação do Campo . Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 115-122.	“A delimitação e a apresentação da especificidade camponesa, dentro do conceito do ‘modo de produção camponês’, fornecem uma abordagem possível à teorização e à análise de inúmeros problemas em questões como, por exemplo, a estrutura societária dos camponeses.” De acordo com Costa e Carvalho, o campesinato é compreendido a partir de suas relações com a terra, pois ela é a base de sua existência e o lugar para a satisfação das necessidades de cada unidade de produção familiar camponesa. Seja coletiva ou isoladamente, as famílias camponesas realizam suas atividades e preparam seus planos, fazendo corresponder os frutos de seu trabalho às necessidades da manutenção e/ou reprodução do modo de vida camponês, expressando-os territorialmente.

Agroecologia	<p>ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Rio de Janeiro: Expressão Popular/AS-PTA, 2002.</p>	<p>Trata-se da perspectiva da agroecologia como ciência, como movimento e como prática, e faz uma crítica ao capitalismo agrário. Ao mesmo tempo, busca estabelecer caminhos teóricos, metodológicos e práticos para a construção de uma agricultura de base ecológica capaz de romper com os paradigmas dominantes do modo de produção capitalista.</p>
	<p>CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. Porto Alegre: Emater/RS/ASCAR, 2001.</p> <p>GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005.</p>	<p>A agroecologia é apresentada como estratégia contra a territorialização do capital no campo, de modo que possa provocar uma mudança na relação ser humano/natureza, tirar a mediação do capital e criar uma relação indissociável entre prática e teoria. Em outras palavras, uma interligação entre as diversas áreas do conhecimento para ler a realidade como práxis social, articulando saber camponês, científico e formação política. Juntos, esses saberes, devem poder atuar na construção de um novo projeto de campo e de sociedade.</p>
Educação do Campo	<p>CALDART, R. S. <i>et al.</i> (org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2012.</p> <p>CALDART, R. S. Educação do Campo e agroecologia. <i>In: Dicionário de Agroecologia e Educação.</i> DIAS, A. P. <i>et al.</i> (org.). Rio de Janeiro, São Paulo: EPSJV, Expressão Popular, 2021, p. 355-361.</p> <p>MOLINA, M. C. 20 anos do Pronera e da Educação do Campo. <i>In: GUEDES, C. G. et al.</i> (org.). Memória dos 20 anos da Educação do Campo e do Pronera. Brasília: UnB, 2018. p. 36-45.</p>	<p>Os conceitos de Educação do Campo levam em conta as três teorias defendidas por Caldart (2012), que fundamentam os princípios e os métodos dessa concepção de educação: a pedagogia do oprimido, que preceitua uma práxis libertadora e problematiza a realidade mediante o processo de humanização; a pedagogia socialista, que, por vez, apresenta o trabalho como princípio educativo, socialmente útil, justo e necessário para a vida de cada sujeito; a pedagogia dos movimentos, que forma e articula a luta coletiva, garantindo a resistência e a produção da existência da vida com dignidade.</p> <p>Para Caldart, a agroecologia pode ser definida como processo vivo de sistematização científico-cultural da transformação histórica da agricultura desde seus próprios fundamentos, ou seja, desde sua base camponesa. [...] Agricultura é cultivo da terra para a produção de alimentos, que são portadores de vida e que a preserva. Vida humana e vida da natureza da qual o ser humano é parte. Em sua base, a agroecologia reúne práticas, conhecimentos científicos diversos, relações sociais, lutas políticas e práticas educativas. Tem raiz indígena e camponesa. Junta ciência e memórias ancestrais de cultivo da terra e de relação do ser humano com a natureza para pensar outro paradigma de avanço das forças produtivas da agricultura (2021, p. 357).</p> <p>Os marcos históricos, teóricos e políticos para a consolidação da Educação do Campo no Brasil estão eminentemente imbricados na disputa por um projeto de campo e de sociedade em consonância com os modos de vida, respeitando a diversidade de saberes na relação metabólica ser humano-natureza.</p>

	<p>FERREIRA, C. L. R. Educação ambiental dialógico-crítica e sua relação com a prática da agroecologia e da Educação do Campo no território do extremo sul da Bahia: entre o descompasso e o desafio de transformação. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2018.</p>	<p>“Esta tese destaca experiências relacionadas à Educação do Campo e à agroecologia, matrizes formativas e práticas que possam auxiliar na problematização de questões socioambientais tradicionalmente debatidas pela educação ambiental, adotando uma perspectiva dialógico-crítica, com vistas à formação de sociedades sustentáveis.”</p>
--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

2 TERRITÓRIO, CAMPESINATO E QUESTÃO AGRÁRIA: UMA MIRADA DESDE O CERRADO PIAUIENSE

Neste capítulo, discutiremos os conceitos de campesinato e de território, tomando por base a questão agrária e os conflitos apresentados em decorrência da disputa de forças entre capitais – agrário, industrial, midiático e financeiro – e a agricultura camponesa, a qual é majoritária na mesorregião de Bom Jesus, sul do Piauí. Para o enfrentamento das contradições fomentadas por essa coalizão de forças sociais, descrevemos as ações práticas e políticas da Comissão Pastoral da Terra – CPT como organização pastoral de resistência, de denúncia, de anúncio e de combate às violações de direitos dos povos do campo na região, fazendo jus às suas formas de auto-organização e de autonomia coletiva.

As contradições apresentadas pelo modelo de (des)envolvimento do agronegócio no sul do Piauí impõem ao campesinato novas formas de organização, pois intensificam as lutas por estratégias de resistência para analisar as condições da questão agrária na região. Isso se dá em face das implicações geradas pelo agronegócio, em função do processo de “concentração fundiária e especulação de terras, via mercantilização que evidenciam o processo de acumulação capitalista” (SOUZA; FREITAS, 2021, p. 45).

A formação territorial do sul piauiense está erguida sobre os processos de modernização agropecuária e de resistência camponesa (ALVES, 2000). Segundo o autor, “a expansão da fronteira agrícola iniciada na década de 60 pela região centro-oeste chega, no final da década de 70 e, principalmente na de 80, também ao sul do Piauí. Define-se, a partir de então, uma nova dinâmica sócio-territorial” (p. 6).

Esse processo de ocupação e de exploração do território do sul piauiense pelo agronegócio foi acompanhado da “migração de agricultores latifundiários da região sul do país, atraídos, principalmente pelas terras baratas, fazendo com que as áreas de pasto destinadas para criação bovina fossem substituídas pela agricultura mecanizada e áreas de irrigação” (SOUZA; FREITAS, 2021, p. 48), para a produção de *commodities*, especialmente de soja. Tudo isso gerou conflitos com camponeses que tiveram suas terras destinadas à pastagem do gado, pois foram invadidas por esses projetos capitalistas.

Logo, a agroecologia é o ponto de encontro entre a questão agrária e o campesinato, uma vez que esse debate reverbera no acesso à terra, nas relações de trabalho, políticas públicas e no modo de vida dos camponeses, quando falamos da construção de territórios concebidos a partir de uma relação metabólica entre sociedade e natureza (TARDIN; GUHUR, 2017).

Esse processo de construção coloca a exigência permanente, para o campesinato, da luta e da auto-organização social; logo, o foco é combater a violência material e simbólica que afeta o imaginário camponês. Essa análise é acompanhada das leituras de Shanin (1980) e Martins (1981), que apresentam elementos importantes para a compreensão da agricultura camponesa no contexto do capitalismo.

Assim sendo, constatamos que os conceitos de território e de campesinato não podem ser discutidos sem que compreendamos a questão agrária e o modo de produção capitalista que subordina e expropria o campesinato e provoca alterações nas relações de trabalho e com a natureza. Logo, compartilhamos das ideias de Shanin (1980) ao apresentar o campesinato como entidade social suficientemente autônoma para se relacioná-la com diferentes modos de produção e para se transferir de um lugar para outro.

De acordo com Saquet (2007, p. 108), os conceitos de território são moldados por problemáticas sociais geo-historicamente contextualizadas. Desse modo, de acordo com o atual contexto, território e campesinato não estão dissociados das contradições entre capital e trabalho, uma vez que essa relação evidencia os mecanismos de dominação e de exploração da classe majoritária sobre o campesinato, bem como os elementos de defesa desses povos camponeses para que possam continuar existindo dentro dessa sociedade dominada pelo capital.

Saquet (2007) discute o conceito de território em sua historicidade a partir do campo de conflito, de disputa. Dessa forma, a temporalidade do conceito de território passa por provectas relações de dominação, isto é, passa pela histórica relação entre espaço e poder, produzida pelo capitalismo.

Procurando entender esse contexto de relações de poder, Ribeiro (2007) aponta em sua obra “Gestão do território e desenvolvimento: um convite à reflexão e ao exercício do diálogo entre saberes” que a transversalidade da questão ambiental em escala temporal e espacial reflete os desafios do desenvolvimento local e a sua natureza complexa e interdisciplinar. Ela evidencia as relações entre o local e o global, ao mesmo tempo que aponta o papel das políticas públicas locais na construção e na gestão do território.

Dentro desse contexto do desenvolvimento local, a autora destaca o papel dos arranjos (sistemas) produtivos locais, ao demonstrar sua preocupação em compreender o território como campo de disputa e de relações de poder. Além disso, ela nos convoca a vislumbrar o desenvolvimento para além da industrialização e da modernização, a partir de uma análise multidimensional do conceito de território. Ela aponta como o território está inserido na dinâmica

global do capital, do desenvolvimento industrial, pois evidencia uma visão universalista e linear do desenvolvimento, dificultando a reprodução ampliada do campesinato.

A concentração de capital e o surgimento das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação contribuíram para o crescimento do setor de comércio e favoreceram o processo de concentração e de acumulação de capital. No entanto, segundo Ribeiro (2007), esse processo contribui para alargar os desafios da gestão social dos territórios e, assim, a efetivação dessa gestão demanda a sociabilidade contemporânea, os diferentes saberes, bem como as condições básicas do bem viver dos povos e das comunidades.

É válido ressaltar que a ocupação do território gera raízes e identidades, e, nesse sentido, para a autora, o território constitui-se de relações sociais projetadas no espaço. Portanto, os mercados e a competição são entendidos como as principais dimensões do território, pois geram relações de poder. A superação desse contexto depende da importância da governança local para a territorialização, dada a supremacia do Estado como ator de desenvolvimento.

Dessa perspectiva de busca de sinergias e de resistência às relações de poder, precisamos reconhecer que as promessas de progresso e de desenvolvimento anunciados pela ciência moderna já estão esgotadas. No presente momento, elas não contribuem para a solução dos problemas ambientais surgidos no âmbito do território, uma vez que as políticas de desenvolvimento privilegiam os aspectos econômicos da acumulação de capital. Assim, podemos afirmar que, diante de sua natureza complexa e interdisciplinar, o território é definido por relações de poder.

Portanto, há a necessidade de repensarmos a estrutura social do desenvolvimento a partir da construção de Arranjos Produtivos Locais – APLs como estratégias agroecológicas vinculadas à agricultura alternativa. Esses elementos devem contribuir para a restauração ambiental e para a quebra do paradigma do modelo de desenvolvimento atual com base na relação metabólica entre sociedade e natureza (TARDIN; GUHUR, 2017).

À vista dessas relações metabólicas, o território se constitui como espaço no qual camponeses constroem suas territorialidades, estratégias de resistência e reprodução de forma a garantir seu modo de vida. Tal modelo deve favorecer a articulação de grupos camponeses e de organizações políticas para efetivar as lutas que foram e estão sendo travadas em defesa de seus territórios.

O texto de Costa e Carvalho (2012), que é uma importante síntese sobre como esses sujeitos concretizam seus modos de vida em seus respectivos territórios, nos auxiliaram na reflexão central sobre o campesinato e seu vínculo ao território. Os autores postulam que o campesinato é compreendido a partir de suas relações com a terra, a qual é a base de sua existência e lugar para

a satisfação das necessidades de cada unidade de produção familiar camponesa. Seja coletiva ou isoladamente, as famílias camponesas realizam suas atividades, elaboram seus planos e fazem o fruto de seu trabalho corresponder às necessidades da manutenção e/ou reprodução do modo de vida camponês, expressando-os territorialmente. É importante destacar que a família é a unidade de realização do trabalho no campesinato e a garantia de sua existência.

De acordo com Alentejano (2020), a questão agrária tem como marca fundamental a hegemonia do agronegócio, a qual reforça o poder do latifúndio e bloqueia a Reforma Agrária, hegemonia que está vinculada ao grande capital transnacional. Desse modo, ao discutir a relação entre capital e campesinato no contexto do território, não podemos esquecer de estabelecer o redimensionamento entre categorias de tempo e espaço na organização do trabalho camponês.

Alentejano (2020) ressalta a necessidade de compreendermos a reconfiguração da luta pela terra e os desdobramentos da questão agrária em escala macro e micro quando buscamos entender essas diferentes formas de organização. Isso é necessário sobretudo no que se refere à desconcentração de riquezas para o enfrentamento da hegemonia do agronegócio, pois, segundo o autor, essa hegemonia conspira em favor de um projeto político ideológico fundamentado na aliança entre latifundiários, governo e entes legislativos.

Nesse sentido, a territorialização do agronegócio está assentada na privatização e na concentração de terras, que se iniciou com a expansão das fazendas de gado para a produção agropecuária no final do século XX. No contexto do sul do Piauí, esse processo se intensificou em razão da apropriação do termo *commodities*, o qual foi apresentado por empresas estrangeiras produtoras de soja no início dos anos 2000.

No caso do Matopiba, o desbravamento no cerrado, de modo particular no sul do Piauí, tornou-se mais intenso a partir de 2002, após a chegada de imobiliárias agrícolas transnacionais que passaram a comprar terras a preços elevados através da grilagem digital. Em outras palavras, essas empresas foram beneficiadas pelo afrouxamento das leis agrárias e a falsificação de títulos (FIAN INTERNACIONAL; REDE SOCIAL...; CPT, 2018), realizada por meio autodeclaratório, a exemplo do que é realizado com o Cadastro Ambiental Rural – CAR.

Por outro lado, as comunidades camponesas do cerrado resistem à desterritorialização do campesinato e ao avanço do agronegócio sobre as comunidades. Portanto, interpretar esse processo de resistência significa estudar as territorialidades ancoradas na ancestralidade e nas cosmovisões dos povos, que nos permitem conhecer seus saberes de forma articulada com o território. Nesse sentido, a territorialização do modo de vida passa pela dimensão da memória dos camponeses.

Assim, o conceito de território é crucial para a compreensão da crise ambiental e política, a qual sinaliza o processo de empobrecimento simbólico e material do modo de vida camponês, dado o processo de colonização mental oriundo da dominação ideológica exercida pelos meios hegemônicos de comunicação vinculados à indústria cultural (BASTOS; GONÇALVES, 2015). Essa ideologia se reflete na falta de acesso à educação e na colonização da natureza. Para afunilar e compreender essas questões, é necessário compreender as discussões históricas de luta pela terra no Brasil em diferentes cenários.

A alteração das formas de produção e das relações de trabalho no campo influenciadas pela Revolução Verde da década de 1960 representou a mecanização da agricultura, além de ter consagrado o processo de territorialização do capital no campo (SILVA, 1998). Isso se deu a partir da introdução de pacotes tecnológicos que redundaram na base técnica da agricultura de *commodities*, colocando o camponês numa posição de subordinação, ou seja, de subtração da renda da terra pelo capital⁵ (OLIVEIRA, 2007).

Tais processos foram desencadeados pela monopolização do capital no campo (OLIVEIRA, 2007), fato que, conseqüentemente, trouxe a alienação do trabalho. Portanto, entender as relações de trabalho no contexto da expansão do capital no campo significa problematizar a estrutura agrária.

Sabe-se que o acesso à terra no Brasil sempre foi negado aos povos camponeses. No entanto, as lutas sociais levadas adiante pelos movimentos sociais do campo constroem estratégias de ruptura com o modo capitalista de produção e apontam para a necessidade de se garantir acesso à terra por meio da Reforma Agrária Popular, a “distribuição massiva de terras aos camponeses, no contexto de processos de mudanças de poder nos quais se constituiu uma aliança entre governos de natureza popular, nacionalista, e os camponeses” (STEDILE, 2012).

O intenso processo de reconfiguração da sociedade brasileira no que tange à questão agrária, particularmente à questão da terra, sobrepõe alterações nas relações de produção e no desenvolvimento da agricultura camponesa. Isso resulta em conflitos e em disputas territoriais imanentes ao protagonismo e à atuação dos camponeses nesse processo.

Tais alterações foram acometidas pela mundialização do capital na agricultura (OLIVEIRA, 2016), que configurou novas alianças da classe burguesa pela monopolização dos territórios e pela criação de oligarquias. Isso se deu para que empresas transnacionais alcançassem

⁵ Quando o camponês vai à casa agrícola comprar sementes, insumos, veneno, etc., o capital drena sua renda com a terra.

níveis elevados de tecnologia para moldar novas formas de organização, de produção e de relações de trabalho. Esse movimento é recorrente no sul do Piauí, onde empresas multinacionais com aporte do capital financeiro internacional compram terras a juros baixos e atraem novos investidores, os quais visam à expansão do capital no campo.

A questão agrária e os conflitos no campo, marcados pela excessiva concentração fundiária e por implicações socioambientais, revelam a hegemonia política e econômica do agronegócio no espaço agrário. Tal hegemonia, acompanhada por uma forte e severa acumulação de capital na Revolução Verde, influenciaram rápidas consequências na urbanização e na industrialização no mundo a partir da segunda metade do século XX.

A mudança na estrutura agrária consiste num par dialético da questão agrária, uma vez que o processo de concentração fundiária impulsiona o avanço do latifúndio (agronegócio) e os conflitos socioambientais no campo. Dessa forma, a ampliação do campesinato passa pelas contradições que permeiam o desenvolvimento no campo, e a sua resistência forma um par dialético que potencializa a organicidade camponesa e fomenta a promoção de práticas agroecológicas.

A literatura em Cabral, Pandey e Xu (2022) apontam que a rápida modernização conservadora ocorrida entre os anos de 1965 e 1985, durante o regime militar no Brasil, marcou um período de forte ascensão da concentração de renda e dos níveis de pobreza extrema. Isso ocorreu devido ao projeto econômico desenvolvimentista que privilegiou o autoritarismo e, de forma abrupta, a censura e a repressão de movimentos sociais e pró-democracia à época.

Os conflitos e as reivindicações por direitos negados, como acesso à terra e à educação dos camponeses no seu local de origem, de vida e de trabalho, tiveram a legitimidade dos movimentos como consequência, que foi constituída por frentes de luta, tais como a CPT em 1975 e o MST, em 1980, entre outras. A partir dessa dimensão histórica, o fortalecimento da cultura e os valores de cada comunidade camponesa, além do respeito à sua diversidade de saberes tradicionais, recriam um novo projeto de educação e de sociedade, o qual segue a materialidade da origem dos educandos.

De acordo com Dagnino (1994), a questão da cultura democrática assume caráter crucial no Brasil e na América Latina, por se tratar de uma sociedade na qual a desigualdade econômica, a miséria e a fome são os aspectos mais visíveis de um ordenamento social presidido pela organização hierárquica e pela desigualdade do conjunto das relações sociais – o assim chamado autoritarismo social.

Diante desse contexto, surge a CPT para confrontar o avanço do capitalismo no campo e para defender os direitos dos camponeses. Inspirada na Teologia da Libertação, sua trajetória assentou-se nos conflitos entre trabalhadores rurais e latifundiários na Amazônia na década de 1970, através da luta pela terra. A igreja católica era a única organização que apoiava os camponeses nesses conflitos. “A luta pela terra não é só a luta por um pedaço de chão para trabalhar, mas a luta pela defesa de territórios, nos quais as comunidades exercem sua autonomia, definem suas próprias formas de ocupação e organizam seu espaço de vida e relações” (CANUTO, 2012, p. 134).

Após as pressões sociais do movimento de redemocratização do país, a Comissão Brasileira de Justiça e Paz, por intermédio da Conferência Nacional de Bispos do Brasil – CNBB, em reunião realizada na cidade de Goiânia em 1975, resolveu “constituir uma comissão de terras que pudesse interligar, assessorar e dinamizar os que trabalhavam em favor dos homens sem-terra e dos trabalhadores rurais. Em reuniões subsequentes para dar corpo à comissão, acabou-se por nomeá-la Comissão Pastoral da Terra” (CANUTO, 2012, p. 131).

Ao longo da sua trajetória, a CPT tem feito esforços para organizar os povos e os trabalhadores camponeses que habitam os diferentes ecossistemas, para que expressem suas demandas e tenham seus direitos atendidos, “prestando uma presença solidária, profética, ecumênica, fraterna e afetiva, a partir de um serviço educativo e transformador junto aos povos camponeses, para estimular e reforçar seu protagonismo” (CANUTO, 2012).

2.1 A Comissão Pastoral da Terra e a questão agrária no sul do Piauí

Diante desse contexto histórico, temos um marco na pauta das ações da CPT: o enfrentamento do avanço do capitalismo e dos conflitos por terras no campo, que, conseqüentemente, reflete-se nas condições sociais, econômicas, culturais e educativas desses povos. Esse processo reforça a exigência permanente da luta e da auto-organização, que estão diretamente ligadas às práticas sociais e coletivas. Tais práticas consolidaram-se com a construção de redes em contraposição ao novo processo de reconfiguração da sociedade brasileira, iniciado pela industrialização da agricultura na Revolução Verde na década de 1950. Ela trouxe consigo a concentração e o acúmulo de riquezas expressos pela política de monopolização do capital.

Dessa perspectiva, o trabalho de formação da CPT com os povos do campo configura-se como ações coletivas coordenadas para a transformação social e consolidação da Reforma Agrária Popular. Elas entram na luta social e revelam as contradições da questão agrária brasileira,

movendo-se a CPT por uma herança histórica colonial que perpetua a realidade da questão agrária no Brasil, a qual é marcada pela concentração de poder.

Portanto, a CPT parte do princípio de que a Reforma Agrária Popular não está reduzida à terra, ela precisa ser discutida com base nas condições básicas do bem viver das comunidades de forma a garantir sua emancipação. Em outras palavras, assegurar a autonomia dos sujeitos camponeses sobre suas vidas, mediante a construção de processos educativos populares. Eles devem ser feitos livres e capazes de perceber as contradições existentes em sua realidade.

2.2 As políticas públicas para o campo no Brasil e os últimos governos no século XXI

Ao longo das mais de duas décadas desde a criação do PRONERA em 1998, foram identificados grandes avanços na Política de Reforma Agrária no Brasil a partir da demarcação e da titulação de terras concedidas pelo INCRA. Isso foi possível graças ao apoio do governo de esquerda do Partido dos Trabalhadores entre 2003 e 2015.

Contudo, por outro lado, análises da questão agrária nos governos Lula mostram uma situação mais complexa de um governo de coalizão. O atlas da reforma agrária, com o qual Girardi (2022) trabalhou no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projeto de Reforma Agrária – NERA, demonstra que a política de distribuição de terras não foi reformadora no sentido de alterar a estrutura fundiária concentradora, sobretudo nas regiões de interesse econômico do capital, beneficiadas por infraestrutura favorável à circulação de mercadorias.

A questão é que, com o golpe e, em seguida, com o neofascismo, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA foi transformado em uma imobiliária para a regularização da grilagem, entre outros desmantelos escabrosos, como os genocídios denunciados pelo Tribunal Permanente dos Povos – TPP. Vamos lembrar que o Matopiba consagrou-se por um decreto assinado no governo Temer, mas a correlação de forças foi sendo montada desde o governo Lula – governo de conciliação – que apoiou muito o agronegócio.

Contudo, os avanços e as conquistas da classe trabalhadora, sobretudo no que se refere ao direito à terra e à agricultura familiar, foram tomados a partir do golpe pelo governo ilegítimo de Michel Temer em 2016, o que significou um verdadeiro retrocesso na política de Reforma Agrária.

Para além da criminalização dos movimentos sociais, da abertura da compra de terras pelo capital estrangeiro para “concentrar terra nas mãos de poucos sem nenhuma preocupação com a preservação da vida, da cultura e da sustentabilidade socioambiental no campo” (SILVA, 2018, p. 16), tivemos a redução do orçamento da reforma agrária e o aumento da violência no campo. Conforme apontam os Cadernos de Conflitos no Campo, publicados pela CPT em 2018, esse

aumento tem forte relação com “o golpe contra a democracia e a entrada de um governo ilegítimo, que tem como ordem o extermínio de trabalhadores e trabalhadoras rurais, de indígenas, de povos tradicionais e quilombolas” (p. 17).

Tais ações realçaram o agravamento dos conflitos agrários e afrontaram o Estado Democrático de Direito, pois o governo tipificou as ações dos movimentos como terroristas. Os retrocessos ficaram ainda mais escancarados a partir de 2019 com a nova onda de tomada de poder pela extrema direita, quando se deu a eleição de Jair Bolsonaro.

De acordo com dados divulgados pela CPT sobre o balanço da questão agrária no Brasil em 2021, os povos indígenas estão entre as principais vítimas de violência no campo, sobretudo quando da luta por direitos e pela permanência em suas terras e territórios são vítimas de diversos crimes, como destruição de casas, grilagem e pistolagem. Esses eventos aumentaram de forma avassaladora no período de janeiro a agosto de 2021, atingindo 418 territórios.

Esses crimes foram apoiados pelas políticas neoliberais do governo Bolsonaro, que atacou as políticas ambientais, flexibilizou leis ambientais, aprovou novos agrotóxicos nocivos à saúde humana – já proibidos em outros países –, bem como subsidiou crédito para alavancar o poder do agronegócio, o qual passou a contribuir para o enfraquecimento da gestão ambiental, para o desmatamento e para as queimadas, afetando o Cerrado e a Amazônia.

Em 2021, foram presenciados vários crimes de genocídio e ecocídio praticados pelo governo Bolsonaro contra o meio ambiente, motivados pelo enfraquecimento e pela desregulamentação do licenciamento ambiental. A redução dos recursos destinados para controle, qualidade e conservação ambiental também foram observados.

De janeiro a dezembro de 2021 foram liberados 534 agrotóxicos (publicados no Diário Oficial da União - DOU) contra 493, em 2020. O número se configura como um novo recorde com volume de aprovação 14% superior no intervalo de um ano. Assim, nos três anos do governo Bolsonaro foram liberados 1.445 novos registros. Seja através dos alimentos ou das águas o capital segue provocando um genocídio coletivo (CPT, 2022)

Diante desses desafios enfrentados na área ambiental no ano de 2021 no Brasil, é fundamental reconhecer a solidariedade como elemento de resistência que fortalece a cultura camponesa através das relações afetivas. Os camponeses exercem condições de alteridade por meio da partilha de alimentos para, assim, resistirem à afronta do capital.

Por outro lado, devemos reconhecer a urgente necessidade de se extrair a diversidade dos territórios e de se promover o diálogo com diversas áreas da vida para operacionalizar a luta de

classes. Uma consciência de classe histórico-social que possa combater a mercantilização da terra e enfrentar a extrema direita deve ser forjada para que avancemos na contra-hegemonia e possamos viabilizar formas de resistência social e de permanência no campo, sobretudo lutando contra o fechamento das escolas do campo.

Para tanto, é necessário termos consciência de que a vitória da classe trabalhadora nas últimas eleições de 2022, com a eleição do presidente Lula, não representa o fim do bolsonarismo, pois o senso comum da extrema direita neoliberal e ultraconservadora continua robusto, tendo em vista que se encarnou numa forma jamais vista na história política deste país. Desse modo, é preciso partirmos para o enfrentamento das disposições de pensamento do paradigma científico e tecnológico envolvido no agronegócio, pois ele colide com e confronta a Educação do Campo por meio dos aparelhos privados de hegemonia. Ele causa um vazio populacional no campo, em função de uma imagem criada pelo agro para inviabilizar o modo de vida camponês. Para tanto, Silva (2018, p. 9) expõe um desafio importante para a construção desse enfrentamento:

O desafio é a unidade na luta dos movimentos sociais do campo e da cidade. O campo unitário, com o seu conjunto de movimentos, tem feito a resistência, tem denunciado os retrocessos e segue em luta, mantendo firme a esperança dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do país na retomada da democracia.

Contudo, as relações solidárias são fundamentais para combater essas ideologias dominantes e aspirações hegemônicas, pois revelam de forma coletiva que a dinâmica territorial do campesinato da ótica constitutiva do modo de vida camponês, no que tange à sua criação e recriação, passa por suas formas de resistência a partir de sua dimensão cultural e autonomia.

2.3 O modo de vida e a produção camponesa

Consideramos que, se o camponês perde sua autonomia, conseqüentemente é exposto a uma lógica de subordinação, ou seja, de subtração da renda da terra pelo capital, que, de acordo com Oliveira (2007, p. 58), se expressa pelo “monopólio do território pelo capital”. Assim, esse é um par dialético, ou um conjunto de processos contraditórios existentes no capitalismo, que se referem ao campesinato, que se cria e se recria dentro do sistema.

Logo, para definir essa resistência, Shanin (1980, p. 12) argumenta que:

A delimitação e a apresentação da especificidade camponesa, dentro do conceito do “modo de produção camponês”, fornecem uma abordagem possível à teorização e à análise de inúmeros problemas em questão como, por exemplo, a estrutura societária dos camponeses.

Ainda segundo Shanin (1980), existem quatro características que contribuem para a definição de camponês: a) a propriedade rural familiar como a unidade básica da organização econômica e social; b) a agricultura como principal fonte de sobrevivência; c) a vida em aldeia e a cultura específica das pequenas comunidades rurais; d) a situação oprimida, isto é, a dominação e a exploração dos camponeses por poderosas forças externas. Assim como a partilha de alimentos, as atividades de mutirão, as crenças e a medicina caseira também são elementos presentes nessa condição.

Algumas dessas características prevalecem nos modos de vida dos camponeses piauienses, assim como de outros grupos no Brasil, porém existem localidades nas quais essas características já não são mais percebidas, e, dependendo do lugar, esses camponeses terão definições diferenciadas.

Assim, como grupo social, o campesinato conta com um estilo de vida próprio: seu modo de vida. Ele preserva a autonomia dos camponeses, mesmo que relativa: tem como prática a cooperação entre seus membros e tem uma relação completamente diferente com a agricultura, a qual vai além dos aspectos econômicos. Na maior parte das unidades familiares, os alimentos são produzidos principalmente para garantir a sobrevivência do próprio camponês, de sua família e da comunidade em que vive, mas também como meio de se estabelecer relações de reciprocidade. O excedente costuma ser trocado ou vendido em feiras ou em mercados locais, fato que subverte a lógica de transformação dos alimentos em mercadoria.

Vale ressaltar que a contribuição social do trabalho camponês extrapola o universo imediato das famílias e comunidades camponesas, não só pela circulação de alimentos, como também pelos “serviços ambientais” que a agricultura camponesa preserva e potencializa (SILVA, 2021). Desse modo, o camponês é o sujeito social que mantém a solidariedade como elemento definidor de seu modo de vida.

A resistência camponesa nos territórios é fruto da organização da produção e da soberania alimentar, a qual favorece condições materiais para a reprodução da vida no campo, sobretudo da agricultura familiar camponesa. Logo, a propriedade dos meios de produção da terra (posseiro, renteiro) são elementos que contribuem para explicar a socialização camponesa por meio da força do trabalho familiar, da parceria e da ajuda mútua nas atividades de mutirão.

Esses elementos representam uma forma de organização do trabalho com a qual o camponês determina seu tempo de trabalho. A partilha de alimentos é vista como elemento de solidariedade nesse modo de vida. Essa relação produz e valoriza processos coletivos, faz prevalecer uma lógica de produção que difere da capitalista, pois, nesse cenário, o camponês é o trabalhador que detém o autodomínio sobre seus instrumentos de produção.

Dessa modo, esse processo se caracteriza pela garantia da posse da terra por meio da família e também pela posse dos meios de produção do trabalhador camponês. Oliveira (2007, p. 41) exemplifica que “nessa relação o camponês pode ser camponês-rendeiro (pagar renda para poder ter acesso à terra) ou ser camponês-possuidor (recusar-se a pagar a renda e apossar-se da terra)”.

Reforçando essa relação direta dos meios de produção, Oliveira (2007 p. 42) afirma que “o camponês repõe, a cada ciclo da atividade produtiva, os meios de produção e a força de trabalho para a repetição pura e simples dessa atividade produtiva”.

Assim, a produção camponesa entra em confronto com o agronegócio, em razão de este gerar relações culturais de disputa pela expropriação do trabalho e acumulação de capital. Seu processo de reprodução está condicionado à sua autonomia, à sua soberania e à força do trabalho familiar como elementos estruturais desse processo. De acordo com Oliveira (2007, p. 42), existem quatro componentes inerentes a esse processo. São eles:

Os proprietários que especulam a terra; o Estado que faz gerar as contradições; e a formação das cooperativas no campo, que ao mesmo tempo que protege os agricultores e contribui na organicidade de luta e resistência, outrora explora os camponeses levando-os a proletarianização por meio do processo de compra e venda.

O desenvolvimento no campo está associado ao monopólio do território pelo capital, bem como à sujeição da renda da terra pelo capital, que, de acordo com Oliveira (2007, p. 43), “é mais um componente particular e específico da mais valia”. Nesse contexto de subordinação da renda da terra, o camponês insere-se verticalmente na lógica capitalista e torna-se assalariado, ou seja, sua força de trabalho vira mercadoria. Conforme salienta Oliveira (2007, p. 36),

As relações capitalistas de produção são relações baseadas no processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção, ou seja, os trabalhadores devem aparecer no mercado como trabalhadores livres de toda a propriedade, exceto de sua própria força de trabalho.

Além essa subordinação à exploração da força de trabalho e à ruptura com o lugar de reprodução, existe uma continuidade do modo de vida camponês, pois ele nunca está restrito aos aspectos produtivos, mas sobretudo à sua relação de reciprocidade com a terra e com a natureza como base material de reprodução da vida que configura a sua dimensão de classe social. Em geral, a dimensão cultural do campesinato, a exemplo da socialização de saberes tradicionais, tais como formas de cultivo e manejo da terra, cantigas populares, rezas e a medicina caseira, agregam-se como elementos centrais e caracterizadores do campesinato. Assim, de acordo com Oliveira (2007, p. 11),

O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar.

As palavras “camponês” e “campesinato” foram incorporadas pela esquerda ao vocabulário brasileiro para fazer jus às lutas encampadas pelas ligas camponesas da década de 1950 e para desmistificar várias palavras ofensivas que adjetivavam os povos do campo como atrasados e rústicos. Esse movimento contribuiu para o crescimento das lutas camponesas e para a entrada do termo campesinato no debate político nacional e, posteriormente, para sua compreensão como classe social (MARTINS, 1981).

Bombardi (2003, p. 110) esclarece: “Esta concepção do campesinato, enquanto classe social, é um dos alicerces que fundamenta [...] a premissa de que o campesinato se reproduz no interior do capitalismo e é uma classe social também deste modo de produção”.

Em geral, podemos reafirmar que o campesinato constitui o modo de vida camponês dentro do território, pois, mesmo tendo sido criado em decorrência da expansão do capitalismo, mostra-se como classe social. A resistência evidencia-se pela sua relação com a terra, pela sua sobrevivência na e com a terra, todavia sua resistência também necessita da materialização das políticas públicas que trabalhem a redistribuição de terra e a ruptura com o modelo de política econômica neoliberal.

2.4 A educação em face do capital

Feitas essas discussões, é evidente que o capitalismo, por meio da propriedade privada da terra, criou processos formais específicos, especialmente na área da educação através de parcerias público-privadas, que verticalizaram a correlação de forças e causaram mudanças na relação capital x trabalho, as quais contribuíram para a aniquilação dos movimentos e neutralização da educação. Assim, é claro que a concentração e a acumulação de forças, de renda e de terra estão sempre alinhadas a outros processos, a exemplo da falta de oferta e de garantia da educação no campo, que causa a desterritorialização do campesinato em escala local e mundial.

Portanto, a superação dessa dualidade exige uma ruptura política com um projeto de desenvolvimento do capitalismo na agricultura, chamado agronegócio. Ele tem revertido a educação, o campo, a agricultura e o modo de vida camponês em um verdadeiro conglomerado econômico por meio do financiamento de bancos e de grandes empresas estatais que se colocam como “salvadoras da pátria” e promotoras de um desenvolvimento centrado no

ultraconservadorismo. Esse processo coloca o lucro acima de qualquer dimensão da vida humana e da natureza. No capítulo seguinte, abordaremos os impactos socioambientais desse projeto de (des)envolvimento em escala local, considerando o lócus da pesquisa.

3 O MATOPIBA E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

Neste capítulo, abordaremos o processo de formação territorial da política de expansão do capitalismo na agricultura denominado Matopiba, a qual captura os modos de vida camponeses no sul do Piauí. Para tanto, ressaltamos que essa expansão é fruto de um projeto de (des)envolvimento da agricultura de *commodities* em larga escala convertido por um processo monocultural mental (SHIVA, 2003). Esse processo subverteu a consciência de trabalhadores e continua a manipulá-los para enquadrá-los numa lógica empresarial e de mercado com a compra de insumos e de sementes geneticamente modificadas.

A formação e a ocupação territorial do Matopiba deram-se a partir da introdução de novos pacotes tecnológicos na segunda fase do capitalismo contemporâneo no final do século XX e no início do século XXI, “caracterizado pela crescente internacionalização e financeirização dos investimentos” para exploração de terras (FAVARETTO *et al.*, 2019a, p. 54).

A expansão do agronegócio pelas terras da região do Matopiba consagrou-se com a ideia de esvaziamento do campo pela monocultura mental (SHIVA, 2003), que penetrou no imaginário camponês, anulou as práticas de agricultura tradicional dos camponeses e os subverteu-os à dependência do mercado. Esses indivíduos foram forçados, por meio da cooptação mental, a trabalhar nas lavouras de soja, principal *commodity* utilizada para a expansão da fronteira agrícola.

Tal expansão caracterizou a região sul do Piauí como última fronteira agrícola, sob o discurso hegemônico que enquadra a memória dos camponeses para justificar o ideário desenvolvimentista do campo como lugar vazio e ocupá-lo através de projetos de mecanização agrícola avançados. Com isso, eliminam as práticas ancestrais do campesinato e de seus povos e, conseqüentemente, negligenciam suas formas de ser, de viver e de criar no campo.

Esse processo se acentuou a partir dos anos 1970, quando novas áreas no Centro-Sul do Brasil começam a ser incorporadas à estrutura produtiva do agronegócio de grãos e de carne em um processo que avança nos anos 1980 até a região nordeste e, particularmente ao sudoeste do Piauí (SOUSA, 2017, p. 45).

A segunda metade do século XX consagra a expansão territorial do agronegócio no Matopiba de forma sistemática, com base na instalação de grandes projetos de monocultivos, sob a égide do discurso do campo como “lugar vazio”, eliminando, assim, todas as relações sociais e formas de conhecimento produzidas pelos povos autóctones e transmitidas por gerações. A negação desses saberes é acompanhada por um processo de manipulação e de subversão da consciência de classe que consagra o que Shiva (2003) determina como monocultura da mente.

Pesquisas realizadas pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, em cooperação com a CPT, atestam que esses processos de cooptação e de colonização mental na região do Matopiba, particularmente no sul do Piauí, foram moldados pelas relações capitalistas de produção e pela expropriação de comunidades tradicionais e de projetos agrícolas desde o início do século XIX (STEFANO; LIMA; MENDONÇA, 2020, p. 8).

A partir dos anos 2000, um movimento de supervalorização do agronegócio em escala global, configurou-se. Os meios de comunicação, sobretudo a televisão, a qual passou a alcançar áreas interioranas do país, dada a chegada da energia elétrica nas áreas rurais, têm um papel fundamental nesse processo. O bombardeio de sons e imagens, a exemplo da propaganda “agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, passa a penetrar na mente dos camponeses para justificar a ideia de que toda a produção no campo é oriunda do agronegócio.

Esse processo contribuiu para elevar a imagem do agronegócio disponibilizando créditos fundiários para financiar a produção; por outro lado, a agricultura familiar foi esquecida, deixada de lado. Tudo isso aumentou a procura de grandes latifundiários por terras no sul do Piauí para a exploração e a expropriação do território, o qual, por sua vez, foi impactado pelas consequentes devastações causadas pelos chamados “correntões” – uma espécie de corrente presa a tratores, utilizada para exterminar toda a vegetação. Essa prática de desmatamento tem despovoado a fauna e a flora desse bioma, exclusivamente para o plantio de soja, de milho, de algodão e para a criação agropecuária.

O financiamento de créditos favoreceu o processo de especulação das terras de modo intenso, além de aprofundar o aumento do preço dos terrenos e, conseqüentemente, a acumulação e a concentração de terras. Bom Jesus e Uruçuí, no Piauí, são os municípios que mais sofreram com esse aumento: 415% e 529%, respectivamente (FIAN INTERNACIONAL; REDE SOCIAL...; CPT, 2018).

O processo de acumulação aumentou quando grandes empresas transnacionais de insumos agrícolas e de monocultivos habitaram a região e começaram a explorar seus recursos ambientais por volta de 2002. Esse processo representou uma reconfiguração do espaço agrário regional, pois alterou as formas de produção e consumo da população urbana e do campo. Os camponeses foram compelidos a trabalhar nas lavouras de soja, de milho e de algodão, e a abandonarem suas áreas de plantio nos baixões, sob o discurso de assalariamento. Tal discurso, na verdade, serviu para explorar esses trabalhadores sob condições degradantes de saúde e jornadas de trabalho exaustivas.

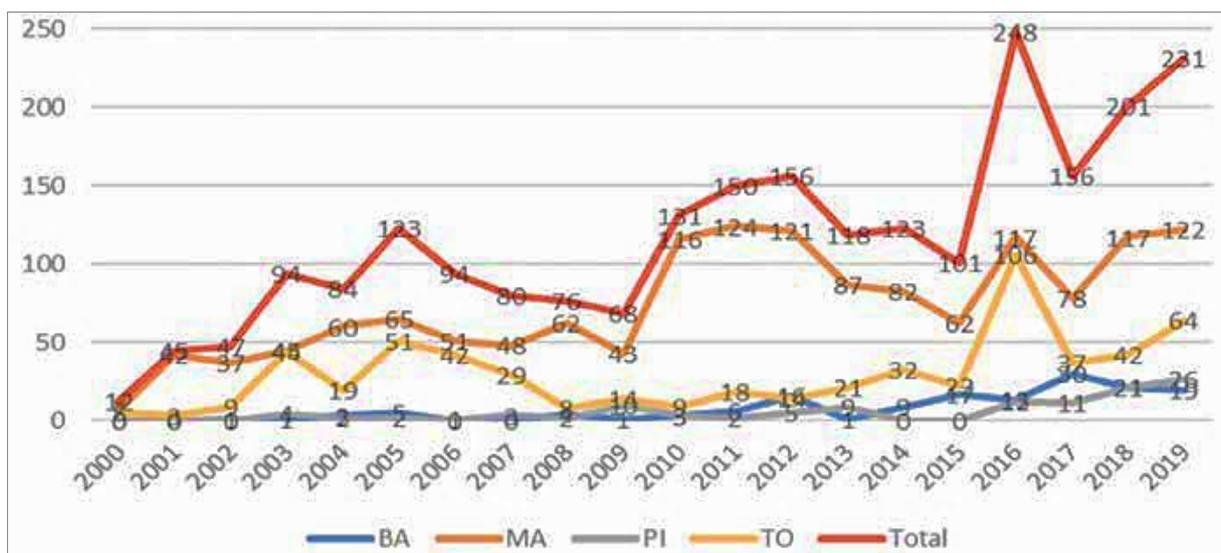
Esses dados e afirmações foram amplamente divulgados em relatórios e em pesquisas promovidas por movimentos sociais, organizações nacionais e internacionais de direitos humanos, a exemplo da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Esta, em parceria com a FIAN

internacional e com a CPT, publicou o relatório “Os custos ambientais humanos e do negócio de terras: o caso do Matopiba, Brasil”, em 2018. Ele desvelou os impactos ambientais sobre os direitos humanos em decorrência da forte especulação de terras na região (FIAN INTERNACIONAL; REDE SOCIAL...; CPT, 2018).

Entre os impactos identificados pela pesquisa estão: apropriação de terras e expropriações das comunidades, disputas por água, contaminação das águas pelo uso intensivo de agrotóxicos, queimadas, desmatamento do cerrado, insegurança alimentar e nutricional, bem como violência e conflitos disseminados (FIAN INTERNACIONAL; REDE SOCIAL...; CPT, 2018).

Como demonstra o gráfico da Figura 6 produzido pelas organizações, os conflitos por terra, por trabalho e por água na região triplicaram nos últimos 20 anos.

Figura 3 – Conflitos no campo - Matopiba (2000 - 2019)



Fonte: CPT (2022).

Segundo a CPT, entre 2000 e 2019, o maior número de conflitos foi registrado nos municípios de Bom Jesus (18) e de Baixa Grande do Ribeiro (15), no sul do Piauí. Esses municípios têm forte atuação no agronegócio: nos últimos quatro anos do governo Bolsonaro, beneficiaram-se com o declínio das políticas públicas ambientais para regularização fundiária e Reforma Agrária, bem como o afrouxamento das medidas de licenciamento ambiental. Essas medidas favorecem inclusive a grilagem digital de terras, além de terem ajudado a aprovar “pacotes de veneno” em 2019, “quando foram liberados 502 novos agrotóxicos pelo Ministério da Agricultura” (STEFANO; LIMA; MENDONÇA, 2020, p 28).

No entanto, mesmo diante da crise de saúde pública impulsionada pela pandemia da Covid-19 – associada aos impactos socioambientais causados à natureza, que se refletem diretamente na

saúde humana –, em janeiro de 2020, esse mesmo ministério do governo Bolsonaro liberou 150 novos agrotóxicos. Essa realidade demonstra que assumir a pandemia como relação de destruição da sociobiodiversidade nos faz questionar o acirramento do sofrimento e das vivências anteriores a ela, que foram tomados como inevitáveis e condicionaram ameaça à vida de maneira real. O fato de a pandemia não ter afetado vários territórios na mesma proporção nos faz perceber que a disseminação do vírus ocorreu de acordo com os padrões estruturais de desigualdade.

Como retrata Oliveira (2022) a Covid-19 deve ser concebida não como uma pandemia, mas como uma sindemia, uma vez que ela não afeta vários territórios na mesma proporção, o que nos faz perceber que a disseminação do vírus foi propagada de acordo com os padrões de desigualdades estruturais.

Buscar explicações para essas inquições diante do contexto atual significa reconhecer que a indústria milionária dos agrotóxicos, articulada à indústria cultural, tenta eliminar da cena pública todas as evidências científicas e sociais dos malefícios dos agrotóxicos.

Essas evidências multiplicam-se no sul do Piauí, quando há o acirramento das relações entre latifundiários do agronegócio e camponeses. Vivenciamos de perto e podemos destacar a audiência pública na Câmara de Vereadores da cidade de Uruçuí, em maio de 2019, com o objetivo de confrontar o cenário das pulverizações aéreas que ocorrem no cerrado piauiense. A sociedade civil socioambiental organizada do Piauí forçou a Câmara de Vereadores de Uruçuí, berço do Agronegócio, a realizar uma audiência pública para discutir o uso dos agrotóxicos no cerrado piauiense.

Esse foi um momento oportuno, pois os membros do Coletivo Cenas Camponesas, a convite da Rede Piauiense de Agroecologia – ArREPIA e do Núcleo de Agroecologia e Arte do Vale do Gurguéia – NAGU, realizaram uma intervenção artística (Figura 7). Na ocasião, o coletivo apresentou uma cena sobre os impactos sociais e humanos do uso de venenos na agricultura e colocou o teatro como ferramenta de reflexão sobre o direito à vida.

A intervenção teatral do coletivo Cenas Camponesas consistiu em uma cena extraída da peça “Fazendeiros e Posseiros” (adaptação de “Horácios e Curiácios”, de Bertolt Brecht) (PEREIRA *et al.*, 2022), que problematiza essas questões. O clima tenso de disputa de poder e de narrativas sobre a questão foi claro, pois, segundo o setor do agronegócio, também presente no evento, o uso de agrotóxicos não pode ser considerado uma ameaça à vida.

No momento da audiência, essas evidências vieram à tona, mostrando a complexidade da questão e a urgência de uma ação coletiva que tirasse do Brasil a medalha de campeão mundial em consumo de agrotóxicos. Segundo as entidades supracitadas e apoiadoras da agroecologia, a falta de informações seguras relacionadas ao controle, à produção, à comercialização e à destinação final dos agrotóxicos na região têm aumentado o uso indiscriminado de venenos, como também o envenenamento de trabalhadores e trabalhadoras do campo, das cidades, assim como das fontes de água que abastecem milhares de pessoas e animais na região.

Figura 4 – Fotos de apresentação artística em audiência pública na Câmara de Vereadores do Município de Uruçuí.



Fonte: Arquivo do autor, 2019

Representantes de grupos sociais com pontos de vista antagônicos sobre o tema em pauta estavam presentes na audiência. De um lado, os empresários da agricultura patronal e, de outro, as organizações camponesas e os grupos apoiadores da agroecologia. O debate foi acirrado e, em alguns momentos, tenso. Entre os encaminhamentos do evento, destacou-se o compromisso do Ministério Público em examinar a água do rio Uruçuí Preto, a fim de conferir seu grau de contaminação por agrotóxicos utilizados nas monoculturas na área de cerrado próxima à cidade de Uruçuí.

A contaminação por agrotóxicos foi identificada em amostras de leite materno na pesquisa de mestrado realizada por Inácio Pereira Lima, intitulada “Avaliação da contaminação do leite

materno pelo agrotóxico glicofosato em puérperas atendidas em maternidades públicas do Piauí” (LIMA, 2017). Tal pesquisa foi realizada na cidade de Uruçuí, onde foram identificados resíduos desse agrotóxico no leite materno, o que também se relaciona ao aumento de casos de aborto por exposição crônica a veneno.

Portanto, é relevante ressaltar que o tema dos agrotóxicos precisa ser discutido a partir de uma visão global que envolva geopolítica, soberania nacional e alimentar, autodeterminação dos povos e a cadeia produtiva dos combustíveis fósseis/corporações, a qual está por trás de todo conglomerado econômico. Afinal, quem manda na produção de alimentos manda no mundo, sem mais! Foi isso o que as potenciais predadoras e parasitas descobriram após a Primeira Guerra Mundial.

No entanto, o uso indiscriminado dos agrotóxicos demonstra seus principais impactos na saúde humana e vem sendo tema recorrente de pesquisas que apontam resultados alarmantes, a exemplo do aumento dos índices de insegurança alimentar e nutricional que se configuram pela grande quantidade de produtos comercializados, os quais são classificados como extremamente tóxicos. Segundo a Agência Nacional de Vigilância e Saúde – ANVISA, entre 2013 e 2015, 58% das amostras de alimentos analisadas estavam contaminadas, chegando a 4 mil casos de intoxicação em 2017 (LIMA, 2017).

Assim sendo, questões sobre o uso de agrotóxicos direcionam-se à necessária análise da questão agrária, sobretudo dos impactos socioambientais na área de fronteira agrícola do Matopiba. Essas questões revelam grande disparidade e desproporcionalidade em relação à qualidade de vida. Percebe-se que o PIB das cidades do sul do Piauí é descompensado em relação ao IDH, e mostra distorções quanto à péssima qualidade de vida, pois, quanto mais sobe o PIB, mais cai a qualidade de vida (FAVARETTO *et al.*, 2019b).

Essa relação inversamente proporcional entre crescimento econômico e desigualdade demonstra que o projeto de desenvolvimento do agronegócio é tendencioso. Ele visa beneficiar a burguesia local e internacional, e consolidar uma característica marcante da formação social do Brasil: o vínculo entre concentração de terras e acumulação de poder.

Procurando diagnosticar os processos de concentração fundiária e comprovar cientificamente esses impactos, o relatório publicado em 2020 pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e pela CPT “Especulação com terras na região Matopiba e impactos socioambientais” (STEFANO; LIMA; MENDONÇA, 2020) aponta a financeirização como forma mais agressiva da especulação com terras. O aumento no preço das terras nessa região aqueceu o mercado internacional e levou à expulsão dos camponeses. No entanto, esse processo de inflação

dos preços das terras consiste no movimento de acumulação por parte de empresas transnacionais imobiliárias agrícolas.

A acumulação é a base estrutural do processo de mundialização da agricultura (OLIVEIRA, 2016), reconfigurando os padrões de consumo da sociedade e alavancando o mercado financeiro internacional no que diz respeito a uma suposta uma promessa de qualidade de vida, que não se cumpriu até hoje. Desse modo, a reprodução do capital tem se reinventado por meio do capitalismo global, sendo este o responsável por gerir os discursos de desenvolvimento econômico.

Tais discursos são fortemente constituídos e favorecem a institucionalização de políticas públicas e a liberação de créditos para avanço do agronegócio em várias regiões do país. No Nordeste, as fazendas de grãos têm avançado perigosamente rumo ao Norte, sobre os 500 km do território chamado Matopiba, que compreende “a vasta porção do Cerrado brasileiro e parte da Amazônia Legal que envolve todo o estado do Tocantins, mais o oeste baiano, o sul do Maranhão e do Piauí” (FAVARETTO *et al.*, 2019a, p. 21), área que vem sofrendo com a infeliz erradicação do cerrado nativo.

Esse avanço da monocultura em grande escala aponta diversos impactos e danos ao meio ambiente: ausência de várias espécies de aves e de animais que compunham a biodiversidade da região, bem como a contaminação de rios, brejos, lagos e nascentes, em função do uso exacerbado de agrotóxicos, sobretudo pela pulverização aérea. Esses impactos revelam conflitos causados por desigualdades socioeconômicas propiciadas por um ordenamento territorial presidido pelo antagonismo entre dois projetos de desenvolvimento: o agro urbano-industrial da agricultura convencional e a agricultura camponesa, que prega a sustentabilidade e a agroecologia como ferramentas para a territorialização camponesa.

Autores que trabalham com a dialética materialista, a exemplo de Martins (1981) e Porto-Gonçalves (2019), revelam que existe um meio rural que se caracteriza por frequentes transformações: das formas de manejo, de armazenamento e da comercialização da produção no campo, como as atividades pluriativas que os camponeses desenvolvem como forma de complementar a renda.

Algumas das transformações territoriais no sul/sudoeste do Piauí resultam de trocas comerciais com os Estados Unidos e a China, mediante exportações de *commodities* para a formação de grandes conglomerados econômicos e o abastecimento do mercado internacional (ASSIS, 2017). Esse processo impacta diretamente alguns aspectos da destruição socioambiental, como a degradação, conflitos agrários, grilagem, etc. O Núcleo de Regularização Fundiária do Piauí já

reconheceu a grilagem como problema estrutural do capital agrário, que potencializa guerras assimétricas de poder e apresenta segurança jurídica para o capital

A expansão do Matopiba reconfigurou o espaço agrário regional, alavancou a acumulação de capital, concentração de terras e implicações socioambientais e territoriais (SOUZA; FREITAS, 2021). A apropriação de terras por parte de famílias gaúchas vindas do sul do país contou com o apoio e o financiamento de estatais com vistas à especulação e à exploração de terras no cerrado piauiense. O propósito é a exportação de *commodities* e o financiamento delas em bolsas de valores internacionais.

A chegada dos migrantes gaúchos deu-se na primeira onda de expansão da agricultura industrial sobre o cerrado, sob incentivo estatal, a partir dos anos 1990. De fato, o agronegócio, com base na aliança de capitais e na inserção da agricultura regional na lógica da financeirização, deu-se de maneira efetiva pelo Decreto Presidencial de 2015, que instituiu o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba, o qual já vinha sendo delineado desde 2013.

A preservação do cerrado deve ser garantida para que ocorra a reprodução do modo de vida camponês e a sustentabilidade dos territórios, pois “o Cerrado é compreendido como parte das formas de vida de quem ali reside, o cerrado é ser vivo como nós humanos” (LIMA, 2021, p. 7).

Compartilhamos das ideias de Porto-Gonçalves (2019, p. 2) quando afirma em sua obra “Dos Cerrados e de suas riquezas: de saberes vernaculares e de conhecimento científico” que:

A desconsideração da riquíssima diversidade cultural e biológica dos Cerrados por parte das elites econômicas, políticas e, até mesmo, acadêmicas, autorizou que, nesses últimos anos, mais do que os Cerrados, suas áreas fossem ocupadas pela expansão de um processo de desenvolvimento agrário/agrícola com base na quinentenária monocultura empresarial de exportação, cujo impacto socioambiental pode ser observado de diversas formas:

na violência contra seus ocupantes tradicionais, no acentuado êxodo rural com suas sequelas de perda de diversidade cultural, pela degradação das condições ecológicas – erosão genética (diminuição acentuada da fauna e da flora) – perda acentuada de solos, pelo desequilíbrio hídrico (rios perenes que se tornam intermitentes ou, simplesmente, deixam de existir; enchentes e secas mais acentuadas), pela contaminação de rios e lagoas pelo uso de agrotóxicos e, ainda, por uma extrema concentração fundiária, de poder e de riqueza.

Nas últimas duas décadas, tem sido claro o aparecimento de diversos conflitos agrários no território sul do Piauí. Esses conflitos são permeados pela expansão da fronteira agrícola do Matopiba, ou seja, do agronegócio, pois viola os direitos humanos, sociais e universais dos povos e das comunidades tradicionais do cerrado piauiense. Ela é efetivada pela coalizão de forças sociais

que colocam em xeque a resistência dos camponeses contra o modelo de desenvolvimento da agricultura empresarial capitalista.

Pensando nos conflitos desses territórios, em 2021, a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado fez uma petição ao Tribunal Permanente dos Povos (PTT) para a realização de julgamento de crime de Ecocídio contra o Cerrado, ameaçando seus povos. Denúncias envolveram violências sofridas pelos ribeirinhos da comunidade Chupé e pelos indígenas Akroá Gamela da Terra Indígena Vão do Viço, do município de Santa Filomena, região do Piauí próxima à cidade de Bom Jesus, a ‘capital do agronegócio’. Contudo, essa sessão do julgamento foi ampliada para além desses territórios, incluindo toda a região da Chapada das Nascentes (DIAS, 2023, p. 43).

Convém recuperar as peças de acusação e os votos do Júri do Tribunal Permanente dos Povos, promovido em setembro de 2021 pela Campanha Nacional em Defesa do Cerrado. Esse processo evidenciou o que está ocorrendo no cerrado violado pelo agronegócio. Ao mesmo tempo, há um genocídio e um ecocídio. Entre os tipos de acusações estão: a) acusação de ecocídio contra o cerrado, associado à ameaça de genocídio cultural (em curso) dos povos do cerrado; b) crimes de sistemas econômicos e ecológicos no contexto de rupturas democráticas com o aprofundamento do ecocídio (em curso) e c) violações sistemáticas de direitos dos povos do cerrado no contexto dos casos representativos do processo de ecocídio.

O julgamento evidenciou que crimes contra o cerrado são econômicos e ecológicos.

Os crimes econômicos de forma geral se definem pela violação de direitos humanos provocada ou relacionada às atividades econômicas e os crimes ecológicos são o “ecocídio” e os demais crimes ambientais de incidência continuada, os quais, como destacado, são pulsantes e evidentes no contexto do Cerrado brasileiro (TPP, 2021, p. 57).

O diálogo entre saberes tradicionais e científicos é uma das premissas político-metodológicas básicas da Campanha em Defesa do Cerrado, trazendo potência para um maior conhecimento das riquezas da sociobiodiversidade dos cerrados e na interpretação dos desafios que enfrentamos ao buscar defendê-las. Esse diálogo permite desconstruir visões coloniais e equivocadas acerca dessa imensa e diversa região ecológica, em especial aquelas que tratam o Cerrado como homogêneo e ordinário, passível de ser devastado para dar lugar a pastos, monocultivos, mineração e infraestruturas (TPP, 2021). Diante desse contexto, sublinhamos que a universidade se constitui um espaço de disputa, aparelho das classes sociais e modelos antagônicos de campo, políticas e educação.

3.1 Os processos de resistências: universidade em disputa e agroecologia

Em face desse contexto de desigualdade provocada pela intensa concentração fundiária, emergem as formas de resistência dos camponeses, a exemplo da agroecologia e da Educação do Campo, que surgem sob forma de gestão compartilhada para enfrentar as contradições que permeiam as territorialidades e seus modos de vida (SOUZA; FREITAS, 2021).

Essas resistências são encaradas em toda a mesorregião de Bom Jesus como processo de luta e auto-organização camponesa, corroborando para desvelar as contradições oriundas de conflitos e de impactos socioambientais, a exemplo da poluição de rios, exploração dos recursos naturais, extirpação e desmatamento do cerrado, uso indiscriminado do veneno, aumento de doenças infectocontagiosas, entre outros.

Para resistir a essas contradições, os camponeses procuram aumentar a sustentabilidade dos sistemas agrários por meio de processos de transição agroecológica focados na conservação de recursos naturais e no bem-estar da população, pois se articulam com o modo de vida das comunidades. Portanto, torna-se imprescindível que haja uma nova lógica de manejo de agroecossistemas e que os sistemas produtivos sejam redesenhados para diversificar o uso do solo e para aumentar a agrobiodiversidade, a exemplo das práticas de adubação verde que ampliam a quantidade de matéria orgânica no solo e recuperam sua fertilidade e seu equilíbrio dentro do agroecossistema, tornando-o resistente às pragas e às doenças.

Assim, buscamos entender como as práticas agroecológicas desenvolvidas pelos egressos do curso da LEdoC ajudaram e continuam ajudando esses camponeses a fortalecer e a reestruturar seus próprios agroecossistemas. Além disso, também ajudam a criar os sistemas de produção em seus lotes e comunidades, como destaca uma egressa em relato no artigo “Projeto Semeando Agroecologia: uma experiência de integração entre ensino, pesquisa e extensão universitária”, do livro “Faz escuro, mas cantamos: agroecologia e política no sul do Piauí”, produzido por estudantes e professores do NAGU.

O projeto semeando agroecologia despertou outro olhar para nosso agroecossistema, para nossos saberes, para nossas sementes da vida, para o resgate da cultura e da nossa história. Passamos a pensar essas questões dentro das disciplinas, mas com a visão voltada para as comunidades. A extensão nos permitiu, enquanto discente, o contato com experiências para além do que é abordado em sala de aula, expandindo a visão sobre a teoria (Maria Raimunda Borges Falcão, integrante do projeto, relato de 28 mar. 2021) (SILVA *et al.*, 2021, p. 95).

Logo, essa reflexão evidencia que, a partir da LEdoC, a agroecologia ajudou a materializar e a fomentar processos de resistência no sul do Piauí, com base nas práticas de sucessão de culturas que fortalecem os agroecossistemas locais. Isso ocorre mediante a conexão entre universidade e comunidade, de modo que, juntas, podem unir forças para diminuir os impactos socioambientais e para se contraporem ao capital agrário na região, o qual é acobertado pela figura do agronegócio.

Portando, é válido ressaltar que as resistências no contexto da Educação do Campo constituem-se matriz pedagógica da formação histórica das identidades, pois alicerçam a formação humana inerente ao modo de vida, aos saberes, aos valores e às culturas que reafirmam a diversidade como estratégia para fomentar a territorialização da agroecologia (ARROYO, 2020).

No capítulo seguinte, explicaremos que a agroecologia alicerçada na Educação do Campo inaugura e articula novas rotas de experiências sustentáveis e ecológicas pela territorialização do campesinato e pela manutenção do modo de vida dos camponeses no sul do Piauí. Isso é feito através da recriação da estratégia de resistência e do processo emancipatório e político como classe.

4 DIÁLOGOS SOBRE AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO

Este capítulo aborda a constituição da agroecologia desde o seu tripé como ciência, movimento e prática social, com destaque para seus princípios, fazeres e saberes educativos na práxis dos egressos da EDOC. Destacamos também a historicidade da luta dos movimentos sociais ancorada na preservação do meio ambiente, na valorização da vida e na sustentabilidade socioambiental. Essa luta busca um projeto popular de campo, de sociedade e de educação, fundamentado pela territorialização do modo de vida camponês e pela materialização de políticas públicas contra-hegemônicas, a exemplo da EDOC.

Além do protagonismo dos movimentos sociais, este capítulo destaca a forma como a EDOC foi concebida como política pública contra-hegemônica a partir do entendimento sobre o tripé campo, educação e políticas públicas. Assim, apresentamos seus marcos teóricos, os quais foram respaldados pelos seus princípios, métodos e diretrizes, ao apontar a Epistemologia da Práxis como categoria de análise para compreender a materialidade de origem da EDOC e como a agroecologia incorpora-se a ela.

Por fim, tratamos da construção da agroecologia e da Educação do Campo no lócus da pesquisa, o *campus* da UFPI/CPCE, para fortalecer o debate de como a agroecologia foi se territorializando dentro do *campus* e em todo o território da mesorregião de Bom Jesus, desde a prática da academia. Isso colocou em xeque embates e desafios da luta dos povos do campo, bem como dos conflitos oriundos das resistências geradas no interior dessas lutas.

4.1 Compreendendo a construção da agroecologia como ciência, movimento e prática social

Vale destacar as contribuições de referenciais históricos, tais como Altieri (2002), Caporal e Costabeber (2001, 2004), Gliessman (2005) e Primavesi (2016) para a análise, a compreensão e a fundamentação teórica da agroecologia. Esses autores a analisam como ciência, movimento e prática social, ao mesmo tempo em que fazem uma crítica ao capitalismo agrário e buscam estabelecer caminhos teóricos, metodológicos e práticos para a construção de uma agricultura de base ecológica, que é capaz de romper com os paradigmas dominantes do modo de produção capitalista.

O termo agroecologia remete ao paradigma de envolvimento com o campo – em oposição ao “des-envolvimento” capitalista) –, que pressupõe Reforma Agrária, poder popular e uma cultura ecocentrada, rumo à socioagrobiodiversidade como aspectos de um mesmo processo.

A agroecologia surge como sinônimo de ecologia de saberes aplicada à agricultura (ALTIERI, 2002), como prática cultural da ancestralidade camponesa para recriar uma

interculturalidade que fortaleça o campesinato. A constituição do Movimento Agroecológico Brasileiro – MAB passa pela vitalidade de lutas encaradas pelos movimentos sociais e por suas práxis como sujeitos coletivos educadores. Assim, antes de entendermos a agroecologia como movimento, precisamos recorrer ao marco histórico dos movimentos sociais no Brasil que precedem a luta pela terra e o avanço do capitalismo no campo.

Os movimentos sociais buscam influenciar a criação e execução de políticas públicas através de articulações formadas entre diferentes sujeitos sociais que debatem e reivindicam problemáticas conflituosas geradas sobretudo pelos antagonismos presentes na sociedade. De acordo com Gohn (2007), a partir dos anos de 1990, houve o surgimento de outras formas institucionalizadas de organização popular, como a constituição de fóruns nacionais de luta pela moradia, pela reforma urbana, assim como o Fórum Nacional de Participação Popular, etc. Isso tudo provocou a inserção em políticas públicas para a classe trabalhadora, o que firmou suas identidades e garantiu sua permanência nos territórios de origem.

A luta dos movimentos sociais é histórica e ocorre desde muito antes. Todavia, era uma luta inviabilizada pelas colonialidades do poder patriarcal, racista e classista que “operam para produzir exclusões abissais, isto é, para produzir certos grupos de pessoas e formas de vida social como não existentes, invisíveis, inferiores ou perigosas” (SILVA, 2021, p. 34). Vale destacar a representação simbólica de conflito e luta no campo pelo direito negado, que produziram saberes de comunicabilidade para a construção de estratégias de enfrentamento e de resistência, bem como para o enfrentamento das práticas do coronelismo e de outras formas de opressão.

Os movimentos sociais camponeses dentro de suas organizações (fóruns, conferências e encontros) têm o objetivo de gerar pertencimento ao se apropriarem de ferramentas culturais para a construção de práticas educativas e para o despertar em cada sujeito de uma intencionalidade formativa humanizada. Isso torna os indivíduos autônomos e emancipados politicamente como classe de resistência. Entre os princípios formativos desses movimentos, a exemplo do MST e do Movimento Nacional de Educação do Campo, destaca-se a mística que colabora com a composição das matrizes formativas para gerar pertencimento por meio da relação dialógica de formação humana e social dentro dos movimentos, fato que revela uma grande transformação na vida dos sujeitos pertencentes.

Diante desse contexto histórico e de luta social marcado por conflitos e disputas territoriais imanentes ao protagonismo de atuação dos movimentos sociais, podemos afirmar que a agroecologia é entendida como movimento na medida em que se articula com os saberes e com a

memória de diferentes povos. Ela busca preservar e publicizar esses saberes como via para a legitimação e a manutenção do campesinato e do modo de vida dos povos e das comunidades tradicionais que habitam os diferentes ecossistemas.

Como movimento, a agroecologia desperta a construção de organizações e de entidades que se mobilizam em prol da organização de experiências agroecológicas, a exemplo da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, criada em 2002, e da Associação Brasileira de Agroecologia – ABA, de 2004. Juntas, essas organizações alimentam práticas produtivas sustentáveis e ecológicas em consonância com um novo projeto de campo e de sociedade, o qual é fundamentado pelo equilíbrio socioambiental nos mais variados ecossistemas. A busca por esse equilíbrio consiste na diversificação produtiva e no rompimento com o expressivo avanço do capitalismo. A agroecologia é uma práxis contra-hegemônica e diversificada que se apresenta como ferramenta de politização e de produção cultural. Ela atua no compartilhamento de saberes, a exemplo dos conhecimentos ancestrais que os camponeses produzem com base nos tempos e ritmos da natureza. Esse processo leva em consideração as fases da lua nas práticas de cultivo e na plantação.

A agroecologia passou, então, a fazer parte de um debate importante contra a territorialização do capital no campo, de modo que provocasse uma mudança na relação ser humano/natureza sem a mediação do capital, criando uma relação indissociável entre prática e teoria. Em outras palavras, uma interligação entre as diversas áreas do conhecimento para ler a realidade como práxis social, articulando saber camponês, científico e formação política. Juntos, esses elementos devem poder atuar na construção de um novo projeto de campo e de sociedade.

É importante reconhecer que as primeiras experiências agroecológicas foram vividas há muito tempo, desde os povos autóctones às agriculturas alternativas promovidas pela associação AS-PTA-Agricultura Familiar e agroecologia na década de 1980, que estão na base do movimento agroecológico (SILVA, 2021). Posteriormente, essas experiências foram expandidas pelo Brasil no contexto da Via Campesina nos anos 2000, quando diversos movimentos sociais, juntos e organizados, começaram a criar métodos e estratégias para se posicionarem publicamente e para discutirem a agroecologia como política pública de enfrentamento ao capital agrário (GUHUR; TONÁ, 2012).

A busca por esse equilíbrio consiste na diversificação produtiva e no rompimento com o expressivo avanço do capitalismo. A agroecologia é uma práxis contra-hegemônica e diversificada que se apresenta como ferramenta de politização e de produção cultural. Ela atua no compartilhamento de saberes, a exemplo dos conhecimentos ancestrais que os camponeses

produzem com base nos tempos e nos ritmos da natureza. Esse processo leva em consideração as fases da lua nas práticas de cultivo e na plantação.

A análise dos efeitos do modelo de desenvolvimento instaurado pela sociedade moderna capitalista, galgado na Revolução Verde, é fundamental para compreender a agroecologia como prática milenar de produção e de territorialização do modo de vida dos camponeses. Ela foi inserida no debate sobre a luta pela terra e associada à construção de um novo projeto de campo e de agricultura que respeita o meio ambiente e a vida.

Nesse sentido, compreendemos a agroecologia como fonte de construção de narrativas contra-hegemônicas, vinculada à emancipação social dos sujeitos do campo e ao fortalecimento de práticas políticas de resistência voltadas à questão ecológica como resistência às relações sociais de produção capitalista (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015) expressas pelas formas hegemônicas de acumulação do capital em nível mundial. Dessa forma, a agroecologia propõe a reconstrução e a restauração da falha metabólica entre sociedade e natureza causada pelo capitalismo (TARDIN; GUHUR, 2017). Os camponeses devem se apropriar dos meios sociais de produção que resultem na materialidade do seu modo de vida.

Contudo, sua dimensão científica começou a ser discutida no Brasil a partir da publicação do livro “Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável” de Miguel Altieri em 2002. Nesses 20 anos, desde a prática à academia, tivemos a propagação e a difusão da agroecologia, que foi materializada com base em princípios ecológicos, de tal forma que fosse possível construir uma ciência ligada à vida.

A agroecologia passou, então, a fazer parte de um debate importante contra a territorialização do capital no campo, de modo que provocasse uma mudança na relação ser humano/natureza sem a mediação do capital, criando uma relação indissociável entre prática e teoria. Em outras palavras, uma interligação entre as diversas áreas do conhecimento para ler a realidade como práxis social, articulando saber camponês, científico e formação política. Juntos, esses elementos podem atuar na construção de um novo projeto de campo e de sociedade.

É importante reconhecer que as primeiras experiências agroecológicas foram vividas há muito tempo, desde os povos autóctones, até que, na década de 1980, chegaram na forma de agriculturas alternativas, como AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia⁶, que estão na base do movimento agroecológico (SILVA, 2021). Posteriormente, essas experiências foram expandidas pelo Brasil no

⁶ AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia é um tipo de associação de direito civil, sem fins lucrativos, atuando desde 1983 para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil.

contexto da Via Campesina nos anos 2000, quando diversos movimentos sociais juntos e organizados começaram a criar métodos e estratégias para se posicionarem publicamente e para discutirem a agroecologia como política pública (GUHUR; TONÁ, 2012).

Nesse momento, diversas entidades começaram a ser criadas para fortalecer e expandir o debate sobre agroecologia, a exemplo da busca pela materialização da relação entre comunidades, escolas e universidades. Vale ressaltar que havia um movimento precedente no Brasil, com importante contribuição das ONGs, que deram suporte ao surgimento do movimento agroecológico, quando surgiram “os Centros de Educação Popular ligados à igreja católica e absorviam as ideias e técnicas desenvolvidas na Academia, bem como os profissionais com perfil voltado para a agricultura alternativa” (SILVA, 2021, p. 104).

Dessa forma, a construção do movimento agroecológico no Brasil tem forte ligação com os movimentos de articulação construídos em torno da Agricultura Alternativa, a exemplo “dos Encontros Brasileiros da Agricultura Alternativa – EBAAAs que proporcionaram debates sobre a então chamada agricultura alternativa, os problemas experimentados pela modernização da agricultura, entre outros temas de relevância naquele período” (SOUSA, 2017, p. 634). As experiências do Projeto/Rede PTA fundamentam “o processo de expansão do Movimento Agroecológico que acontece através do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais – MSTTR, da ANA, da Associação Brasileira de Agroecologia – ABA-agroecologia e das diversas redes que foram constituídas ao longo do tempo” (SILVA, 2021, p. 11).

No início dos anos 2000, tivemos a expansão da agroecologia tanto do ponto de vista acadêmico quanto do movimento, pois a realização de fóruns, congressos e encontros permitiram a criação das entidades que ajudaram a construir e a territorializar a agroecologia pelo Brasil, a saber: Encontro Nacional de Agroecologia – ENA, Congresso Brasileiro de Agroecologia – CBA, Articulação Nacional de Agroecologia – ANA e a Associação Brasileira de Agroecologia – ABA (GUHUR; TONÁ, 2012). A partir de então, o debate sobre a agroecologia foi ampliado nos espaços acadêmicos, tornando possível se discutir a sua dimensão política ligada à sua práxis social.

De acordo com Sousa (2017, p. 638),

A formação em agroecologia com enfoque na educação do campo nas universidades e Institutos Federais, em grande medida, iniciou-se a partir de cursos que foram ofertados em função de projetos apresentados ao Pronera/Incrá e encampados por coletivos de professores, técnicos e movimentos nos diversos territórios do Brasil.

Nesse sentido, as universidades começaram a oferecer cursos de agroecologia ancorados nos princípios da pedagogia da alternância, em tempos e espaços educativos diferentes. Foram constituídas como espaço de contradições na disputa de concepções teóricas que fundamentaram novas metodologias e práticas em agroecologia. Elas integram o agroecossistema como unidade de análise, ao articular cultura, crenças e saberes dos camponeses em sua relação direta com a terra e com a natureza.

A agroecologia é concebida como prática produtiva e social, e como maneira ecológica por meio de projetos e ações conjuntas que visam redimensionar uma nova ordem territorial e global rumo a sistemas de transição agroecológicos. Esses sistemas devem incorporar novas estratégias de consumo e de comercialização, visando estreitar as relações entre eles e incentivar “a criação de redes de consumidores; projeto de comunidade que sustenta a agricultura (CSA) empreendimentos de economia solidária; mercados alternativos; e as feiras agroecológicas” (SILVA, 2021, p. 34).

4.1.1 Agroecologia no Piauí

A articulação e a organização sólida do Movimento Agroecológico no estado do Piauí ocorreram a partir da realização do IV Seminário Piauiense de Agroecologia em novembro de 2018, no centro de treinamento da Emater, na capital Teresina. Esse evento foi promovido pela Articulação e Rede Piauiense de Agroecologia – ArREPIA e realizado por três instituições: Universidade Federal do Piauí – UFPI, Comissão da Produção Orgânica no Estado do Piauí – CPOrg/PI e Comissão Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Teresina – CMAPO. Recebeu o apoio de diversas instituições, organizações e movimentos, tais como a Secretaria da Agricultura Familiar, Programa Viva o Semiárido, Comissão Pastoral da Terra, Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Piauí – Fetag, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, Comissão da Produção Orgânica no Piauí, Emater, Embrapa e Asa Brasil.

Embora não tenhamos como objetivo detalhar o seminário em sua gênese, vale ressaltar que seus desdobramentos foram significativos, pois fortaleceram e realçaram uma atuação ativa e coletiva dos movimentos, das entidades e dos agricultores que constroem a agroecologia no estado. Por outro lado, a publicização dos resultados de pesquisas compartilhados durante o evento proporcionou a aproximação das instituições de ensino e de pesquisa dos movimentos para, juntos, propagarem e difundirem princípios, práticas e estratégias de fomento para o desenvolvimento rural sustentável no âmbito da agroecologia.

A partir do IV Seminário, a ArREPIA começou a florescer no semiárido piauiense, pois desempenha o importante papel de agente mobilizador e articulador de políticas públicas. Constituiu-se como instrumento político, tendo em vista o fortalecimento dos movimentos, das organizações e das instituições, os quais, juntos, tecem a sociedade de trocas por meio da soberania alimentar e nutrem a diversidade de saberes e de sabores rumo à sociedade do bem viver (ACOSTA, 2016).

Assim, a agroecologia vem sendo construída no território piauiense mediante uma coalizão de forças sociais e de disputas, sobretudo na região do extremo sul do estado, onde o projeto do agronegócio avança sobre o território denominado “a última fronteira agrícola”. Ele afeta os modos de vida dos povos do campo, uma vez que seus impactos atingem também as áreas de pastagem e plantações nos baixões camponeses (SOUSA, 2023). Todavia, há ainda o uso incontrolável de veneno e fertilizantes que são pulverizados de forma aérea, sem nenhuma preocupação com os animais e com a saúde humana.

4.2 Construção e expansão da Educação do Campo como política pública contra-hegemônica no Brasil

A Educação do Campo surge como processo de lutas e de movimento político que procura transformar a forma escolar atual (CALDART *et al.*, 2012) a partir da integração de concepções pedagógicas críticas, ao unificar os saberes que os educandos carregam no seio da vida social com os conhecimentos pedagógicos. Isso a torna uma educação emancipatória que faz desses educandos sujeitos “empoderados” para lutarem por seus direitos e para conhecerem suas próprias realidades do ponto de vista de uma consciência crítica.

O Dossiê Temático: Egressos(as) das Licenciaturas em Educação do Campo no Brasil, publicado por Molina (2021) na Revista Brasileira de Educação do Campo – RBEC demonstra que as LEdoCs foram concebidas, desde o início, na contra-hegemonia. Sua proposta pedagógica e seus conteúdos são determinados pelos movimentos sociais e, portanto, trata-se de uma educação do povo para o povo, e não do Estado para o povo. Assim, tais movimentos atuam como protagonistas e elucidam um perfil de educadores que têm o compromisso social de transformar o modelo escolar atual com base na redefinição das funções sociais da escola, para garantir a relação indissociável entre processos formativos escolares e comunitários. Logo, haverá a promoção de uma formação centrada no tripé Campo-Educação-Políticas Públicas.

Pode-se afirmar que a transformação do modelo escolar exige uma reconfiguração da política pública de melhoria da infraestrutura e, em última instância, da garantia da terra e dos

meios para que nela os camponeses possam viver, de modo que esses egressos possam materializar os elementos do PPP em sua práxis. Eles devem procurar atuar de forma interdisciplinar e reconhecer a luta, a memória, a mística e a cultura como matrizes formativas, bem como o trabalho como princípio educativo associado à auto-organização e à liderança que esses egressos exercem, seja dentro das comunidades ou dos movimentos em que possam estar inseridos, de forma que assumam papéis de protagonismo neles.

Esse papel de liderança dos egressos passou a ser exercitado e percebido dentro do próprio NAGU pela organização de processos institucionais e acadêmicos que contribuem para a territorialização da agroecologia, a exemplo da proposição da realização do Seminário Piauiense de Agroecologia, pensado para ser realizado em abril de 2024, conforme mostra a carta anexa no final desta dissertação, elaborada pelo esforço coletivo da juventude do NAGU. No exercício dessa liderança, tivemos ainda a criação de associações nas comunidades, como é o caso da Associação dos Povos Tradicionais e Indígenas da Comunidade Laranjeiras – APIGL, criada a partir da proposição de vários egressos por meio do Núcleo de Estudos e Pesquisa e Extensão em Educação, Ciência Descolonial, Epistemologia e Sociedade – NEPEECDES/UFPI, desmembrado no projeto de extensão Universidade Popular, que acompanham a comunidade desde 2017 (SILVA *et al.*, 2022).

Em sua gênese, o Dossiê retrata a Educação do Campo como ferramenta de luta para combater a desterritorialização do campesinato, o qual está sendo ameaçado por um projeto concentrado na ordem do capital. Esse projeto afeta a educação dos camponeses, uma vez que expulsa milhares de jovens do campo, fazendo com que ocupem as periferias dos centros urbanos e sirvam de mão de obra barata.

Todo esse contexto de exclusão dos povos do campo no Brasil evidencia que os marcos teóricos e políticos para a consolidação da Educação do Campo estão eminentemente imbricados na disputa por um projeto de campo, de sociedade e de educação que esteja em consonância com seus modos de vida. Ele deve respeitar a diversidade de saberes na relação metabólica entre ser humano e natureza (MOLINA, 2018). Desse modo, há a necessidade de uma tomada de posição para o enfrentamento das contradições capital/trabalho, campo/cidade, cultura/natureza, etc. e para a materialização de condições de vida dignas para os sujeitos do campo (CALDART *et al.*, 2012).

Na presente pesquisa, os conceitos de Educação do Campo levaram em conta as três teorias defendidas por Caldart *et al.* (2012), que fundamentam os princípios e métodos dessa concepção de educação: a Pedagogia do Oprimido, que preceitua uma práxis libertadora e problematiza a realidade mediante o processo de humanização; a Pedagogia Socialista, que, por sua vez, apresenta o trabalho

como princípio educativo, socialmente útil, justo e necessário para a vida de cada sujeito; e, por fim, a Pedagogia dos Movimentos, que forma e articula a luta coletiva garantindo a resistência e a produção da existência da vida com dignidade. Essas pedagogias mostram-nos que a historicidade da Educação do Campo está diretamente ligada à questão agrária e às lutas dos movimentos sociais no Brasil como práxis formativas orientada à emancipação dos trabalhadores do campo.

A práxis como categoria epistemológica inclui a atuação prática, política e social dos sujeitos, tendo por base a relação dialética entre a forma estética e a social (MARX, 2015), a qual está apoiada em uma pedagogia crítica que transcende a pedagogia de competências para materializar os princípios da Educação do Campo. A relação entre forma estética, social e dialética deve estar fundamentada na mesma intencionalidade, ou seja, conectada à mesma realidade para dar forma aos antagonismos (BASTOS; GONÇALVES, 2015). Logo, a práxis como elemento pedagógico, distingue-se da pedagogia de competências, pois procura problematizar a realidade sem, contudo, desvincular-se dela.

Assim, o conceito de Educação do Campo, alinhado à formação de educadores do campo, está sustentado pelo tripé campo – políticas públicas – educação (MOLINA, 2012). A materialidade de origem da Educação do Campo consiste nas lutas camponesas pela construção de um projeto popular de campo e de sociedade, atrelado à própria luta pela sobrevivência nas áreas reformadas. É ao tentar explicar a materialidade e nela produzir transformações, que essa mesma Educação do Campo se torna conceito, em interface com outros conceitos, como o de agroecologia, de trabalho, de luta, de cultura, de história, etc., os quais são matrizes formativas da EDOC e se refletem em seus princípios educativos.

É dessa perspectiva que a agroecologia se materializa na Educação do Campo, como prática ecológica e sustentável alternativa ao desenvolvimento hegemônico do capital. Ela desvela as contradições do próprio capital numa relação dialética com a insurgência da resistência dos povos do campo. A partir dessa relação, entende-se que a agroecologia, da perspectiva da Educação do Campo, tem um caráter epistemológico, uma vez que deve ser compreendida como totalidade, ou seja, em âmbito local e global (CALDART, 2021).

A Educação do Campo, orientada pelos princípios e pelas matrizes formativas da Epistemologia da Práxis, é movida pelo anseio de mudança forjado na historicidade do ser social para assumir uma posição de classe. Assim, os sujeitos podem ter um olhar sobre a conjuntura a partir de outro ângulo da realidade, que coloca a luta social e política como elemento de alteração da correlação de forças.

Nesse contexto de disputa, a Educação do Campo torna-se política pública contra-hegemônica a partir da luta contra a “intensificação da lógica de acumulação do capital no meio rural ocorrido nesse mesmo período histórico, em decorrência da consolidação do agronegócio” (MOLINA, 2014, p. 264), que cada vez mais passa a controlar os meios de produção no campo por meio de aportes financeiros dos grandes conglomerados econômicos.

De acordo Gramsci (2001), a contra-hegemonia existe, porque há uma hegemonia determinada pela correlação de forças com o Estado, que condiciona a formação da luta de classes e, conseqüentemente, a superestrutura movida pelos aparelhos ideológicos e privados de hegemonia do Estado. Trata-se de aparelhos ideológicos responsáveis pela naturalização das relações de dominação, tais como: o “sistema escolar, as igrejas, os sindicatos, organizações culturais (revistas, jornais, meios de comunicação de massa), os partidos políticos, as organizações profissionais, etc.” (SILVA, 2019, p. 30).

Como consequência dessas relações de dominação, os trabalhadores e os movimentos sociais do campo organizados em grupos resolvem colocar-se na luta política e pautar seus direitos humanos e sociais na agenda pública contra a desterritorialização do campesinato, o avanço da monocultura, a monopolização dos territórios pelos grandes conglomerados, o fechamento de escolas do campo e contra a privatização da vida e das sementes pelo agronegócio.

Dessa perspectiva de ocupar a cena pública para disputar políticas públicas, a EDOC emergiu em debates do I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária – Enera, realizado em 1997. No ano seguinte, o Pronera constitui-se como matriz de construção de uma política pública de educadores e educadoras, alicerçado na Epistemologia da Práxis (MOLINA, 2018).

O Pronera deu base teórica e prática para a construção do projeto político pedagógico da LEdoC, pressupondo um duplo compromisso: a transformação da forma escolar atual (escola rural em escola do campo) e o apoio à territorialização do campesinato. A criação das LEdoCs como política pública deu-se a partir do projeto-piloto desenvolvido em 2007 em quatro universidades: UnB – Universidade de Brasília, UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais, UFBA – Universidade Federal da Bahia e UFS – Universidade Federal de Sergipe. Em 2008, o Procampo lançou um edital que foi acessado por 28 instituições de ensino; em 2012, o último edital lançado por esse programa causou sua expansão e a criação de quarenta cursos em trinta e duas instituições públicas de ensino, em todas as regiões do Brasil (MOLINA, 2017).

A expansão do Procampo, por meio do edital de 2012, representou a implantação do curso de Educação do Campo no *Campus* da UFPI de Bom Jesus, a partir do Reuni, tendo iniciado a

primeira turma em 2014. Isso possibilitou o preenchimento de uma lacuna no *campus* referente à formação humana e social. Até então, os outros cursos eram vinculados à área das ciências agrárias e delineados para atender a uma demanda do agronegócio.

4.3 Construção da agroecologia e da Educação do Campo na UFPI/CPCE

A luta pela incorporação do debate agroecológico no CPCE precede a criação da LEdoC, pois seus princípios orientadores passam pelas disputas territoriais de “des-envolvimento” do Matopiba. Observe-se que o CPCE se encontra nesse marco de disputas por ter uma “estrutura de cursos de graduação e pós-graduação, de docentes e discentes e de laboratórios de pesquisa, que fortalecem essa dimensão simbólica da educação que afirma essa região do Piauí como sendo o epicentro de desenvolvimento do Matopiba” (CABRAL; PANTOJA, 2021, p. 81).

Atualmente, o *Campus* de Bom Jesus, em pleno funcionamento, conta com sete cursos de graduação: seis na modalidade presencial – Engenharia Agrônômica, Engenharia Florestal, Licenciatura Plena em Ciências Biológicas, Medicina Veterinária, Zootecnia e Licenciatura em Educação do Campo – e um curso de História, do convênio Parfor – Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica. Além disso, existem no *Campus* dois Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*: o Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias e o Programa de Pós-Graduação em Zootecnia Tropical, ambos em nível de mestrado e doutorado. Recentemente, a Especialização em Educação do Campo foi concluída.

O curso de Licenciatura em Educação do Campo na área de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Piauí, situado no *Campus* Professora Cinobelina Elvas – CPCE, na cidade de Bom Jesus, a 634 km do *Campus* da capital Teresina, integra o processo de expansão da UFPI, por meio do Reuni.

A oferta de cursos de licenciaturas para as populações do campo na UFPI antecede o PROCAMPO; no período de 2006 a 2012 realizou o curso Arte-Educação, com apoio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) (GONÇALVES; MEDEIROS; DIAS. 2021, p. 6).

Vale realçar que tal oferta deu-se no *Campus* de Teresina e foi mobilizada por um grupo de professores progressistas atuantes na perspectiva freiriana de educação que lá atuava, não havendo essa tradição no *Campus* Bom Jesus. Embora existisse o Laboer, os professores que o compunham representavam minoria e seu poder político era diminuto, comparado às representações do agronegócio, que estavam presentes desde a criação do *campus* através do Reuni. O Procampo foi definitivo para a criação da LEdoC em Bom Jesus, assim como a

persistência e a dedicação desse grupo do Laboer em elaborar um projeto para a criação das LEdoCs da UFPI, juntamente com professores progressistas dos demais *campi*.

A proposta pedagógica da Licenciatura em Educação do Campo é uma construção de seus sujeitos, que almejam estabelecer um espaço de formação, de pesquisa e de ação que estimule os camponeses, sobretudo as organizações camponesas, a se apropriarem dos espaços acadêmicos como forma de disputarem os imaginários ideológicos e as concepções de desenvolvimento. Assim, o curso deve trabalhar a afirmação da identidade dos povos do campo como guardiões da vida, das sementes, das águas e da sociobiodiversidade.

Esse processo de apropriação evidencia que a LEdoC foi fundamental para a inclusão da agroecologia nos debates políticos e acadêmicos, pois até então o *Campus* da UFPI em Bom Jesus estava voltado para atender às demandas do agronegócio, no sentido de formar trabalhadores para os monocultivos do cerrado. Então, desde 2014, após a criação da LEdoC, os imaginários nessa área de fronteira agrícola começaram a ser disputados, fato que propiciou que a agroecologia pudesse ganhar espaço e caminhar a passos largos.

O curso está organizado por áreas de conhecimento com o objetivo de contribuir com a superação da fragmentação do conhecimento para motivar os estudantes a buscarem uma leitura completa da realidade necessária à sua transformação (MOLINA, 2021). Assim, o *Campus* de Bom Jesus tem oferecido cursos na área de Ciências Sociais e Humanas, o que torna o egresso habilitado a exercer a docência multidisciplinar nos componentes curriculares de Geografia, História, Sociologia e Filosofia nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Nos outros *campi* da UFPI (Teresina, Floriano e Picos), essa oferta é realizada na área de Ciências da Natureza, fato que torna o egresso habilitado a atuar nos componentes curriculares de Biologia, Física e Química.

O curso é oferecido em regime de alternância e se apoia em duas dimensões formativas integradas: o Tempo Universidade – TU e o Tempo Comunidade – TC. Durante encontros sistemáticos ao longo do tempo-universidade, os alunos têm aulas e estudam a partir de atividades planejadas pelo professor.

Essas aulas do TU são teóricas e práticas e envolvem saídas e aulas de campo. Há plenárias no TU com todos os sujeitos da LEdoC. Isso representa um espaço curricular desafiador, conquistado e sempre em crise, permitindo que o princípio da participação e da auto-organização se façam presentes no curso. Há também atividades concomitantes ligadas aos projetos de extensão e de pesquisa, a exemplo da implementação de Sistemas Agro-Florestais – SAFs em escolas e nas comunidades.

Desde a sua criação e implementação o curso carrega em sua gênese a articulação com a base social, ou seja, a ligação direta com instâncias e agentes sociais da região, atuando como um lugar de importância na formação crítico reflexiva tanto para os discentes e docentes, que utilizam como processo educativo a pedagogia da alternância (EUCLIDES, 2017, p. 91).

Todavia, cabe sublinhar que, embora o PPC do curso apresente algumas disciplinas (Tabela 1) de caráter agroecológico, o debate sobre o tema aqui desenvolvido só tomou corpo e surtiu efeito após a entrada de novos professores de outras áreas no curso, em 2017. O entendimento da agroecologia para além de sistemas de produção apresentado ajudou a fortalecer o debate agroecológico e a tornar sua prática na LEdoC CPCE transversal.

Tabela 1 – Lista de disciplinas que debatem a Agroecologia

Período	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	Total
5º	Meio Ambiente e Relações Sociais	2.1.0	30	15	-	45
5º	Desenvolvimento Sustentável no Campo	2.1.0	30	15	-	45
6º	Prática de Pesquisa e Extensão em Escolas do Campo	2.2.0	30	30	-	60
6º	Organização e Gestão da Produção do Campo	2.1.0	30	15	-	45
7º	Prática de Pesquisa e Extensão em Movimentos Sociais	3.1.0	45	15	-	60
7º	Agroecologia e Desenvolvimento Rural	2.1.0	30	15	-	45
Todos	Seminário Integrador	0.0.1	-	-	15	15

Fonte: Arquivo do autor, 2022.

Essas disciplinas têm caráter mais prático e interdisciplinar, e contribuem no fortalecimento do vínculo com as comunidades, pois algumas aulas são realizadas em espaços de formação nas comunidades, escolas ou movimentos nos quais os alunos atuam ou estão inseridos. A ligação do debate teórico fomentado em sala de aula com espaços de atuação dos alunos fortalece a autonomia e a luta social em defesa de seus territórios, bem como o reconhecimento de suas identidades.

A alternância é o processo de formação realizado em dois tempos e espaços educativos (Tempo Universidade e Tempo Comunidade), fato que culmina na reflexão sobre a práxis (prática-teoria). As atividades que configuram a dimensão Tempo Comunidade são realizadas nos meses de março, abril, setembro e outubro. Já as do Tempo Universidade são realizadas por 45 dias a cada semestre, nos meses de janeiro, fevereiro, julho e agosto. Ambos os tempos se complementam, pois há atividades teóricas e práticas nos dois, de modo a desenvolver no aluno a análise e a apreensão crítica do contexto social em que está inserido. Ao término das duas etapas,

realiza-se o Seminário Integrador, no qual culmina a integração entre teoria e prática, juntamente com os sujeitos camponeses, escolas, sindicatos, associações e movimentos sociais.

Esses seminários são mais do que um dispositivo curricular, uma vez que possibilitam o contato direto com as comunidades. Nesse momento, a agroecologia faz-se presente na práxis dos egressos e é elaborada para se evitar a descontinuidade entre processos formativos da alternância realizados no Tempo Universidade e no Tempo Comunidade. Segundo Caldart *et al.* (2012), trata-se de um conjunto articulado de ações que visam orientar (inspirar/instigar/mover) a inserção dos estudantes no mundo/na vida da escola, da comunidade, em suas formas de organização, de trabalho, em seus processos formativos, em seu espaço e território (SILVA; SILVA, 2020, p. 64).

De acordo com os egressos, sujeitos interlocutores da pesquisa, essa visão do Seminário Integrado para além de uma disciplina justifica-se pelo fato de acontecer dentro dos territórios. Ele procura desvelar os problemas elencados pelas comunidades, fato que constitui um processo de auto-organização dos discentes, que tomam o trabalho, a mística e a memória como princípios educativos. Tudo o que não se faz nas aulas ou que fica a cargo da proposição de cada professor, a exemplo das místicas, torna-se intrínseco às estruturas e às intencionalidades dos Seminários Integradores.

Desde a criação do curso em 2014, o seminário já foi experimentado em diferentes formatos e metodologias, já envolveu diferentes temáticas e contabilizou mais de 15 edições. Dessa forma, é possível perceber que houve um avanço metodológico quanto à sua organização, pois, nos primeiros semestres do curso, entre 2014.2 e 2016.1 (Figura 8), houve o compartilhamento de estudos individuais, por meio de diagnósticos feitos nas comunidades – os estudantes realizavam entrevistas e as apresentavam para os docentes na universidade.

Figura 5 – Fotos do Seminário Integrador da LEdoC 2016.1, no auditório do CPCE



Fonte: Arquivo do autor, 2016.

Nos semestres 2016.2 e 2017.1, o Seminário Integrador passou ser realizado nas comunidades e nas escolas, tendo avançado metodologicamente. Entretanto, considerava a disciplina em cada período; conseqüentemente, as atividades eram realizadas em várias comunidades ao mesmo tempo. Assim, os docentes responsáveis por cada período tinham que escolher uma comunidade para acompanhar. Além disso, os mesmos estudantes participavam das atividades nas mesmas comunidades.

Figura 6 – Fotos do Seminário Integrador 2017.1 na escola da comunidade Alto Alegre - Santa Luz-PI



Fonte: Arquivo LEdoC (UFPI-CPCE), 2017.

A partir do semestre 2017.2, foi possível perceber que esse formato de seminário não se sustentava, pois não havia uma integração direta entre universidade e comunidades. Desse modo, estudantes e docentes reunidos em assembleias na universidade para discutir uma nova estrutura do seminário, escolheram a comunidade de culminância. Isso fez com que o seminário avançasse em sua metodologia, passando a ser realizado nas comunidades e nas escolas, de acordo com uma divisão dos alunos por territórios, não mais por períodos ou disciplinas. Assim, todos os professores passaram a se responsabilizar por acompanhar algum território, o que alterou a forma docente de trabalho, incentivando o trabalho coletivo entre professores para além da ideia de que cada um deveria cuidar da sua disciplina.

Esse avanço metodológico pode ser observado nos registros do documentário “Saber, trocar, lutar”⁷, produzido pelo Coletivo Cenas Camponesas durante as atividades do Seminário Integrador na comunidade Vaquetas, município de Gilbués, no período de 19 a 21 de abril de 2018. No documentário, ficou registrada a visão dos camponeses sobre a posse, o uso e a propriedade da terra, além do papel da universidade como ente educador popular nesse contexto.

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BWg7fJ92uPM>.

O documentário aborda o desafio de se construir o direito educativo da perspectiva emancipatória do sul do Piauí, onde o agronegócio avança, apropriando-se não só da terra, mas também dos meios de comunicação, para veicular suas narrativas e se constituir como grupo hegemônico na região. Nesse contexto, é de suma importância disputar o campo simbólico do modelo de desenvolvimento rural que interessa à classe trabalhadora na região via linguagem audiovisual, a saber: o agronegócio ou agricultura camponesa. Logo, cabe também destacar que modelos de educação associam e servem a cada um desses paradigmas.

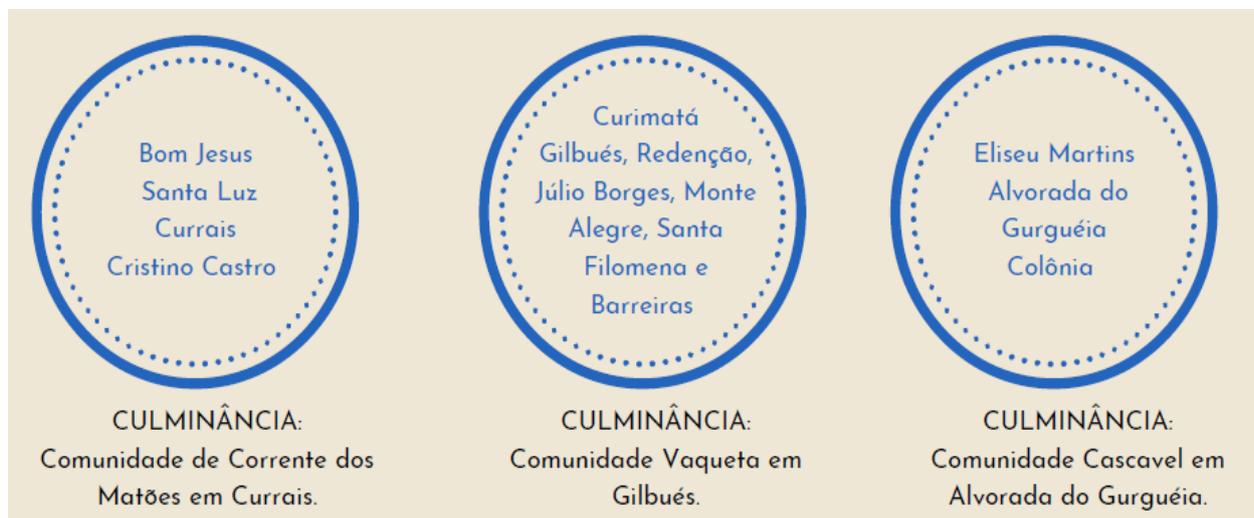
Figura 7 – Fotos do Seminário Integrador da LEdoC 2017.2 na comunidade Vaqueta Gilbués-PI



Fonte: Arquivo do autor, 2017.

Concomitantemente ao território de Gilbués, houve atividades nos territórios de Bom Jesus e de Júlio Eliseu Martins, como demonstra o esquema na Figura 11

Figura 8 – Territórios e comunidades de culminância do Seminário Integrador no semestre 2017.2



Fonte: Arquivo, LEdoC (UFPI/CPCE), 2020 – extraído do Rio do Tempo, Rio de Histórias – Seminário Integrador 2020.2.

A culminância consiste no momento de realização do seminário na comunidade para debater os problemas e questões levantadas pelos camponeses. No início do processo de organização do seminário, os estudantes são divididos por comissões de modo que cada discente tenha uma função na comissão que escolhe participar. Algumas das várias comissões formadas são: mística, secretaria, alimentação e transporte. Além disso, temos os estudantes que ficam responsáveis por fomentar o debate e a mediação durante as rodas de conversa.

Nesse momento das rodas de conversa, ao contrário das grandes mídias monopolizadas pelos grupos de poder econômico na região, buscamos mostrar as realidades vividas pelos camponeses, colocando-os como narradores dos conflitos por terra que marcam suas vidas, assim como lutadores por uma educação emancipatória, portadora de um futuro de esperança e da socioagrobiodiversidade para o Piauí. Nessa perspectiva, é relevante ressaltarmos o papel dos documentários como instrumentos políticos e pedagógicos para que os trabalhadores, incluindo os camponeses, possam comunicar a forma como compreendem a questão agrária e educacional regional, posicionando-se perante ela.

O documentário “Saber, trocar, lutar”, mencionado anteriormente, foi selecionado para exibição na mostra audiovisual do VI Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia Rural, em Montevideo, novembro de 2018, quando foi apresentado por um dos seus editores, o jovem camponês Railson Borges, também membro do coletivo Cenas Camponesas e egresso da Licenciatura em Educação do Campo/UFPI, autor desta dissertação. Outros vídeos/documentários foram produzidos pelos egressos extensionistas no âmbito do projeto Cenas Camponesas, conforme mostra o Anexo 4 no final desta dissertação.

Seguindo com o contexto histórico dos seminários, o semestre 2018.1 apresentou a mesma metodologia do semestre anterior. Os estudantes em assembleia escolheram a comunidade de culminância de cada território: São Miguel, no município de Júlio Borges, Aliança, em Colônia do Gurguéia, e Cajazeiras, em Santa Luz, como demonstram as imagens a seguir. Posteriormente, realizamos um trabalho de campo prévio nas respectivas comunidades para o diálogo com elas e definição da temática, programação, infraestrutura e parcerias. Esse trabalho é importante, pois, de acordo com as questões suscitadas nas comunidades, definimos a temática, considerando as questões urgentes em cada território.

Figura 9 – Fotos do Seminário Integrador 2018.1 na comunidade São Miguel, município de Júlio de Borges-PI



Fonte: arquivo do autor, 2018.

Figura 10 – Fotos do Seminário Integrador 2018.1 na comunidade Aliança, município de Colônia do Gurguéia



Fonte: arquivo do autor, 2018.

Figura 11 – Fotos do Seminário Integrador 2018.1 na comunidade Cajazeiras, município de Santa Luz



Fonte: arquivo do autor, 2018.

O Seminário Integrador foi marcado por trocas e vivências que ocorreram na comunidade a partir de suas demandas. A metodologia tinha como foco o diálogo com várias culturas e conhecimentos, bem como a construção de processos educativos que abordassem a arte do bordado, as tecnologias sociais presentes no cultivo das sementes crioulas e da agroecologia, entre outras temáticas. Esse momento de trocas evidenciou que o diálogo entre saberes populares e acadêmicos contidos na práxis dos estudantes do curso, no intervalo entre o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade, é condição fundamental para o fortalecimento do modo de vida camponês e da territorialização da agroecologia.

No semestre 2018.2, o seminário foi articulado junto com a IV Mostra de Teatro Político e Vídeo Popular “Terra em Cena e na Tela”, realizada entre os dias 9 e 11 de maio de 2019, na UFPI, *Campus Bom Jesus*, pelos grupos de pesquisa e de extensão da Universidade de Brasília (Terra em Cena) e da Universidade Federal do Piauí (Cenas Camponesas/Núcleo de Agroecologia e Artes do Vale do Gurguéia), bem como pela CPT e pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)⁸.

Figura 12 – Fotos de mística e apresentações de grupos teatrais participantes da mostra



Fonte: arquivo do autor, 2019.

⁸ O vídeo que registra a IV Mostra está disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=Ujfnm9j6snE&feature=youtu.be>.

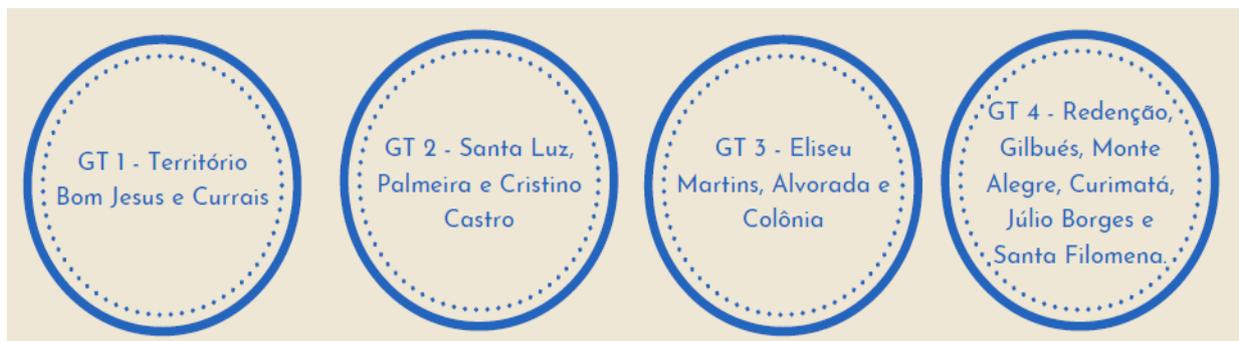
As imagens registradas pelo Coletivo Cenas Camponesas representam os momentos mais pulsantes da mostra, desvelando as contradições da questão agrária apresentadas pelos coletivos de teatro presentes no evento. Dentre as apresentações teatrais realizadas, destacam-se:

A peça de teatro de agitação e propaganda sobre a reforma da previdência do Coletivo de Brigada de Cultura do MPA. A peça “Se há tanta riqueza, por que somos pobres”? – sobre a mineração no Cerrado, do grupo Vozes do Sertão Lutando por Transformação (VSLT). E a peça “Fazendeiros e Posseiros” apresentada pelo coletivo Cenas Camponesas, a partir da livre adaptação da peça homônima do grupo Filhos da Mãe Terra (MST), tendo como base a peça didática de Brecht Horácios e Curiácios, abordando o confronto entre os modos de produção camponês e do agronegócio no campo brasileiro (PEREIRA *et al.*, 2022, p. 137-138).

O objetivo da mostra foi ampliar o espaço de formação e articulação entre os diferentes coletivos presentes, que se utilizam do teatro e do audiovisual como forma de expressão, de análise da realidade e de recriação da existência e da ação social. O evento reuniu cerca de 400 pessoas no decorrer de três dias, em diversas atividades: mesas temáticas, oficinas de teatro e cinema, apresentação de peças e filmes, debate com os realizadores, noites culturais, além de diversos momentos de integração e intercâmbio que emergiram espontaneamente durante o encontro (PEREIRA *et al.*, 2022).

Várias comissões de estudantes foram formadas para ajudar no processo de organização da mostra, a qual incluiria as atividades do Seminário Integrador. Os grupos de trabalho foram organizados pelos territórios de culminância, como demonstra a Figura 16.

Figura 13 – Territórios de culminância do Seminário Integrador nos semestres 2018.2



Fonte: Arquivo, LEdoC (UFPI/CPCE), 2020 – extraído do Rio do Tempo, Rio de Histórias – Seminário Integrador 2020.2.

Esse seminário evidenciou o papel da cultura e da formação artístico-política dos estudantes-camponeses no enfrentamento da desterritorialização camponesa pelo agronegócio, na constituição de processos educativos ligados à organização e à luta coletiva, bem como à

restauração de sistema de saber e poder ligados à re-ecologização da produção agrícola. A arte foi problematizada como instrumento da luta de classes e como sendo fundamental para a disputa de um projeto de campo e de sociedade alternativo ao projeto capitalista, além de experiência estética fundamental para a ampliação da capacidade dos sujeitos de metamorfosearem a vida.

Para dar continuidade aos processos organizativos do Seminário Integrador no semestre de 2019.1, o seminário voltou a ser realizado nas comunidades. Para isso, os estudantes foram divididos em dois territórios: Redenção do Gurguéia (território quilombola Brejão dos Aipins) e Currais (território de Laranjeiras).

O seminário no território de Brejão (Figura 17) teve como tema a “Gestão dos bens comuns para o bem viver” (uso do Brejo e dos Buritizais). Sua metodologia foi composta por rodas de conversa sobre gestão dos bens comuns e do bem viver, além de oficinas que abordaram as seguintes temáticas: mitos e lendas afro-brasileiros, alternativas agroecológicas para alimentação animal (galinha), múltiplos usos do buriti e a multifuncionalidade do brejo, Educação Quilombola, Teatro do Oprimido, jogos e brincadeiras tradicionais.

Figura 14 – Fotos do Seminário Integrador da LEdoC 2019.1 na comunidade quilombola Brejão dos Aipins, Redenção do Gurguéia-PI.



Fonte: arquivo do autor, 2019.

As temáticas no território de Laranjeiras (Figura 18) surgiram das demandas dos sujeitos sociais a partir das metodologias de cartografia social, rodas de conversas, oficinas, entre outras. O SI foi realizado com a participação de estudantes, professores e sujeitos sociais da comunidade, sendo realizadas diversas atividades, tais como: visita de campo para dialogar com a comunidade e verificação da infraestrutura; roda de conversa com a participação dos sujeitos sociais, mediadas pelos docentes; diagnóstico das principais problemáticas da comunidade e produção de um croqui do território Laranjeiras – metodologia de cartografia social.

Figura 15 – Fotos do Seminário Integrador da LEdoC 2019.1 na comunidade Laranjeiras, Currais-PI



Fonte: Arquivo, LEdoC (UFPI/CPCE), 2019 – extraído do Rio do Tempo, Rio de Histórias – Seminário Integrador 2020.2.

O território do município de Palmeira do Piauí foi criado no semestre subsequente, 2019.2, porém as atividades do Seminário nas comunidades foram canceladas em decorrência da pandemia da Covid-19, de modo a garantir o isolamento social. Entretanto, antes do cancelamento das aulas, foram realizadas reuniões para planejar as oficinas a serem oferecidas para a comunidade e a visita de campo. Os temas das oficinas foram definidos a partir das demandas de conhecimento dos sujeitos sociais, com base no diagnóstico das problemáticas identificadas no seminário do semestre anterior, como a questão agrária, os impactos dos agrotóxicos, etc.

As atividades do seminário foram readequadas e replanejadas durante o processo de retomada das atividades remotas no semestre 2020.1, para serem realizadas via plataforma Google Meet. Elas foram desenvolvidas como descreveremos a seguir.

No território Palmeiras, houve leituras para a fundamentação teórica da disciplina Seminário Integrador e para o posterior desenvolvimento de atividades. No território Redenção, houve debate acerca dos impactos da pandemia Covid-19 sobre as comunidades camponesas do Piauí, sendo traçado um diagnóstico participativo dos pontos de vista socioeconômico, cultural e educativo. Foram formados grupos de trabalho remoto para a sistematização dos dados da pesquisa por eixos temáticos. Houve uma palestra de abertura sobre Educação do Campo e pandemia, a apresentação dos dados da pesquisa e um debate sobre eles. No território Laranjeiras, o seminário teve dois momentos: 1) compartilhamento dos trabalhos desenvolvidos por estudantes e professores (pesquisa e extensão); 2) roda de conversa com os sujeitos sociais da comunidade, estudantes, professores e representantes de órgãos públicos vinculados à questão fundiária.

Esse foi, portanto, o contexto histórico dos Seminários Integradores realizados no interstício da presente pesquisa. Acreditamos que o diálogo de saberes ocorrido entre o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade potencializou a transformação das escolas do campo, de modo que tornou os camponeses aptos a contribuir com a gestão de processos educativos escolares e não escolares. Eles podem desenvolver estratégias pedagógicas com o objetivo de formar sujeitos autônomos e criativos, capazes de produzir processos de resistência contra questões inerentes à sua realidade.

Cabe destacar que, na gestão dos processos educativos em espaços não escolares, vários egressos transformaram seus lotes em quintais produtivos a partir das experiências de extensão e de pesquisa relacionadas à agroecologia. Eles reafirmaram que por essas vias as organizações camponesas e suas entidades de apoio criam interfaces com a LEdoC (sindicatos, CPT). Porém, é válido ressaltar também que não há ainda assento para tais organizações e entidades nas instâncias decisórias do curso, fato que certamente qualificaria suas decisões e seus projetos rumo ao fortalecimento dos territórios camponeses e da agroecologia.

4.3.1 O Núcleo de Agroecologia e Arte do Vale do Gurgueia – NAGU

No enfrentamento dessas tendências de desenvolvimento e de dimensão simbólica para a disputa de imaginários e da construção de uma perspectiva de ciência agroecológica, surge o Núcleo de Agroecologia e Arte do Vale do Gurgueia, o NAGU. Assim, é importante apresentar as condições que antecederam a sua criação:

O primeiro deles é que no CPCE existirá o Laboratório de Estudos Rurais (LABOER), que havia atuado na região com Educação Ambiental, Extensão Rural e Agroecologia. O NAGU reconhece a importância do LABOER como precursor da discussão agroecológica e compreende seu papel para a agroecologia no Vale do Gurguéia. [...]

O outro fator, que antes mesmo da criação do NAGU já havia sido determinante para a formação de sua identidade, foi o exercício conjunto de organização do I Seminário Perspectivas Populares sobre o Matopiba realizado em abril em 2016. Esse evento se caracterizou pela construção coletiva em torno de uma narrativa que denunciava as violações praticadas pelo agronegócio no sul do Piauí e expunha a situação vivida pelas comunidades tradicionais impactadas pelo avanço da expansão agrícola (CABRAL; PANTOJA, 2021, p. 81).

Figura 16 – Auditório da UFPI/CPCE, no I Seminário Matopiba Perspectivas Populares em abril de 2016



Fonte: <https://sigaa.ufpi.br/sigaa>

O seminário foi organizado por professores e alunos dos cursos de Educação do Campo, Ciências Biológicas e Engenharia Agrônoma, além de representantes da Comissão Pastoral da Terra, do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, do Fórum Piauiense de Convivência com o Semiárido, da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Piauí e da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Além dos alunos de diversos cursos e dos representantes de movimentos sociais, houve também a presença de membros dos mais variados órgãos do poder público.

A partir de então, motivado pelos debates e provocações desse seminário, surge em meados de 2016 o Núcleo de Agroecologia do Vales do Gurguéia – NAGU, mediado por um projeto participativo e coletivo que reuniu esforços de professores que compunham os cinco cursos de graduação do CPCE já citados. Posteriormente, com a chegada de novos professores na LEdoC,

os quais entendiam a agroecologia para além da dimensão produtiva e ecológica, o NAGU ganhou o acréscimo do termo “Artes”, ficando denominado de Núcleo de Agroecologia e Artes do Vale do Gurguéia. A dimensão da agroecologia como arte, movimento e prática social passou a ser concebida de maneira efetiva em suas ações.

Dois anos depois, em agosto de 2018, foi realizado o II Seminário Matopiba Perspectivas Populares, organizado pela Articulação de Povos Atingidos pelo Matopiba (APIM), pela universidade, pelos movimentos estudantil e sindical, e por organizações sociais, com destaque para a CPT. O seminário focou em dois objetivos complementares: denunciar o impacto do PDA Matopiba sobre os territórios camponeses do sul do Maranhão, do Tocantins, do Piauí e do oeste da Bahia; anunciar processos de resistência dos trabalhadores do campo, mediante suas organizações políticas, suas práticas produtivas, suas manifestações culturais, suas lutas por Educação do Campo, enfim, seus modos de vida.

Figura 17 – Foto à esquerda, Roda de Prosa II “A questão agrária no sul do Piauí sob os impactos do PDA Matopiba”; à direita, mística de abertura do Seminário



Fonte: arquivo do autor, 2018.

O evento envolveu rodas de prosa, marchas, cortejo, audiências públicas e plenárias, que qualificaram os camponeses em sua diversidade como guardiões da socioagrobiodiversidade do cerrado e como sujeitos da luta contra os avanços do capital no Matopiba. As plenárias do seminário debruçaram-se sobre diversos temas, entre os quais: Impactos da Mineração e Gás; Impactos – parque, ribeirinhos, barragem; Biodiversidade – modos de vida e agroecologia; Violência contra os Povos e Comunidades do Cerrado – conflitos no campo; Demarcação e titulação dos territórios e Reforma Agrária; Educação do Campo e seus desafios no Matopiba; Comunicação, cultura e arte contra o projeto de massacre dos povos do campo.

Essa multidisciplinaridade de temas abordados no seminário realça o caráter transversal do NAGU, que conta com diversos projetos de extensão e pesquisa para todos os cursos do *campus*. Assim, cabe ressaltar o papel determinante de alguns projetos que, juntos, reconfiguraram espaços e pensamentos no sul do Piauí e que “buscaram produzir outra lógica de produção acadêmica sobre o campo e a agricultura” (PEREIRA; SILVA; DIAS, 2021, p. 12). São eles: projeto “Semeando Agroecologia: resgate de sementes, saberes e sabores” e “Cenas Camponesas: a práxis emancipatória da Educação do Campo e da agroecologia no Vale do Gurguéia”. Tais projetos introduziram a arte teatral, o vídeo popular e a preservação de sementes crioulas como ferramentas para a disputa das dimensões simbólicas produzidas pelos imaginários desenvolvimentistas da monocultura mental do agronegócio no sul do Piauí (SHIVA, 2003).

As sementes crioulas são preservadas e conservadas culturalmente ao longo de gerações e estão na sua fase natural, ou seja, livres de insumos químicos. O processo de conservação e a troca de sementes é realizado por vários anos; que consiste em “emprestar uma quantidade de grãos para um vizinho que está precisando para o consumo e ele devolve com ‘sementes novas’ da safra seguinte” (SILVA, 2021, p. 310). Esse processo de troca contribui para o movimento de rotação de culturas, pois alterna diversas espécies vegetais em determinado espaço de tempo, coopera com a sustentabilidade dos territórios e evidencia a coevolução entre camponeses e agroecossistemas.

A aposta na preservação de sementes crioulas, como via para fortalecer a soberania alimentar das comunidades, contribuiu para a autonomia das mulheres camponesas, tornando-as protagonistas dos processos produtivos e econômicos, ante “a narrativa desenvolvimentista do agronegócio, que em sua prepotência acobertada pelo capital, nomina a região onde está localizada a cidade de Bom Jesus como a ‘capital do agronegócio’” (FALCÃO *et al.*, 2021, p. 119).

Tais narrativas representam a padronização da agricultura para o aumento da escalação e da transformação de alimentos em *commodities*, em que o lucro está acima de qualquer valor da vida humana. Assim, a Educação do Campo torna-se ferramenta de denúncia e de anúncio a partir da materialização das lutas, de uma perspectiva dialética para a construção dos direitos humanos e sociais (MOLINA, 2015).

Nesse sentido, a ampliação das lutas pelo direito de acesso à educação escolar favorece a criação de políticas públicas do campo, a exemplo da Educação do Campo, que tem como objetivo transformar o modelo escolar e reconfigurar o espaço escolar com base na realidade de vida dos sujeitos educandos. Além disso, visa proporcionar a construção de estratégias de resistência para a emancipação dos camponeses.

Por conseguinte, o acesso ao conhecimento científico e à escolarização constitui “estratégias de resistência na terra e de garantia de sua reprodução social pelo trabalho no campo” (MOLINA, 2014, p. 264). Essas mesmas estratégias são percebidas no sul do Piauí, condicionadas pelo desenvolvimento de práticas agroecológicas a partir da integração de saberes na perspectiva da Educação do Campo.

4.4 Agroecologia e territorialização camponesa na mesorregião de Bom Jesus/PI: uma análise acerca da práxis dos egressos da LEdoC/CPCE

Esta seção apresenta um diálogo mais direto com os objetivos da pesquisa, pontuando as vozes e as experiências dos egressos colhidas durante as entrevistas semiestruturadas por meio de gravação em áudio. Aqui observamos alguns elementos que emergiram em conversas informais com esses egressos e que se tornaram intrínsecos à sua práxis.

Em razão do objetivo de analisarmos a contribuição da práxis dos egressos da LEdoC/UFPI/CPCE vinculados ao NAGU, para a territorialização da agroecologia e o fortalecimento do modo de vida camponês na mesorregião de Bom Jesus, sul do Piauí, os conceituamos como intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, na perspectiva crítica e emancipatória ancorada no referencial teórico do Materialismo Histórico-dialético. Ela integra a agroecologia como pauta transversal do curso e da atuação desses egressos nas comunidades, sindicatos, escolas e/ou em outros espaços.

A LEdoC foi e continua sendo muito importante para a minha formação humana e pessoal enquanto educador e camponês. Isso se tornou mais evidente quando passei a fazer parte dos projetos de extensão que envolviam a agroecologia e o teatro político, pois me concedeu uma certa sensibilidade para enxergar o quanto fomos e somos negligenciados e invisibilizados, seja pela mídia hegemônica ou pelo estado, que tem privilegiado o setor do agronegócio com o financiamento de créditos (BURITI, relato em 23/2/2023).

A atuação prática e social dos egressos nos projetos de extensão e pesquisa condicionou processos de sensibilização e de tomada de consciência política pelos camponeses para reconhecerem suas identidades e se afirmarem como intelectuais orgânicos da classe trabalhadora. Isso incidiu sobre a construção de políticas públicas que contribuem para a transformação da forma escolar atual e para a construção de um novo projeto de campo e de sociedade, fundamentado em uma cultura política contra-hegemônica, que tem por base a agroecologia e a Educação do Campo como ferramentas potencializadoras desse processo.

A esse respeito, a EdoC busca sensibilizar os sujeitos para que analisem a realidade de forma crítica. Um dos egressos apontou a necessidade de uma atuação orgânica no campo das ideias para disputar os imaginários que penetram em mentes e em corações:

A gente entende que além do processo de dominação dos territórios, existe também um processo de dominação das mentes no campo das ideias. As ideias são fundamentais para reforçar esse discurso prático de des-envolvimento, é tanto, que ele é reproduzido pelos próprios camponeses como algo que não os prejudica. Então a gente vê muito esses discursos no campo das ideias, que está muito instaurado por um projeto colonial, que fomos expostos há séculos e que ainda hoje está enraizado na sociedade. Então, a gente ainda precisa descolonizar essas ideias do “agro é pop”, “agro é tech” “agro é tudo”, e discutir todos os seus impactos e consequências (BURITI, relato de 23/2/2023).

Esse relato reforça a ideia de intelectuais como categoria orgânica e evidencia a emancipação dos sujeitos para analisarem a realidade de forma crítica. Exige também a superação de ideologias dominantes por meio da compreensão da totalidade histórica dos processos sociais ancorados na memória e na ancestralidade dos povos em seus territórios e, dessa forma, deve promover a resistência e a construção de uma contra-hegemonia movida pela luta social.

A ancestralidade determina a essência das práticas agroecológicas, pois, ao se considerarem como guardiões das nascentes, percebem que há uma diversidade de cosmovisões conectada ao diálogo de saberes para o fortalecimento do modo de vida camponês. Assim, torna-se fundamental que a memória como elemento central do modo de vida seja recuperada, bem como os saberes que estão assentados nessa ancestralidade, nas cosmovisões dos povos camponeses e nas suas relações orgânicas com o território.

Esse movimento ancestral nos permite enfatizar a contribuição da agroecologia para a reprodução social e cultural do modo de vida camponês da perspectiva da práxis dos egressos. Ela é reafirmada por meio dos projetos de pesquisa e de extensão do curso, os quais são alicerçados na epistemologia da práxis, na medida em que o trabalho se apresenta como princípio educativo e de cultura, como matriz formativa do delineamento de um projeto de transformação da forma escolar atual, fundamentado na emancipação camponesa.

Pensar a transformação da forma escolar, portanto, implica outro olhar sobre esta concepção de sujeito, que ele seja capaz de compreender a totalidade dos fenômenos da realidade e lutar pela transformação dela. Isto requer ação intencional de um sujeito criativo, que realiza uma atividade consciente e dirigida a um objetivo (MOLINA; PEREIRA, 2019).

Nesse sentido, a transformação desses egressos em sujeitos de práxis configura-se como processo revolucionário, na medida em que utilizam sua força de trabalho em seus próprios meios de

produção. Esse fato ajuda a materializar a produção desses conhecimentos acadêmicos e populares através de suas relações com a terra, bem como o papel da LEdoC na ressignificação do diálogo de saberes para a recuperação da falha metabólica entre sociedade e natureza (TARDIN, GUHUR, 2017).

Esse processo representa um salto equitativo na organicidade do pensamento. Assim, entendemos que o diálogo de saberes constitui uma categoria central da práxis para a compreensão e a transformação do mundo, uma vez que os sujeitos são os protagonistas de sua própria ação. Essa condição de autonomia possibilita que eles articulem todos os conhecimentos da produção material da vida arraigados em suas tradições, princípios e origens, fato que fortalece sua relação com a natureza, pois reconhecem o trabalho como agente integrador desse processo.

Acerca dessa dimensão da práxis como categoria, vale ressaltar que, de uma perspectiva emancipatória, como é o caso da LEdoC, forma e conteúdo não se separam, pois a articulação dialética pressupõe uma relação de causa e efeito para desvelar as contradições a partir de uma composição dos elementos da vida social que interprete criticamente os fenômenos e as ideologias dominantes. Um exemplo disso são os processos monoculturais de cooptação e de colonização mental no sul do Piauí que permeiam o imaginário social e, posteriormente, são transferidos para o solo (LIMA; SANTOS, 2022).

Dessa forma, a compreensão crítica da realidade exige uma organização de saberes pautada na comunicação horizontal. Em outras palavras, uma dialética que promova unicidade entre teoria e prática, assim como a valorização do saber-fazer camponês e das práticas agroecológicas desenvolvidas no âmbito desse diálogo para a produção material da vida e a superação das desigualdades produzidas pelo processo de desterritorialização do campo promovido pelo agronegócio – haja vista ele amalgamar o modo de vida camponês e impedir sua produção ou reprodução.

Essa questão da teoria e a prática, de certa forma, é realizada quando nós chegamos na comunidade e respeitamos aquilo que os camponeses já têm de conhecimentos, por exemplo, se eles desenvolvem tal prática de tal forma, nós não podemos chegar e falar que está errado. Na verdade, o que fazemos é tentar complementar esses saber e aprender junto com eles também, pois o conhecimento agroecológico é construído por meio desse processo de mediação que se encontra na base, ou seja, nas tradições, que é justamente o saber ancestral desses povos, que representa, de fato, uma dimensão fundamental do modo de vida das comunidades. (CACTO, relato em 4/3/2023).

Com base nesse argumento, sustentamos que a dimensão da práxis na LEdoC passa pelo processo de alternância pedagógica como princípio agregador para estreitar os laços entre universidade e comunidades. Segundo os egressos, ela está além de alternar os tempos e espaços dentro do currículo do curso; a alternância é um movimento orgânico de idas e vindas, no qual os

estudantes, juntamente com os educadores, buscam replicar e conectar os debates teóricos realizados nas disciplinas durante o TU ao modo de vida das comunidades.

Ao longo dos períodos de convivência no curso e contato direto com os camponeses, colegas e professores engajados com a causa agroecológica, foi possível aprender e reaprender práticas tradicionais e inovadoras que potencializam a nossa prática em relação ao uso da terra e às formas de plantio e cultivo das plantações. A troca dessas experiências foi fundamental para o fortalecimento das práticas agroecológicas que desenvolvo lá em casa (CAJUEIRO, relato em 16/3/2023).

Dessa perspectiva, a alternância deve ser concebida por meio do diálogo de saberes como concepção da construção do conhecimento e do método de trabalho na Educação do Campo no âmbito da teoria crítica marxista do Materialismo Histórico-dialético. Ela deve desvelar a historicidade da luta social e suas contradições, a materialidade e a totalidade das experiências construídas por meio das territorialidades. A transformação do território depende de uma construção política e simbólica, pois o conhecimento é simbólico e o respeito aos ciclos de reprodução da vida é um princípio ético.

Entendo que todo território é fruto de um processo de territorialização, que tem territorialidades. Portanto, deve haver respeito ao saber-fazer dos povos, às suas relações de convivência com os territórios. Devemos grafar a terra junto com eles, pois acreditamos que o conhecimento está escrito na vida e que não há vida sem conhecimento.

Os egressos entrevistados apontaram alguns desafios enfrentados durante esse processo de reprodução do modo de vida e de territorialização da agroecologia impostos pelo agronegócio no sul do Piauí. Um exemplo é expropriação que afeta a condição de autonomia dos camponeses, ao venderem sua força de trabalho de forma barateada. Eles vendem sua mão de obra para projetos de monoculturas e para empresas de agroquímicos, tornando-se proletários camponeses, adentrando a lógica que Oliveira (2007) compreende como subtração da renda pelo capital. Existe uma apropriação da renda da terra camponesa, em que o camponês produz e vende seu excedente para comprar semente híbridas ou transgênicas e agrotóxicos.

Vale ressaltar que a práxis dos egressos é contrária à dinâmica do agronegócio, como demonstram os trabalhos de conclusão de curso apresentados no Anexo 4, ao final desta dissertação, pois todos se voltam para uma análise e compreensão crítica desses impactos, bem como para anúncio do modo de vida e das resistências. Muitas vezes, essa práxis é limitada pelos efeitos produzidos pela expansão do agronegócio sobre agroecossistemas e comunidades camponesas. Tais efeitos são expressos por conflitos por terra e água, os quais, por sua vez, são causados por processos

de grilagem, de especulação, de expropriação, de poluição de cursos de rio por agrotóxicos, de perda de regalos da natureza, etc. Quando questionados sobre os desafios para a territorialização da agroecologia em face desses conflitos, os egressos afirmaram que:

A causa principal que eu vejo como desafio para essa territorialização é todo esse aparato financeiro que se dá para o agronegócio, inviabilizando o papel dos camponeses nesse processo. Muitas vezes o modo de vida camponês é visto como atraso, entre aspas, paralelo a esse processo, vemos o avanço do agro invadindo os territórios, com forte apoio do Estado. Então os camponeses são desapropriados e expropriados de forma violenta e a tendência é eles sair da terra. Tudo isso são desafios para essa territorialização, pois perpassa a ausência de políticas públicas, principalmente voltadas para reforma agrária, para dar condições de permanência para trabalhar na terra. Então muitos acabam vendendo suas terras, por preço de banana (CERRADO, relato de 20/2/2023).

Logo, é possível perceber a falta de uma reforma agrária popular, diferente daquela proposta pelo Estado na visão do mercado, que prevê apenas a distribuição de terras. Ela constitui uma das principais implicações e desafios para a territorialização da agroecologia pois sem o acesso à terra os camponeses ficam impedidos de se manterem nos territórios e reproduzirem a vida com dignidade. Nesse sentido, os interlocutores entrevistados reconheceram que uma das maneiras para que os camponeses fortaleçam seu vínculo com a terra tem sido a aproximação com a LEdoC, por meio da mediação entre saber popular e acadêmico. Essa aproximação visa formar e informar esses camponeses sobre seus direitos, de maneira que possam atuar no campo do conflito e dar legitimidade e visibilidade às lutas encampadas no processo de resistência.

Para os egressos, a continuidade do vínculo com a LEdoC e com programas de pós-graduação tem se configurado um mecanismo de territorialização das lutas e organização política, pois todas as dissertações dos egressos entrevistados vinculados ao NAGU se voltam para uma análise agroecológica do campo e das territorialidades a que pertencem e dão base para formas de organização política no território, conforme exposto na Figura 21.

Participar desses projetos de extensão e a maioria voltada nessa perspectiva da agroecologia, contribuiu muito até para o meu ingresso no mestrado, porque chegou agora no final eu estava terminando o curso com um monte de disciplina ainda, terminando o TCC também e aí eu fui fazer de seleção do mestrado, mas eu não tive muito tempo de estudar, só que tinha muitos dos textos que passaram para a gente estudar que era voltado nessa perspectiva, então foi o que me ajudou muito na hora da escrita da prova mesmo, tipo a gente vai começando a assimilar e a relacionar as coisas (TERRA, relato em 14 de março de 2023).

Essa fala evidencia que o trabalho coletivo via NAGU fez a diferença na vida desses egressos para adentrarem o mestrado, uma vez que potencializou sua identidade sócio-profissional, que se ecologiza junto com seu pensamento crítico, gerando um novo pertencimento à sua comunidade como intelectuais e lideranças políticas. Assim, as comunidades continuam sendo a origem e o destino da práxis, e o NAGU segue nutrindo esse vínculo, pois, ao continuarem participando da extensão e grupos de estudo, são referências para os atuais estudantes.

Quadro 4 – Pesquisas de mestrado dos egressos da LEdoC/UFPI/CPCE

Egresso	Título da dissertação	Palavras-chave	Instituição/ Programa	Ano situação
Jacira Chaves de Sousa Castro	As contribuições políticas e pedagógicas do vídeo popular na formação crítica dos jovens no contexto da pedagogia da alternância	em construção	Universidade Federal do Piauí (UFPI)/ PPGE	2023 em construção
José Ledy Carvalho Santos	Extensão popular e educação popular: práticas educativas para descolonização da extensão universitária	Extensão Popular. Educação Popular. Descolonialidade. Práticas Educativas. Extensão Universitária.	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)/PPGE	2021-2023 concluído
José Wylk Brauna da Silva	Expansão do agronegócio e r-existência: as lutas do território indígena Laranjeiras no município de Currais (PI)	Agronegócio, r-existência, terra indígena, Laranjeiras	Universidade de Brasília (UnB) /PPG-Mader	2021-2023 concluído
Marciel Rocha da Silva	Educação do campo e diversidade sexual nas escolas camponesas de Currais Piauí	em construção	Universidade de Brasília (UnB) /PPG-Mader	2023 em construção
Maria Francisca Brasileiro Costa Barbosa de Lima	O plano de Formação na articulação dos diferentes tempos e espaços educativos na Escola Família Agrícola Serra da Capivara	Educação do Campo. Pedagogia da Alternância. Plano de Formação. Práticas Educativas interdisciplinares	Universidade Federal do Piauí (UFPI)/ PPGE	2020-2022 concluído
Taynara Fernandes da Silva	As concepções teóricas-metodológicas do trabalho pedagógico dos egressos da LEdoC UFPI/CPCE	em construção	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) /PPGEducampo	2023 em construção

Thaynan Alves dos Santos	Práticas educativas socioambientais dos indígenas Gamela na chamada "última fronteira agrícola " brasileira.	Educação, descolonialidade, extensão popular, questões socioambientais, indígena Gamela	Universidade do Sul da Bahia (UFSB)/PPGCS	2021-2023 concluído
Thiago Batista de Sousa	Pelos chãos do ecótono Cerrado–Caatinga: os modos de vida camponês e a salvaguarda da socioagrobiodiversidade no Sudoeste do Piauí	Agroecologia; Agroecossistemas camponeses; Serra Vermelha; MATOPIBA	Universidade de Brasília (UnB) /PPG-Mader	2021-2023 concluído
Vanessa Borges Tavares	Os impactos do Matopiba e das colonialidades na comunidade Riacho dos Cavalos, Monte Alegre-PI	em construção	Universidade de Brasília (UnB)/PPG-Mader	2023 em construção

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.4.1 A práxis nas escolas

De acordo como o Decreto Presidencial nº 7.532/2010, são consideradas escolas do campo aquelas que atendem predominantemente os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e os acampados da Reforma Agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural.

As experiências de apreensão e incorporação da agroecologia pelos egressos, a partir de sua práxis como sujeitos coletivos educadores em escolas do campo, em comunidades, em assentamentos e em sindicatos, reforça a empiria fomentada pela LEdoC para fundamentar a teoria discutida nas aulas do TU e se torna fator preponderante da disputa por um projeto de desenvolvimento que seja protagonizado pelo campesinato. Esse projeto deve anunciar o saber-fazer camponês como elemento de r-existência, propulsor da alteração da correlação de forças e desvelador de contradições.

Por meio desse processo de dar visibilidade ao modo de vida camponês, destacamos os projetos de audiovisual, a exemplo dos cursos de vídeo popular camponês, dos cine-debates promovidos nas comunidades durante o Tempo Comunidade, em diálogo com as disciplinas, bem como das oficinas de Teatro Político realizadas nos Seminários Integradores e no *campus* da universidade (Figura 22). São atividades realizadas na perspectiva agroecológica de anunciar as resistências e de denunciar os impactos sofridos pelas comunidades. De acordo os egressos, os

documentários são vias fundamentais para fomentar a territorialização da perspectiva dos saberes da Educação do Campo, pois, uma vez que esses conhecimentos são divulgados, há uma intensificação da resistência, além de servirem como instrumento político, podendo influenciar a criação e execução de políticas públicas nos territórios.

Figura 18 – Fotos de oficinas de teatro político



Fonte: arquivo do autor (2018, 2019).

À esquerda, a foto mostra a Oficina de Teatro Político sendo realizada em sala de aula durante as atividades do Seminário Integrador na comunidade Brejão dos Aipins, município de Redenção do Gurguéia, em outubro de 2019. A segunda foto, à direita, apresenta a divulgação da Mostra de Teatro no assentamento Taboca, município de Currais, realizada em setembro de 2019, pela turma do curso de Especialização em Educação do Campo, com o tema “Agronegócio infiltrado, cuidado! Camponês aliciado”. A terceira foto, à esquerda, mostra os exercícios e os jogos teatrais realizados em aulas do curso de Especialização em Educação do Campo. A quarta foto, à direita, apresenta os ensaios do Coletivo Cenas Camponesas no clube da ADUFPI – Associação dos Docentes da UFPI.

Os depoimentos orais coletados nas entrevistas com os egressos certificaram essas afirmações:

O Seminário Integrador se constitui para além de um componente curricular, para mim ele é um dos momentos que a alternância se faz mais presente no curso, pois é uma disciplina totalmente prática, onde os alunos vão até as comunidades apresentar seus trabalhos, discutir as problemáticas das comunidades e desenvolver estratégias para solucionar tais problemas, apoiando os camponeses desde o anúncio a denúncia, fortalecendo a luta e a resistência no território. Uma das estratégias tem sido a construção de práticas agroecológicas, como por exemplo, nós fazemos o biofertilizante, a adubação verde para manter a umidade do solo e a composteira, aproveitando restos de resíduos orgânicos e de materiais secos, que antes as mulheres queimavam em seus quintais (BURITI, relato em 8/3/2023).

Quando entrei no curso em 2016.1, o seminário era realizado sem diálogo com a comunidade, pois os alunos iam até as comunidades, colhiam informações por meio de um diagnóstico e apresentavam na universidade. Me lembro que foi no semestre 2017.1 que começamos a discutir uma nova metodologia para o seminário, reunidos em assembleia optamos por realizar o seminário nas comunidades, dividindo por territórios. Após o primeiro seminário realizado nesse formato, fizemos uma avaliação e percebemos que o seminário avançou metodologicamente, pois as comunidades passaram a participar ativamente, tornando-se protagonistas dos processos operacionais, junto às escolas (BURITI, relato em 8/3/2023).

Esse avanço metodológico do seminário orientou e reforçou a necessidade de uma cooperação entre escolas e sujeitos do campo, fato que evidencia o papel da dialética no processo de comunicação entre comunidade, escola e universidade. Esse processo visa desvelar as contradições e as implicações do avanço do agronegócio sobre o modo de vida camponês.

No percurso deste trabalho, pudemos observar que, desde o surgimento do curso em 2014, há grande empenho por parte dos educadores em inserir pressupostos teórico-metodológicos que fundamentem a pedagogia da alternância e alicercem concepções e práticas contra-hegemônicas na matriz curricular, sobretudo no que diz respeito à cultura, à memória e à agroecologia no decorrer do curso, articulando saber camponês e saber acadêmico. Juntos, esses educadores reconfiguraram a práxis formativa do curso de maneira orgânica com a materialidade de origem dos educandos.

Todavia, conforme pontuado na falas dos egressos, as experiências concebidas após a reestruturação metodológica do Seminário Integrador ocorrido em 2017 e a inserção dos debates e práticas agroecológicas de maneira transversal nos diversos componentes curriculares dão conta de que a matriz formativa ganhou uma nova configuração político-pedagógica. Essas inovações nos componentes curriculares foram propostas por um grupo de educadores que chegou durante esse mesmo período e que carregava em seu repertório formativo o envolvimento com a agroecologia. Assim, o princípio da alternância se torna mais evidente no currículo do curso, uma

vez que os estudantes passaram a vivenciar e a desenvolver experiências agroecológicas por meio de aulas de campo tanto no TU quanto no TC.

Figura 19 – Fotos de aulas de campo



Fonte: arquivo do autor, 2019.

A primeira foto, à esquerda, mostra estudantes da turma 2015.2 observando a horta comunitária em aula de campo na comunidade Eugenópolis, município de Bom Jesus. A segunda foto, à direita, mostra alunos da turma 2015.2 produzindo defensivos naturais em aula de campo no *campus* da UFPI. A terceira foto mostra os egressos das turmas 2014.2, 2015.2 e 2016.1 durante aula de campo das disciplinas Prática de Pesquisa e Extensão em Movimentos Sociais, Desenvolvimento Sustentável no Campo e Agroecologia e Desenvolvimento Rural, visitando os agroecossistemas da comunidade Melancias, município de Gilbués. A quarta foto, à direita, também mostra a comunidade Melancias e os estudantes observando a torragem de farinha.

A partir dessas experiências, podemos observar um aumento no nível de consciência dos estudantes camponeses e de suas comunidades, que passaram a se sensibilizar com o reconhecimento de suas identidades e também com os processos de opressão verificados na realidade. Assim, foram motivados a agir de maneira crítica em um movimento de ação-reflexão-ação para atuarem nas escolas e nas comunidades como intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, “contribuindo na formação crítica

dos estudantes e proporcionando as condições de compreender os modelos em disputa de desenvolvimento do campo integrado na totalidade da disputa de projetos societários distintos entre classe trabalhadora e a capitalista” (SILVA, 2019, p. 99).

A elevação dos níveis de consciência é percebida na fala de vários egressos entrevistados, quando mencionam, por exemplo, a capacidade de enxergar as relações de exploração e a dominação imposta pelo agronegócio, que influencia a sujeição da renda camponesa pelo capital (OLIVEIRA, 2007) sobre os modos de vida dos camponeses, por meio do trabalho com a agroecologia, viabilizado pela LEdoC e pelo NAGU.

Fazer parte do NAGU e do Cenas para mim é muito gratificante, é um espaço de autoafirmação enquanto sujeito de classe. Hoje me considero um sujeito emancipado. É um processo muito importante, porque ajuda a gente a ter um olhar mais crítico sobre as coisas, através do teatro político mesmo, sabe? Porque é um espaço de informação. Além desse olhar crítico, pra oratória também, né? A comunicação, a forma de se comunicar com as outras pessoas, de se expressar. Então, tudo isso, eu acredito que foi uma formação que trouxe uma nova percepção para nós enxergar nossa realidade de maneira crítica e reconhecer a identidade. É uma formação por dentro, que mexe com a nossa subjetividade. Na verdade, eu creio que fui deformada, por que essa ideia de formar é colocada como se nós estivéssemos prontos e acabados dentro de uma forma, como um bolo, por exemplo, sem possibilidade de mudança (ÁGUA, relato em 24/2/2023).

Esse relato mostra que a apropriação do conhecimento agroecológico por parte dos egressos se constituiu uma ferramenta de intervenção contra-hegemônica da luta de classe no enfrentamento dos desafios impostos pela expansão do agronegócio sobre o desenvolvimento e a territorialização da agroecologia. Esse processo potencializa a ressignificação da luta e da memória dos camponeses e, conseqüentemente, contribui para a resistência nos territórios.

Diante da fala dos entrevistados, a agroecologia mostrou-se ancorada nos princípios e nos fazeres da Educação do Campo e da Pedagogia da Alternância. Da perspectiva da práxis dos egressos, está sendo territorializada pelo sul do Piauí, mediante aproximação entre a LEdoC e as comunidades camponesas e seus sujeitos. Ela vislumbra novos aportes teóricos e práticos que recuperem a ancestralidade desses povos e reconfigurem a relação com a terra para que lutem pela superação dos conflitos e dos impactos causados pelo agronegócio.

Em consonância com os princípios da Educação do Campo, observamos que a reprodução social e cultural do modo de vida camponês está alinhada à práxis formativa dos egressos, na medida em que se apropriam dos meios de produção cultural através do trabalho com a

agroecologia, teatro e audiovisual. Isso ajuda a desvelar as contradições que se dão entre capital e trabalho no âmbito da agricultura camponesa.

No entanto, as reflexões construídas a partir da voz dos egressos nos fazem perceber que eles continuam trabalhando a agroecologia em seus espaços de atuação desde as comunidades, as escolas, os assentamentos e os sindicatos, como ressaltam os entrevistados.

Nas minhas aulas na escola eu procuro sempre chamar atenção de meus alunos para a importância de eles reconhecerem a própria identidade e se afirmarem enquanto sujeitos do campo, pois muitos tentam negar sua identidade. Então eu procuro alinhar os conteúdos a esse contexto, às vezes é desafiador por conta do currículo da escola ser muito engessado e os tempos não possibilita um maior aprofundamento dessas questões, mas eu procuro sempre tá levando essa mensagem para eles valorizar suas origens e causar pertencimento. Hoje eu consigo fazer isso graças ao meu envolvimento com a agroecologia dentro da LEdoC que me possibilitou enxergar o mundo de outra forma (PEQUI, relato em 13/3/2023).

Os espaços em que eu atuo são da agroecologia, no campo, na roça mesmo. As atividades que eu desenvolvo são atividades agroecológicas. Durante o curso, eu desenvolvi várias práticas agroecológicas, como, no caso, plantar horta orgânica, sem veneno. Também, durante o curso aprendi a não queimar as folhas das árvores que caem no quintal. Por exemplo, minha mãe, meu pai mesmo, a minha mãe principalmente, ela sempre achava que se queimasse, o solo ficava mais fértil. Porque foi isso que foi passado de uma geração a outra geração. Então, durante o curso, eu aprendi que isso, em vez de tornar o solo fértil, vai matar os nutrientes do solo, porque o solo é um organismo vivo. Por exemplo, aquelas folhas que pegam nos quintais, em vez de queimar, fazer adubo, fazer uma compostagem.

E eu acho que eu nunca tinha parado para pensar isso. E depois de conhecer a LEdoC, eu tenho bastante cuidado e respeito com o solo. E isso, até hoje, eu continuo desenvolvendo. É algo gradativo que eu venho sempre discutindo com as pessoas. Eu venho sempre tentando passar isso do que eu aprendi durante o curso, durante as práticas agroecológicas, do uso do biofertilizante, dessas queimadas. E eu acho que esse trabalho tem surtido efeito, porque muitas pessoas hoje, das quais eu tenho tentado passar o que eu aprendi, eles têm feito isso. E na minha própria casa, com meus parentes, eu tenho tentado passar isso. Sempre que eu tenho uma oportunidade, eu tenho transmitido isso.

Lá em casa tem sido um espaço para as pessoas fazerem muita aula de campo. E sempre quando os estudantes chegam lá, eu tenho sempre passado o que eu aprendi durante o curso e que tem dado certo. Porque eu observo que lá em casa, o próprio exemplo da minha casa, hoje o solo é bem mais fértil. Até tem algumas plantas como “chocalho de cobra”, que significa que o solo está fértil, que lá em casa tinha uma parte que já tinha, mas agora a outra parte também, principalmente uma parte que era só areia, hoje já tem.

Então, utilizar as próprias folhas que tem e fazer o adubo verde, então, tem dado certo. Assim eu aprendi que na agroecologia nada se perde, tudo se cria. Tudo que nós aprendemos durante o curso, lá em casa, nós não só fizemos durante as aulas práticas, não só fizemos durante o projeto Quintais Agroecológicos. Nós demos

continuidade, até hoje tem. Se você for hoje lá em casa, tem, né? Lá tem uma compostagem, lá tem um biofertilizante, tem tanto um que já está no ponto de usar como outro, que agora fizemos novamente pra gente usar. Então, a gente tem plantado o adubo verde, a gente está sempre nessa continuação. Não foi só nas aulas práticas, mas fizemos disso uma prática na nossa vida. Que tem fortalecido sim o nosso modo de vida na comunidade. Que isso tem feito com que a gente cada vez mais fortaleça, assim, e o nosso amor pela natureza, pôr a terra, a relação que tem entre a gente, nós, seres humanos, como também a terra. A gente sempre passa a amar mais a terra e dar valor à natureza à medida que a gente faz essas práticas (SEMENTE, relato em 22/2/2023).

As práticas mencionadas na fala da egressa e desenvolvidas por ela, a exemplo da conservação do solo com técnicas que permitem sua fertilidade, representam o saber-fazer camponês e sua relação com o modo de vida na convivência com o cerrado, com a caatinga e com os baixões. Elas se tornam ferramentas de resistência para a construção de processos de organização política e social, bem como de estratégias de autonomia para a manutenção e o fortalecimento do modo de vida camponês (SILVA, 2021).

Essas narrativas apontam ainda que há uma continuidade do vínculo afetivo dos egressos com o curso e com a agroecologia, fato que os faz transformar seus próprios lotes em quintais produtivos, com base em práticas realizadas nas disciplinas, seja no TU ou no TC, em projetos de extensão e em seminários integradores. Para os egressos, a agroecologia é uma práxis em constante construção, protagonizada à luz de um processo de comunicação popular fundamentado nos saberes da Educação do Campo, consolidando a emancipação dos camponeses no sul do Piauí.

Pelo prisma da epistemologia da práxis alinhado aos princípios da Educação do Campo, sobretudo ao trabalho como princípio educativo, temos a concepção de que a historicidade do modo de vida camponês e das práticas agroecológicas acompanha o movimento de materialização da identidade de classe, para os camponeses se reconhecerem como sujeitos de direitos. Nesse sentido, a Educação do Campo tem o papel fundamental de socializar e de anunciar as experiências dos sujeitos no plano democrático, propiciando a compreensão da totalidade dos aspectos culturais e sociais que condicionam a resistência nos territórios.

O estado de compreensão dessa totalidade nos leva a entender que a práxis agroecológica dos egressos é impelida por um movimento dialético representado pelos significados subjetivos das narrativas expressas nas entrevistas. Tal dialética se constitui um processo de idas e vindas sustentado pelo diálogo de saberes na busca de sistematizar as experiências acumuladas pelos camponeses, com base na valorização dos notórios saberes.

A dialética reconhece as contradições sociais, para entender os processos de lutas históricas, e intervir na transformação social da realidade. Um desses princípios de transformação social é a coletividade. O materialismo histórico-dialético tornou-se a epistemologia da classe trabalhadora, e esta, é a base epistemológica da formação de educadores/as do campo na proposta da Licenciatura em Educação do Campo (NASCIMENTO, 2019, p. 125).

Na perspectiva da LEdoC, a dialética possibilita a conexão entre conteúdos com a realidade dos estudantes e sua práxis como sujeitos coletivos educadores, para atuarem no campo das ideias, na transformação da forma escolar. Assim, está presente na construção de um novo projeto de campo e de sociedade ancorado na sustentabilidade ambiental, social e política nas suas relações orgânicas com os territórios para a superação da hegemonia capitalista que assola e ameaça o campesinato.

É por meio da dialética que a agroecologia se projeta na LEdoC como alternativa ao modelo de desenvolvimento capitalista. Ela recupera “o vínculo essencial entre a formação humana e a produção material da existência, concebendo a intencionalidade educativa na direção de novos padrões de relações sociais” (NASCIMENTO, 2019, p. 126).

No tocante aos debates teóricos realizados nas disciplinas durante o TU, percebemos que os educadores procuram incorporar a agroecologia de modo transversal, colocando a arte como direito humano inalienável para a libertação da autonomia de poder e da emancipação social. Contudo, alguns egressos ressaltaram a necessidade de esse debate aparecer logo nos primeiros semestres do curso, de modo que possam acompanhar as discussões que envolvem a história e a geografia agrária. Alguns egressos ressaltaram que o contato com os debates agroecológicos só aconteceu no quinto semestre do curso, quando começaram a cursar disciplinas com um caráter mais interdisciplinar.

O primeiro contato que me despertou o interesse pela agroecologia começou no 5º semestre do curso, quando cursei a disciplina Organização e Gestão da Produção do Campo. As discussões teóricas e as aulas práticas me levaram a construir uma nova relação com o campo e seus sujeitos, bem como o respeito com a natureza. Também foi nesse momento que eu definir o tema do meu trabalho de conclusão de curso, intitulado: “Saber-fazer camponês e gestão dos agroecossistemas na comunidade Lourenço em Redenção do Gurguéia-PI (AGROECOSSISTEMA, relato em 15/3/2023).

Essas argumentações acompanharam outras discussões sobre a necessidade de reformular o PPP do curso, a fim de garantir a inserção de novos componentes curriculares, assim como a incorporação dos debates agroecológicos logo nos primeiros semestres. Essa proposta tem o objetivo de fomentar o diálogo de saberes na relação dialética com a realidade de vida dos

estudantes ao inserir a agroecologia na matriz formativa do curso. Vale ressaltar que, neste momento, início do ano de 2023, a reformulação do PPP está em tramitação no colegiado do curso com aos estudantes. No mês de fevereiro de 2023, foi realizada uma assembleia geral para debater a nova proposta do PPP. Segundo os egressos, essa reformulação já deveria ter acontecido, porém, devido à pandemia da Covid-19, a proposta foi adiada e restabelecida após o retorno das aulas presenciais.

O PPP constitui-se um elemento estruturante dos princípios teóricos e metodológicos a ser tomado pelos educadores e educandos no processo de ensino-aprendizagem. Isso deve ocorrer para promover a afirmação da identidade e o estabelecimento de vínculos com a comunidade para a construção da autonomia coletiva, o respeito à multiculturalidade de saberes e às especificidades dos povos do campo.

Do ponto de vista da Educação do Campo, essa construção está alinhada à luta por um projeto educativo concebido na valorização de processos materiais e simbólicos ancorados na cultura, no modo de vida e nas relações assimétricas de poder produzidas entre capital e trabalho. Assim, é imprescindível que essas discussões sejam inerentes à matriz formativa do curso, pois são potencializadas pela alternância de diferentes tempos e espaços educativos, tornando a práxis dos egressos um agente propulsor da territorialização da agroecologia nas escolas, comunidades e outros espaços de atuação.

Essa relação dialética mostra claramente que as experiências agroecológicas desenvolvidas pelos egressos se caracterizam no âmbito do teatro político, do vídeo popular, da produção orgânica e da economia solidária. Eles mantêm a partilha de alimentos e de troca de sementes como estratégias de resistência, manutenção e reprodução do seu modo de vida, pois consolidam o bem viver das comunidades (ACOSTA, 2016).

A partir da materialidade de origem da Educação do Campo e da agroecologia, observamos que as experiências agroecológicas desenvolvidas pelos egressos estão assentadas em várias dimensões, desde o teatro político ao vídeo popular e à agricultura camponesa. Elas foram disseminadas a partir da teoria à prática por meio de forças motrizes que operam para o enfrentamento das ideologias, opressões e violências que se perpetuam no campo de conflito pela burguesia agrária e por seu projeto de “des-envolvimento” que não se sustenta dentro de suas contradições.

A expansão desse projeto é intermediada pelo dirigismo político, econômico, social e cultural que estabelece a lógica do pensamento dominante, com a instrumentalização do ensino via aparelhos ideológicos do Estado, que oferecem uma tendência pedagógica centrada no

tradicionalismo. Dessa forma, é importante reconhecer que a Educação do Campo e a agroecologia “não se sustentam no capitalismo, dependem de sua articulação com os avanços da Reforma Agrária de base popular e, especialmente, não convivem com a estrutura do agronegócio e do latifúndio” (SILVA, 2012, p. 115).

No entanto, o trabalho de base por meio de projetos educativos apoiados na contra-hegemonia torna-se fundamental para o entendimento das contradições que se filiam às opressões e às violências enfrentadas pelos camponeses durante seus processos de luta pela terra e de preservação ecológica dos territórios. Esse processo é substanciado por relações de reciprocidade com os meios de produção, e os agroecossistemas são espaços direcionados para a promoção da ecologia de saberes e da economia solidária.

Um exemplo que revela essa solidariedade é a atividade de mutirão, bastante presente nas comunidades visitadas no sul do Piauí. Elas são realizadas desde o preparo da terra à colheita, quando os camponeses se organizam de forma coletiva. Conforme os entrevistados, há outros momentos de ajuda mútua bastante comuns que caracterizam a reciprocidade e a solidariedade no modo de vida camponês.

Quando é na parte de colher, de fazer farinhada, essas coisas, tipo assim, nós nos juntamos, temos aquela coletividade. Isso é muito gratificante para nós, pois é um momento de união. E no final todo mundo leva um pouco de farinha e tapioca pra casa. Então é uma coisa que nós fazemos apenas para o consumo familiar, às vezes alguém consegue vender um pouco, mas é difícil, a maioria das pessoas guardam para consumir durante o ano e não precisam comprar na cidade (AKROÁ-GAMELA, relato em 16/3/2023).

A fala do egresso evidencia que a solidariedade representa uma forte estratégia de autonomia das comunidades para resistir ao avanço da lógica mercadológica de consumo implantada pelo capital agrário.

Mas a gente percebe que há comunidades que essas práticas já estão desaparecendo, porque os camponeses se tornaram proletários ao venderem sua mão de obra de forma barateada. Então alguns já não querem mais ter trabalho de plantar, acabam comprando tudo no mercado, porque já vem pronto. Porque cada vez mais os camponeses estão ficando ali à mercê do agronegócio, chega o pessoal do agronegócio, aí eles vivem ali na fronteira, as comunidades se sujeitam, são expropriadas de suas terras, às vezes elas deixam de trabalhar nas suas terras porque não estão produzindo como eles veem lá no agronegócio, que a produção é enorme de milho, de soja, então eles deixam de trabalhar, passam a ser assalariados, é o processo que alguns autores vão chamar de proletarização (CERRADO, relato em 27/2/2023).

Os argumentos apresentados na fala do egresso nos levaram a refletir sobre os impactos do agronegócio no modo de vida das comunidades, uma vez que explora a mão de obra barata dos camponeses, para que eles possam abandonar o campo e torná-lo um espaço vazio, de forma a propiciar a implantação da monocultura.

Os poucos camponeses que conseguem permanecer nos territórios são ameaçados e proibidos de trabalhar na terra. Isso compromete sua renda e, conseqüentemente, a reprodução ampliada de seu modo de vida, pois a terra é o meio de produção que protagoniza a interdependência com o mercado, fato que eleva a soberania e a autonomia dos camponeses em seus processos de cooperação com a natureza.

Esse processo de tornar o campo um lugar vazio está alinhado à negação do direito dos povos do campo à educação por parte do Estado brasileiro, ao longo de séculos. Esse cenário vem se aprofundando dado o intenso fechamento de escolas do campo ou de nucleação, que consiste na transferência dos alunos para escolas em comunidades mais populosas ou em centros urbanos, sob a alegação de que as prefeituras lidam com falta ou baixo número de alunos, bem como com questões financeiras.

Segundo Nunes (2017, p. 34),

O problema é que a transferência dos alunos, como previsto neste processo, normalmente não computa a análise dos seus efeitos no que diz respeito à distância escola-família, às relações sociais e ao enfraquecimento das comunidades. E disso pode ocorrer que muitas crianças, jovens e adultos dessas áreas estejam muitas vezes tendo seus percursos escolares interrompidos ou desarticulados. E isso contribui para o êxodo rural.

Além de contribuir para o desaparecimento das comunidades pelo fato de as escolas consistirem em importantes centros comunitários de referência, o fechamento de escolas impacta diretamente os processos migratórios. Os pais se veem obrigados a mudar para as zonas urbanas, a fim de acompanharem o processo educacional dos filhos, em grande maioria, crianças de até 10 anos de idade. Esse processo resulta na evasão ou no abandono escolar e, conseqüentemente, no aumento dos índices de analfabetismo, pois muitos alunos acabam não concluindo sequer o ensino fundamental.

Na pesquisa intitulada “O desmonte da Educação do Campo no Nordeste brasileiro: diagnóstico, mapeamento e análise do fechamento de escolas do campo no estado do Piauí”, Borges (2017, p. 312) afirma:

Ao todo, 377 escolas do campo, todas elas municipais, foram fechadas no estado do Piauí no ano de 2014. Destas, 23 (6,10%) foram extintas e 354 (93,90%) tiveram suas atividades paralisadas. Estas instituições atendiam, em 2013, a um total de 7.088 alunos regularmente matriculados e estavam distribuídas em 111 municípios distintos, ou seja, quase metade (49,55%) dos 224 municípios nos quais o estado do Piauí é dividido.

Os dados são alarmantes e ferem a isonomia e o direito constitucional de todo cidadão de receber do Estado educação pública, gratuita e de qualidade em seu local de origem, vida e trabalho. Há ainda outros impactos causados pelo fechamento das escolas, a exemplo do comprometimento da territorialização do modo de vida. Uma vez que são privados do acesso à educação, “são obrigados a buscarem refúgio nos centros urbanos” (NUNES, 2017, p. 37), perdendo o seu vínculo com a terra.

Nesse contexto, reconhecemos o papel da Educação do Campo como política pública contra-hegemônica capaz de pressionar o Estado para a criação de escolas e oferta de uma educação contextualizada com o saber-fazer camponês. Nessa mesma direção, acreditamos que as práticas agroecológicas concebidas na práxis profissional dos egressos podem caminhar junto, na medida em que incorporam novas relações sociais, econômicas e culturais promotoras do fortalecimento do modo de vida e da territorialidade camponesa.

Diante das narrativas apresentadas nas entrevistas e por todo o processo de construção teórico-prático evidenciado ao longo desta pesquisa – desde a implantação da LEdoC no *campus* da UFPI em Bom Jesus até as comunidades ou na universidade –, é visível que a agroecologia está presente na práxis do curso e profissional dos egressos no âmbito das escolas, sindicatos, pastorais e em atividades profissionais que nada têm a ver com a formação inicial, assim como em sua vida cotidiana como agricultores(as). É importante ressaltar que a atuação de vários egressos nas escolas do campo como professores não anula sua identidade de camponeses. A identidade de professor, que passa pela formação agroecológica, qualifica e amplia a identidade e a práxis camponesa e se reflete nos quintais, nos roçados, no manejo dos agroecossistemas, de modo geral, incluindo o cultivo e o extrativismo do cerrado (ANJOS, 2020).

Nesse sentido, a identidade de camponês colabora com a resignificação da prática pedagógica dos educadores, uma vez que possibilita a introdução dos saberes culturais e das práticas agroecológicas no processo de ensino-aprendizagem. Segundo os egressos, um exemplo disso é a construção de Sistemas Agroflorestais – SAFs e de hortas agroecológicas nas escolas, que podem favorecer experiências interdisciplinares em diferentes componentes curriculares, fato que reconfigura o processo pedagógico.

Nesse mesmo sentido, realizamos em junho de 2018, por meio do projeto semeando agroecologia, vinculado ao NAGU e coordenado pela professora Valcilene Rodrigues, a implementação de um SAF na Escola João Vieira da Silva, situado na comunidade Alto Alegre, em Santa Luz-PI. Ao envolver escola e comunidade, propiciou o reestabelecimento de vínculos e o diálogo de saberes, conforme argumenta a egressa entrevistada e ex-diretora da escola.

A ideia do SAF surgiu durante o curso por meio do projeto semeando agroecologia e foi implantado por acadêmicos da LEdoC, professores da escola e da universidade, alunos e pessoas da comunidade. O SAF era um pequeno espaço na escola e lá era cultivado muitos alimentos que eram introduzidos na merenda escolar, o espaço também era usado para algumas aulas e também servia de espaço para visita de outros universitários para realização de pesquisa e trabalhos acadêmicos (MANGABA, relato em 2/3/2023).

Figura 20 – Fotos da implantação ao manejo e colheita no SAF da Escola João Vieira da Silva



Fonte: Jandelly Jauane (2018, 2019).

Esse processo de construção do SAF, e suas contribuições para o fortalecimento do ensino-aprendizagem, está presente em outras considerações realizadas pela egressa. Essa experiência foi divulgada e sistematizada, a exemplo do artigo intitulado “Escola do Campo e agroecologia: um

olhar desde a Unidade Escolar João Vieira da Silva, Santa Luz/PI”, apresentado no XI Congresso Brasileiro de Agroecologia e publicado na revista *Cadernos de Agroecologia da ABA*.

Um outro espaço em que a experiência circulou reforça o SAF como ferramenta pedagógica, o artigo “Projeto semeando agroecologia: uma experiência de integração entre ensino, pesquisa e extensão universitária”, que compõe o livro “Faz escuro, mas cantamos: agroecologia e política no sul do Piauí”, no qual a egressa e então diretora da escola menciona:

Quando comecei a participar do projeto de extensão semeando agroecologia, percebi que poderia executar algumas atividades do projeto na minha comunidade. O projeto despertou em mim, a necessidade de incluir no projeto pedagógico da escola em que eu atuava metodologias que fossem compatíveis com as necessidades pedagógicas da escola, que fossem contextualizadas à realidade dos estudantes; que contribuíssem com a comunidade e com os agroecossistemas da comunidade Alto Alegre. Assim, como diretora da escola, convidei os demais integrantes do projeto semeando agroecologia para implantarmos um sistema florestal (SAF) na escola. O SAF ficaria sob a responsabilidade dos funcionários e dos estudantes da escola. A experiência foi muito relevante para escola, pois os alunos passaram a ter outro conhecimento e os professores passaram a realizar aulas diferenciadas (SILVA *et al.*, 2021, p. 99) (Elizabeth Alves Carvalho, integrante do projeto, relato de 15/3/2021).

Segundo a egressa, atualmente o espaço do SAF não está mais sendo cultivado. Em função de sua lotação em outra escola, seus sucessores não levaram o projeto adiante. Porém, as práticas tiveram continuidade nos roçados e nos quintais dos pais dos alunos da escola e isso se refletiu na autonomia e no protagonismo desses sujeitos nos processos de transformação mediados pela universidade.

Assim, é perceptível que as práticas agroecológicas desenvolvidas pelos estudantes e agora egressos da LEdoC até o período aqui estudado têm potencial para fortalecer o modo de vida dos camponeses, diálogo de saberes, suas relações de reciprocidade com a terra, bem como processos de transição agroecológica capazes de recuperar a fertilidade do solo e o equilíbrio ecológico dos agroecossistemas.

Do ponto de vista da Educação do Campo, percebemos que a transversalidade da agroecologia dentro do curso da LEdoC/UFPI/CPCE contribui com a construção de um conhecimento dialogado que respeita os ciclos e os ritmos da natureza. Em outras palavras, há um conhecimento que evolui junto com a cultura dos povos, a partir de uma ecologia de saberes que evidencia o movimento contraditório do modo capitalista de produção, acobertado pela figura do agronegócio. Portanto, a construção do conhecimento agroecológico da prática à teoria no âmbito da práxis dos egressos da LEdoC constitui-se um instrumento de luta política para mediar e contribuir com a superação dos

conflitos, das contradições e dos antagonismos gerados pelas relações desiguais entre capital e trabalho, que dificultam a reprodução social dos povos e das comunidades.

Esse movimento agroecológico desencadeou processos de emancipação e reconhecimento dos egressos para com o curso e suas identidades como camponeses, como evidenciado e reafirmado na fala de uma egressa:

Entrei na universidade com toda essa questão de negação da própria identidade, porque eu mudei para a cidade ainda pequena para estudar o ensino fundamental e quando você chega na escola urbana, mesmo a gente sabendo que tem esse grande número de pessoas que saem da zona rural para estudar na escola urbana, a gente sofre muita questão do preconceito por a gente vir de uma escola do campo. Quando eu entrei na universidade, a partir dos debates nas disciplinas, comecei a desmistificar esses preconceitos, a gente começa um processo de reafirmação da nossa identidade. Então, dentro desse processo de reconhecimento tem também uma questão do próprio modo de vida, essa questão que a própria agroecologia, ela é um modo de vida (TERRA, relato em 14/3/2023).

Esse processo de emancipação potencializou a construção de um vínculo afetivo e de pertencimento dos egressos com as comunidades, o que possibilitou a incorporação da agroecologia como prática e/ou enfoque teórico e/ou movimento, mesmo depois de concluírem o curso nos mais diversos contextos, quando atuaram nas escolas, nos sindicatos, nas associações, entre outros espaços. Além disso, os alunos melhoraram as práticas produtivas de seus próprios agroecossistemas, a partir de sua participação no curso rumo à construção de abundância na geração de alimentos, matéria e energia, o que se estende para as suas atuações como egressos e gera referências para as comunidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o objetivo proposto nesta pesquisa, sustentamos que a partir da produção e da diversificação do conhecimento agroecológico no âmbito da Educação do Campo, é possível fomentar a territorialização camponesa e seu modo de vida, assim como elaborar políticas públicas que possam viabilizar o desenvolvimento agroecológico sustentável. Esperamos ainda que as reflexões obtidas a partir da análise dos dados das entrevistas favoreçam o planejamento e a incidência de ações políticas, sociais e culturais direcionadas à manutenção e ao fortalecimento do modo de vida camponês na mesorregião de Bom Jesus.

Diante do exposto, podemos afirmar que a práxis dos egressos contribuiu e continua contribuindo para a territorialização da agroecologia e para o fortalecimento do modo de vida camponês na mesorregião de Bom Jesus, no sul do Piauí. Tal contribuição é perceptível graças à reconfiguração da matriz formativa do curso que, a partir do segundo semestre de 2017, passou a conceber elementos da arte e da agroecologia como princípios formativos alicerçados na epistemologia da práxis. Essa que, de forma transversal e dialógica, incorpora a unicidade entre teoria e prática que potencializa a auto-organização dos estudantes e possibilita a aproximação das comunidades camponesas e a construção de um novo perfil extensionista dos estudantes. De acordo com os depoimentos dos egressos entrevistados, esse processo garantiu a continuidade do vínculo com o curso e com as comunidades mesmo após terem concluído o curso.

A extensão é o espaço que continua produzindo o vínculo dos egressos com a agroecologia e incidindo sobre os territórios. Nesse sentido, ela é o lugar que continua produzindo a comunicação da perspectiva de anunciar e de denunciar as violações de direitos provocados pelo agronegócio nos territórios camponeses. No entanto, chegamos à conclusão de que não há extensão sem comunicação.

Os egressos mantêm um vínculo orgânico com o curso mesmo após concluí-lo, pois, a participação em projetos e em núcleos de pesquisa e extensão ainda se dá de forma efetiva. Tal processo revela que o curso da LEdoC potencializa a construção de laços afetivos que colaboram para a ampliação das lutas sociais e para o desenvolvimento de práticas políticas contra-hegemônicas, as quais estimulam a resistência nos territórios estudados.

Considerando esses processos e as conversas informais realizadas com os egressos, testemunhamos que a territorialização da agroecologia na perspectiva dos saberes da EDOC na mesorregião de Bom Jesus, foi percebida a partir de 2016, dois anos após a criação do curso na universidade. Ela foi potencializada via NAGU e reafirmada por meio dos projetos de pesquisa e

de extensão, bem como de projetos de intervenção propostos nas disciplinas e no Seminário Integrador. Juntos, essas disciplinas e seminários delinearam novas rotas de experiência na relação entre camponeses, natureza e terra, desde as práticas de manejo, plantação, consumo e comercialização de alimentos.

Contudo, o desafio que a pesquisa nos coloca é o de pensar formas de influenciar a criação e execução de políticas públicas que possam garantir a formação continuada dos egressos que atuam nas escolas de educação básica. É necessário que se faça de forma a sensibilizá-los a promover, cada vez mais, atividades e projetos que motivem a transformação da forma escolar atual por meio da agroecologia. Portanto, é imprescindível que tenhamos um currículo integrado à concepção formativa da Educação do Campo, o qual possa dialogar com seus princípios e com suas matrizes formativas.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. **O bem viver:** uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. 264 p.
- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. *In:* ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento:** fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 99-138.
- ALENTEJANO, P. A hegemonia do agronegócio e a reconfiguração da luta pela terra e Reforma Agrária no Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, SP, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”, n. 42, v. 4, p. 251-285, 2020.
- ALTIERI, M. **Agroecologia:** bases científicas para uma agricultura sustentável. Rio de Janeiro: Expressão Popular/AS-PTA, 2002.
- ALVES, V. E. L. **Formação territorial sul piauiense:** modernização agropecuária e resistência camponesa. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-19122022-175543/>. Acesso em: 18 fev. 2023.
- ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante.** São Paulo/Porto Alegre: Bookman/Artmed, 2009.
- ANJOS, M. P. **Institucionalização da Licenciatura em Educação do Campo na UNIFESSPA:** avanços e contradições. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.
- ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (org.). **Por uma Educação do Campo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- ARROYO, M. G. Memórias de Educação do Campo. *In:* SANTOS, C. A. *et al.* (org.). **Dossiê Educação do Campo:** documentos 1998-2018. Brasília: Ed. UnB, 2020.
- ASSIS, R. J. S. EUA, China e o sul/sudoeste do Piauí: a construção de um projeto de pesquisa (2008-2017). *In:* NUNES, R. B. (org.). **Experiências, realidades e contextos da Educação do Campo no sul do Piauí.** Curitiba: CRV, 2017. p. 99-112.
- BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Bagatin. snowball (Bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. *In:* CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10, 2011, Curitiba, **Anais [...]**. Curitiba. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, p. 329-341, 2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/1714932-Snowball-bola-de-neve-uma-tecnica-metodologica-para-pesquisa-em-educacao-ambiental-comunitaria.html>. Acesso em: 17 abr. 2014.
- BASTOS, M. D.; GONÇALVES, F. C. (org.). **Comunicação e a disputa da hegemonia.** São Paulo: Outras Expressões, 2015.

BATISTA, O. A.; SILVA, M. S. P. Educação do Campo na universidade: realidades e desafios socioeducacionais dos camponeses. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, MS, v. 11, n. 33, p. 617-637, 2020. Disponível em:

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/4522/3948>.

BOMBARDI, L. M. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 107-117, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123836>.

BORGES, D. G. O desmonte da educação do campo no nordeste brasileiro: diagnóstico, mapeamento e análise do fechamento de escolas do campo no estado do Piauí. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 305-324, 2017.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, MG, v. 6, n. 1, p. 51-62, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988>.

CABRAL, L.; PANDEY, P.; XU, X. Epic narratives of the green revolution in Brazil, China, and India. **Agriculture and Human Values**, n. 39, p. 249-267, 2022. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10460-021-10241-x>.

CABRAL, C. M.; PANTOJA, D. L. Núcleo de Agroecologia e Artes do Vale do Gurguéia (NAGU): da formação às primeiras impressões de sua atuação no sul do Piauí. In: PEREIRA, K. A.; SILVA, V. R.; DIAS, M. A. M. (org.). **Faz escuro, mas cantamos: agroecologia e política no sul do Piauí**. Curitiba: CRV, 2021. p. 79-92.

CALDART, R. S. *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: EPSJV, Expressão Popular, 2012.

CALDART, R. S. Educação do Campo e agroecologia. In: DIAS, A. P. *et al.* (org.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. Rio de Janeiro, São Paulo: EPSJV, Expressão Popular, 2021, p. 355-361. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf.

CANUTO, A. Comissão Pastoral da Terra. In: CALDART, R. S. *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: EPSJV, Expressão Popular, 2012. p. 130-135.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural**. Porto Alegre: Emater/RS, 2001.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF, 2004.

CHÃ, A. M. J. **Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para construção da hegemonia**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2016.

COSTA, F. A.; CARVALHO, H. M. Campesinato. In: CALDART, R. S. *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 113-120.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Balço da Questão Agrária no Brasil em 2021 (CPT Nordeste II)**. 2022. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/5904-balanco-da-questao-agraria-no-brasil-em-2021-cpt-nordeste-ii>.

DAGNINO, E. **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DIAS, M. A. M. **As quebradeiras de coco babaçu do sul do Piauí: memória e identidades em movimento**. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

DIAS, M. A. M. *et al.* Modos de ser, existir e resistir de quebradeiras de coco babaçu da comunidade “Sítio”, Cristino Castro, Piauí. *In*: PEREIRA, K. A.; SILVA, V. R.; DIAS, M. A. M. (org.). **Faz escuro, mas cantamos: agroecologia e política no sul do Piauí**. Curitiba: CRV, 2021. p. 177-198.

EUCLIDES, M. S. Quando os novos sujeitos ingressam nas universidades: novas práticas educativas e epistemológicas. *In*: NUNES, R. B. (org.). **Experiências, realidades e contextos da Educação do Campo no sul do Piauí**. Curitiba: CRV, 2017. p. 89-98.

FALÇÃO, M. R. B. *et al.* Quintais agroecológicos e as mulheres no protagonismo dos processos produtivos e econômicos. *In*: PEREIRA, K. A.; SILVA, V. R.; DIAS, M. A. M. (org.). **Faz escuro, mas cantamos: agroecologia e política no sul do Piauí**. Curitiba: CRV, 2021. p. 119-127.

FAVARETTO, A. *et al.* (org.). **Entre chapadas e baixões do Matopiba: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no cerrado**. São Paulo: Prefixo Editorial, 2019a.

FAVARETTO, A. *et al.* Há mais pobreza e desigualdade do que bem-estar e riqueza nos municípios do Matopiba. **Revista Nera**, Presidente Prudente, SP, v. 22, n. 47, p. 348-381, 2019b. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6275>.

FERREIRA, C. L. R. **Educação ambiental dialógico-crítica e sua relação com a prática da agroecologia e da Educação do Campo no território do extremo sul da Bahia: entre o descompasso e o desafio de transformação**. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10637>.

FIAN INTERNACIONAL; REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Os custos ambientais e humanos do negócio de terras: o caso do Matopiba, Brasil**. Heidelberg/Alemanha, 2018.

GIRARDI, E. P. **A indissociabilidade entre a questão agrária e a questão racial no Brasil: análise da situação do negro no campo a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005.

GONÇALVES, M. C.; MEDEIROS, L. B.; DIAS, E. F. S. Cursos de Licenciatura em Educação do Campo no Piauí e a utopia que ajuda a caminhar. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 6, e12974, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e12974>

GOHN, M. G. M. (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. (v. 3. Maquiavel; Notas sobre o Estado e a política).

GUHUR, D. M. P.; TONÁ, N. Agroecologia. In: CALDART, R. S. *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: EPSJV, Expressão Popular, 2012. p. 59-67.

LIMA, D. A. **Cerrado e modos de vida tradicionais no Maranhão, Piauí e Tocantins**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2021.

LIMA, I. P. **Avaliação da contaminação do leite materno pelo agrotóxico glifosato em puérperas atendidas em maternidades públicas do Piauí**. Dissertação (Mestrado em Saúde da Mulher) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

LIMA, R. B. *et al.* **Alternância pedagógica na Educação do Campo: práxis educativas de fortalecimento da agroecologia e territorialização camponesa**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 10., 2020., São Cristóvão, SE. **Anais [...]**, v. 15, n. 20, 2020. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/3577/3783>.

LIMA, R. B.; PEREIRA, K. A. **Socializar os meios de produção teatrais: reflexões a partir da práxis do coletivo Cenas Camponesas**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 10., 2020., São Cristóvão, SE. **Anais [...]**, v. 15, n. 20, 2020. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/3791/2866>.

LIMA, R. B.; SANTOS, A. M. P. Agroecologia e educação do campo como ferramentas de enfrentamento aos processos de cooptação e colonização mental no sul do Piauí. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 60., 2022. Natal, RN. **Anais [...]**. Natal: UFRN, 2022. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/486257.pdf>.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

MARX, K. **Cadernos de Paris & Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MOLINA, M. C. Políticas públicas. In: CALDART, R. S. *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: EPSJV, Expressão Popular, 2012. p. 587-596. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>.

MOLINA, M. C. Análises de práticas contra-hegemônicas na formação de educadores: reflexões a partir do curso de Licenciatura em Educação do Campo. In: CUNHA, C.; SOUSA, J. V.;

SILVA, M. A. **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas, SP: Autores Associados, Brasília: UnB, 2014. p. 263-290.

MOLINA, M. C. A Educação do Campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, MG, v. 6, n. 2, p. 378-400, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoem perspectiva/article/view/6809>.

MOLINA, M. C. Contribuições das Licenciaturas em Educação do Campo para as políticas de formação de educadores. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, SP, Dossiê: Análises de Experiências brasileiras e latino-americanas de Educação do Campo, v. 38, n. 140, p. 587-610, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/57t84SXdXkYfrCqhP6ZPNfh/?format=pdf&lang=pt>.

MOLINA, M. C. 20 anos do Pronera e da Educação do Campo. In: GUEDES, C. G. *et al.* (org.). **Memória dos 20 anos da Educação do Campo e do Pronera**. Brasília: Universidade de Brasília, 2018. p. 36-45. Disponível em: https://fonec.org/wp-content/uploads/2021/04/Memoria-dos-20-anos-da-educacao-do-campo-e-do-PRONERA_16.04.2021.-1.pdf.

MOLINA, M. C. Editorial: Resultados de pesquisas sobre os(as) egressos(as) das Licenciaturas em Educação do Campo no Brasil. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, TO, v. 6, p. e13419, 2021. Disponível em:

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/13419>.

MOLINA, M. C.; PEREIRA, M. F. R. A práxis como categoria estruturante do projeto de transformação na forma da escola do campo. REUNIÃO NACIONAL DA ANPED - EDUCAÇÃO PÚBLICA E PESQUISA: ATAQUES, LUTAS E RESISTÊNCIAS, 39., 2019, Niterói, RJ. **Anais [...]**. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense - UFF, 2019. Disponível em: http://39.reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/sites/3/trabalhos/5428-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf.

NASCIMENTO, T. A. **Educação de jovens e adultos e extensão universitária**: a Licenciatura em Educação do Campo da UnB e a experiência com a educação popular. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

NUNES, R. B. (org.). **Experiências, realidades e contextos da Educação do Campo no sul do Piauí**. Curitiba: CRV, 2017.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, A. U. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

OLIVEIRA, C. L. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. **Revista Travessias**, v. 2, n. 3, p. 1-16, 2008.

Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3122/2459>.

PEREIRA, K. A.; SILVA, V. R.; DIAS, M. A. M. (org.). **Faz escuro, mas cantamos**: agroecologia e política no sul do Piauí. Curitiba: CRV, 2021.

PEREIRA, K. A. *et al.* IV Mostra Terra em Cena e na Tela: a tessitura de uma rede de poéticas e políticas camponesas. In: PINTO, Viviane *et al.* **Cultura e política: narrativas da Escola de Teatro Político e Vídeo Popular do Distrito Federal**. Brasília, DF: SIMPOIESE Projetos Culturais, 2022. p. 119-154.

PIAUI. Universidade Federal do Piauí. **Projeto Pedagógico da Licenciatura em Educação no Campo / Ciências Humanas e Sociais - Campus Professora Cinobelina Elvas**. Bom Jesus, Piauí, 2013.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Dos cerrados e de suas riquezas: de saberes vernaculares e de conhecimento científico**. Rio de Janeiro, Goiânia: FASE, CPT, 2019.

PRIMAVESI, A. M. **Manual do solo vivo: solo sadio planta sadia, ser humano sadio**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

RIBEIRO, M. T. F. Gestão do Território e Desenvolvimento: um convite à reflexão e ao exercício do diálogo entre saberes. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 23., 2007, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. v. 1.

SABER Trocar Lutar: **a experiência do Seminário Integrador da Licenciatura em Educação do Campo**, 2018. (18:11). Produzido pelo Coletivo Cenas Camponesas. Publicado pelo canal NAGU. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BWg7fJ92uPM>. Acesso em: 24 fev. 2023.

SANTOS, C. A. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). In: CALDART, R. S. *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: EPSJV, Expressão Popular, 2012. p. 631-639.
<https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SEPLAN – Secretaria de Estado do Planejamento. Governo do Estado do Piauí. Territórios de Desenvolvimento. Mapa de potencialidades. 2015. Disponível em: <http://www.seplan.pi.gov.br/mapa-grande.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2023.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. **Estudos Cebrap**, Petrópolis, RJ, n. 26, p. 43-79, 1980.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, A. G. **Cultura como matriz formativa na Licenciatura em Educação do Campo da UnB: potencialidades do trabalho com o teatro político e o vídeo popular**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SILVA, E. R. Conjuntura política agrária e projeto para o Brasil. In: GUEDES, C. G. *et al.* (org.). **Memória dos 20 anos da Educação do Campo e do PRONERA**. Brasília: UnB, 2018. p. 15-19.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: Unicamp, 1998.

SILVA, L. F.; SILVA, V. R. Seminário integrador: articulação entre saber científico e saber popular para fortalecimento da educação do campo. *In: SILVA, A. L. S. et al. (org.). Educação do campo: sujeitos, saberes e reflexões*. Picos, PI: EDUFPI, 2020. p. 63-89.

SILVA, M. A. B. R. **Educação do campo e agroecologia: continuidades e rupturas na história do Assentamento Vereda II – Padre Bernardo-GO**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SILVA, M. S. P. *et al.* Extensão popular na atualidade dos direitos do povo indígena Gamela na “última fronteira agrícola”, no Piauí. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, MG, v. 21, n. 3, p. 118-140, 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/64725>. Acesso em: 14 out. 2023.

SILVA, V. R. **A complexidade da agroecologia no caminhar para agroecossistemas e sociedades sustentáveis: uma mirada desde o semiárido de Pernambuco**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

SILVA, V. R. *et al.* Projeto Semeando Agroecologia: uma experiência de integração entre ensino, pesquisa e extensão universitária. *In: PEREIRA, K. A. et al. (org.). Faz escuro, mas cantamos: agroecologia e política no sul do Piauí*. Curitiba: CRV, 2021. p. 93-106.

SOUSA, R. P. Agroecologia e educação do campo: desafios da institucionalização no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v. 38, n. 140, p. 631-648, 2017.

SOUSA, T. B.; SILVA, V. R. Saber-fazer camponês e gestão dos agroecossistemas na Comunidade Lourenço em Redenção do Gurgueia – PI. *In: SILVA, F. C.; SILVA, M. F.; SANTOS, M. F. (org.). Ciências humanas e sociais*. Teresina: EDUFPI, 2022. p. 91-104. (Educação do Campo: perspectivas plurais e emergentes; v. 2)

SOUSA, T. B. **Pelos chãos do ecótono Cerrado-Caatinga: os modos de vida camponês e a salvaguarda da socioagrobiodiversidade no sudoeste do Piauí**. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

SOUZA, S. M. R.; FREITAS, B. M. C. A questão agrária, o campesinato e a construção da agroecologia no território piauiense. *In: PEREIRA, K. A. et al. (org.). Faz escuro, mas cantamos: agroecologia e política no sul do Piauí*. Curitiba: CRV, 2021. p. 43-62.

STEDILE, J. P. Reforma agrária. *In: CALDART, R. S. et al. (org.). Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: EPSJV, Expressão Popular, 2012. p. 659-668.

STEFANO, D.; LIMA, D.; MENDONÇA, M. L. **Especulação com terras na região Matopiba e impactos socioambientais**. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2020. Disponível em: https://www.social.org.br/files/pdf/RelatorioREDE_NOV2020.pdf.

SVAMP, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. São Paulo: Ed. Elefante, 2019.

TARDIN, J. M.; GUHUR, D. M. P. Agroecologia: uma contribuição camponesa à emancipação humana e à restauração revolucionária da relação metabólica sociedade-natureza. In: MOLINA, M. C. et al. (org.). **Análise de práticas contrahegemônicas na formação dos profissionais de ciências agrárias**: reflexões sobre o Programa Residência Agrária. Vol. II. Brasília: Ed. UnB, 2017. p. 44-99.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **A memória biocultural**: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

TPP – TRIBUNAL PERMANENTE DOS POVOS. Sessão Cerrado. **A acusação de ecocídio contra o Cerrado e de genocídio dos seus povos**. Goiânia, 2021. Disponível em: <https://tribunaldocerrado.org.br/sessao-cerrado/>. Acesso em: 26 dez. 2022.

VILLAS BÔAS, R. L.; PEREIRA, K. A. Formação estética e organização social: teatro na Licenciatura em Educação do Campo. **Rev. Conhecer - Debate entre o público e o privado**, Fortaleza, v. 9, n. 23, p. 63-93, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/1041>.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo, RS: EDUPF, 1999. p.. 23-56.

WEZEL, A. *et al.* Agroecology as a science, a movement and a practice: a review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 29, n. 4, p. 503-515, 2009.

WOLFORD, W. The plantationocene: a lusotropical contribution to the theory. **Annals of the American Association of Geographers**, v. 111, n. 6, p. 1622-1639, 2021.

Apêndice – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “EDUCAÇÃO DO CAMPO, AGROECOLOGIA E O MODO DE VIDA CAMPONÊS: UMA ANÁLISE SOBRE AS PRÁTICAS DE ATUAÇÃO DOS EGRESSOS DA LEdoC/UFPI/CPCE”, de responsabilidade de RAILSON BORGES LIMA, estudante de *mestrado*, da *Universidade de Brasília*. O objetivo desta pesquisa é analisar as contribuições da agroecologia para a territorialização e fortalecimento do modo de vida camponês na mesorregião de Bom Jesus, sul do Piauí, a partir da análise da práxis dos egressos da LEdoC/UFPI/CPCE. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de *questionários e entrevistas semiestruturadas*. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa pode implicar em riscos tais como: cansaço ou aborrecimento ao responder questionários; medo, vergonha, estresse e quebra de sigilo. Esses riscos serão minimizados com as seguintes estratégias: Diagnóstico interno para avaliar o ambiente que será realizado às entrevistas, mapear formas de controle dos riscos, elaboração de um plano de ação com apresentação de códigos de ética para prevenção e monitoramento de possíveis riscos.

Espera-se com esta pesquisa contribuir para a territorialização da agroecologia no Sul do Piauí, bem como para a visibilização das práticas agroecológicas desenvolvidas pelos egressos do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Piauí, *Campus Bom Jesus* e de que maneira essas práticas estão contribuindo para o fortalecimento e manutenção do modo de vida camponês.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 89 98131-4619 ou pelo e-mail railsonborges162016@gmail.com.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de *roda de conversa*, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br ou pelo telefone: (61) 3107 1592.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com você.


Assinatura do/a pesquisador/a

Assinatura do/da participante

Brasília, 25 de outubro de 2022

Anexo 1 – Roteiro de entrevistas semiestruturadas com os egressos da LEdoC/CPCE

Qual seu nome?

Qual seu gênero?

Como você gostaria de ser identificado na pesquisa?

Ano de ingresso e conclusão do curso?

Quais espaços você atua? Quais atividades desenvolve?

Você desenvolveu alguma prática agroecológica durante o curso ou continua desenvolvendo? Se sim, quais e em quais espaços? Qual período e quais métodos utilizou/utiliza?

Você considera que sua atuação e as práticas agroecológicas que você desenvolve contribuem para fortalecer o modo de vida das comunidades, de sua família ou para territorialização da agroecologia? Se sim, como?

Quais são os desafios enfrentados nesse processo de territorialização?

Como você percebe os conflitos e impactos do agronegócio sobre os modos de vida das comunidades camponesas?

Anexo 2 – Carta ao Núcleo de Agroecologia e Arte do Vale do Gurgueia - NAGU

Universidade Federal do Piauí
Bom Jesus, Piauí
64900-000

Assunto: Convite para Parceria no Seminário Piauiense de Agroecologia 2024

Prezados membros do Núcleo de Agroecologia e Arte de Vale do Gurgueia - NAGU,

Esperamos que esta carta os encontre com saúde e vigor. É com grande entusiasmo e espírito colaborativo que viemos compartilhar uma iniciativa de suma importância para a promoção e disseminação da agroecologia em nossa região.

Nós, a comissão composta por Eduardo Santana, Thaynan Alves, Milena Ayalla, Railson Borges, Taynara Fernandes, Marciel Rocha, Jacira Chaves, Dário Santana e Vitória Oliveira, temos o prazer de informar que estamos organizados e comprometidos com a realização do Seminário Piauiense de Agroecologia, o qual está previsto para ser sediado em Bom Jesus - PI no ano de 2024.

O objetivo central deste seminário é proporcionar um espaço de encontro e aprendizado entre agricultores, pesquisadores, educadores, estudantes e todos aqueles interessados na promoção da agroecologia como uma alternativa sustentável e resiliente para a produção de alimentos saudáveis e envolvimento sustentável com a natureza. Almejamos criar um ambiente de troca de conhecimentos, experiências e práticas que possam contribuir para o fortalecimento das práticas agroecológicas em nossa região.

Conscientes da expertise e do comprometimento do NAGU na promoção da agroecologia e suas interfaces artísticas, reconhecemos o potencial de uma parceria sólida e enriquecedora. Gostaríamos de convidá-los a se unirem a nós nessa empreitada, compartilhando conhecimentos, auxiliando na elaboração da programação, contribuindo com palestras, oficinas e exposições artísticas que estejam alinhadas com os princípios da agroecologia.

Acreditamos que, por meio dessa colaboração, poderemos enriquecer o conteúdo e a experiência do seminário, ampliando seu alcance e impacto na comunidade local e regional. Sua participação seria uma honra para nós, é uma contribuição valiosa para o sucesso desse evento.

Para dar continuidade a essa conversa e discutir os detalhes dessa possível parceria, ficaremos muito gratos se podermos agendar uma reunião. Estamos abertos a sugestões, ideias e contribuições que possam enriquecer o Seminário Piauiense de Agroecologia.

Agradecemos desde já pela atenção e pelo trabalho inspirador que o NAGU realiza em prol da agroecologia e da cultura. Aguardamos ansiosamente a oportunidade de discutir essa parceria e avançar juntos na construção desse importante evento.

Atenciosamente,

Comissão Organizadora do Seminário Piauiense de Agroecologia

Anexo 3 – Trabalhos de Conclusão de Curso dos egressos da LEdoC/UFPI/CPCE vinculados ao NAGU

Egresso	Título do TCC	Palavras-chave	Ano de conclusão
Adriana Dias de Sousa	Impérios alimentares e segurança alimentar: as contradições da relação produção-consumo na Comunidade Morrinhos, Santa Luz/PI. https://www.journals.ufrpe.br/index.php/BJAS/article/view/2945/482483650	Campesinato. Agroecologia. Impérios Agroalimentares. Soberania Alimentar.	2019
Ana Maria Abade do Lago	“Homem cordial”: uma análise na comunidade Brejo da Conceição- Currais-PI	Homem cordial; laços afetivos; esfera público e privado.	2018
Elizabeth Alves Carvalho	Memória das transformações do modo de vida dos moradores da comunidade Alto Alegre, Santa Luz, Piauí, entre 1986 e 2018.	Memória Coletiva e Individual. Transformação. História Oral. Ressentimentos.	2019
Francisca Herilene Oliveira	Uso de Agrotóxico ou Controle Agroecológico de Pragas e Doenças da Agricultura? Uma Reflexão a partir do Município de Alvorada do Gurguéia -PI https://journals.ufrpe.br/index.php/BJAS/issue/view/250/59	Agroecologia. Manejo agroecológico. Vale do Gurguéia	2019
Igor Figueiredo da Silva	Impactos Socioambientais no Entorno da Lagoa Grande em Cristino Castro, PI https://journals.ufrpe.br/index.php/BJAS/issue/view/377/90	Impacto Ambiental. Assoreamento. Relação Sociedade x Natureza. Percepção Ambiental.	2019
Jacira Chaves de Sousa Castro	O potencial pedagógico do audiovisual na (des)territorialização camponesa: um estudo no sul do PI	audiovisual;(des)territorialização; MATOPIBA; pesquisa – ação; camponeses.	2021
Luziene Francisco da Silva	Seminário integrador: articulação entre saber científico e saber popular para fortalecimento da Educação do Campo https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/LIVRO_EDUCA%C3%87%C3%83O_DO_CAMPO_-_ALEXANDRE20200914110244.pdf	Seminário integrador, saber científico, saber popular, Educação do Campo	2020
Marciel	As recordações da fome de 1932: o que se lembra dela atualmente em Currais/PI	Fome; Seca e Memória.	2022
Maria Raimunda Borges Falcão.	Memória de mulheres camponesas: um estudo de caso da família Borges na década de 50 a 60 afetada pelo machismo no contexto rural.	memória, mulheres camponesas, família borges, machismo	2021

Taynara Fernandes da Silva	Pré-ENEM popular e democratização da universidade: desafios da participação popular e da formação de professores	Pré-ENEM. Democracia Participativa. Formação de Professores. Extensão Universitária.	2022
Thaynan Alves dos Santos	O consumo de música na comunidade camponesa Piripiri: sonoridades híbridas nas relações entre os sujeitos (décadas de 1960 e 1970)	indústria cultural, hibridismo, consumo musical, identidade	2021
Thiago Batista de Sousa	Saber-fazer camponês e gestão dos agroecossistemas na comunidade Lourenço em Redenção do Gurguéia - PI https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/EDUFPI/24FEV_Educa%C3%A7%C3%A3o_do_Campo_-_Perspectivas_Plurais_e_Emergentes_-_VOLUME_II_1.pdf	Agroecologia. Campesinato. Resistência Camponesa. Saberes Tradicionais. Vale do Gurguéia.	2020
Vanessa Borges Tavares	Impactos das colonialidades do poder, do saber, do ser e da natureza no modo de vida e de produção camponesa da comunidade Riacho dos Cavalos, Monte Alegre, Piauí	Campesinato. Descolonização. Teorias pós-coloniais.	2022
Werana de Sousa Oliveira	Análise dos Agroecossistemas e o Modo de Vida Camponês na Comunidade Panasco, Cristino Castro/PI.	Agricultura Familiar. Agricultura camponesa. Agroecologia. Sul do Piauí.	2018

Fonte: Elaborado pelo autor.

Anexo 4 – Vídeos/documentários produzidos pelos egressos no âmbito do projeto Cenas Camponesas

Edição/produção	Título do documentário	Resumo	Endereço eletrônico	Ano
Francisco Alves de Oliveira Júnior/ Coletivo Cenas Camponesas	A Peste	Vídeo produzido pelo projeto de extensão Covid-19 - Arte, Agroecologia e Comunicação: práticas para (re)existir à pandemia, junto à alunos do campus Bom Jesus e Teresina.	https://www.youtube.com/watch?v=w-SFWh_M1CM&t=18s	2020
Railson Borges Lima e Jacira Chaves de Sousa Castro	Chapéu, Perneira e Gibão	Vídeo produzido por a Escola de Teatro Político e Vídeo Popular Cenas Camponesas.	https://www.youtube.com/watch?v=2pr_tb3unWg&t=6s	2022
Jacira Chaves de Sousa Castro	Madrugada Camponesa	Mística de abertura do evento "Diálogos e convergências agroecológicas: do cerrado à caatinga".	https://www.youtube.com/watch?v=EamF-tpbOF0	2022
Javé Montuchô e Railson Borges Lima	IV Mostra Terra em Cena e na Tela	O vídeo documenta a IV Mostra Terra em Cena e na Tela de teatro político e vídeo popular. O evento ocorreu entre os dias 9 e 11 de maio de 2019 na UFPI/Campus Bom Jesus e foi realizado pelos grupos de pesquisa e extensão da Universidade de Brasília (Terra em Cena) e da Universidade Federal do Piauí (Cenas Camponesas/Núcleo de Agroecologia e Artes do Vale do Gurguéia), bem como pela CPT e MPA.	https://www.youtube.com/watch?v=Ujfnm9j6snE&t=24s	2020
Jacira Chaves de Sousa Castro e Marcela Gomes	O esperto que pega a terra	Documentário produzido no âmbito do curso "Vídeo Popular Camponês", da Escola de Teatro Político e Vídeo Popular do PI "Cenas Camponesas", que trata da expropriação das terras dos povos e comunidades do campo no sul do PI pela capital.	https://www.youtube.com/watch?v=KENUNPcBBjc&t=6s	2022

<p>Railson Borges Lima e Jacira Chaves de Sousa Castro</p>	<p>Saber, trocar, lutar - a experiência do Seminário Integrador da LEdoC</p>	<p>Vídeo-arte produzido a partir do Poema do Milho, obra poética de Cora Coralina, no âmbito do projeto Cenas Camponesas, em parceria com estudantes da licenciatura em Educação do Campo da UFPI/Bom Jesus.</p>	<p>https://www.youtube.com/watch?v=RHtAIPf7T-o</p>	<p>2022</p>
<p>Jayza Nerys, Joandra Keetlym e Simone do Lago</p>	<p>Rezar e resistir para existir</p>	<p>Este vídeo tem o intuito de demonstrar como aos poucos a cultura camponesa e religiosa vai perdendo sua força e o quanto precisamos resistir para existir.</p>	<p>https://www.youtube.com/watch?v=YUc_QfAod4I</p>	<p>2022</p>
<p>Railson Borges Lima e Júlio Jacobina</p>	<p>Saber, Trocar, Lutar: a experiência do seminário integrador da LEdoC</p>	<p>O presente vídeo sistematiza o Seminário Integrador da LEdoC UFPI/CPCE que aconteceu no Território de Gilbués/PI, Brasil, no período de 19 a 21 de abril de 2018. O processo de sistematização em vídeo foi realizado por estudantes que compõem o projeto de extensão Cenas Camponesas usando celular.</p>	<p>https://www.youtube.com/watch?v=BWg7fJ92uPM&t=5s</p>	<p>2018</p>

Anexo 5 – Matriz curricular do curso da LEdoC - Ciências Humanas e Sociais

1º SEMESTRE – BLOCO I

Código	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	Total
	Seminário de Introdução ao Curso	1.0.0	15	-	-	15
	Metodologia Científica	3.1.0	45	15	-	60
	História da Educação	3.1.0	45	15	-	60
	Introdução aos Estudos Históricos	3.1.0	45	15	-	60
	Introdução aos Estudos Geográficos	3.1.0	45	15	-	60
	Introdução à Sociologia	3.1.0	45	15	-	60
	Introdução à Filosofia	3.1.0	45	15	-	60
	Seminário Integrador I	0.0.1	-	-	15	15
Total		19.6.1	285	90	15	390

2º SEMESTRE – BLOCO II

Código	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	Total
	Sociologia da Educação	3.1.0	45	15	-	60
	Filosofia da Educação	3.1.0	45	15	-	60
	Iniciação à Antropologia	3.1.0	45	15	-	60
	Iniciação à Política	3.1.0	45	15	-	60
	Formação Econômica do Brasil	3.1.0	45	15	-	60
	Organização Espacial do Brasil I	3.1.0	45	15	-	60
	Seminário Integrador II	0.0.1	-	-	15	15
Total		18.6.1	270	90	15	375

3º SEMESTRE – BLOCO III

Código	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	Total
	Ética na Educação	3.1.0	45	15	-	60
	Legislação e Organização da Educação Básica e do Campo	3.1.0	45	15	-	60
	Sociologia Brasileira	3.1.0	45	15	-	60
	História, Identidade e Memória dos povos do Campo	3.1.0	45	15	-	60
	História Agrária	3.1.0	45	15	-	60
	Geografia Agrária	3.1.0	45	15	-	60
	Seminário Integrador III	0.0.1	-	-	15	15
Total		18.6.1	270	90	15	375

4º SEMESTRE – BLOCO IV

Código	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	Total
	Didática	3.1.0	45	15	-	60

	Psicologia da Educação	3.1.0	45	15	-	60
	História e Movimentos Sociais	3.1.0	45	15	-	60
	Estado, Cidadania e Democracia	2.1.0	30	15	-	45
	Sociologia Rural e Ambiental	3.1.0	45	15	-	60
	Organização Espacial do Nordeste	3.1.0	45	15	-	60
	Seminário Integrador IV	0.0.1	-	-	15	15
	Total	17.6.1	255	90	15	360

5º SEMESTRE – BLOCO V

Código	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	Total
	Avaliação da Aprendizagem	3.1.0	45	15	-	60
	Metodologia de Ensino de Ciências Humanas e Sociais	2.2.0	30	30	-	60
	Meio Ambiente e Relações Sociais	2.1.0	30	15	-	45
	Pensamento Social e Político no Brasil	2.1.0	30	15	-	45
	Desenvolvimento Sustentável no Campo	2.1.0	30	15	-	45
	Filosofia e Linguagem	2.1.0	30	15	-	45
	Estágio Curricular Supervisionado I	0.0.5	-	-	75	75
	Seminário Integrador V	0.0.1	-	-	15	15
	Total	13.7.6	195	105	90	390

6º SEMESTRE – BLOCO VI

Código	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	Total
	Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade	3.1.0	45	15	-	60
	Libras	3.1.0	45	15	-	60
	Prática de Pesquisa e Extensão em Escolas do Campo	2.2.0	30	30	-	60
	Organização e Gestão da Produção do Campo	2.1.0	30	15	-	45
	Estágio Curricular Supervisionado II	0.0.6	-	-	90	90
	Optativa I	3.1.0	45	15	-	60
	Seminário Integrador VI	0.0.1	-	-	15	15
	Total	10.5.7	150	75	105	390

7º SEMESTRE – BLOCO VII

Código	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	Total
	Prática de Pesquisa e Extensão em Movimentos Sociais	3.1.0	45	15	-	60
	Agroecologia e Desenvolvimento Rural	2.1.0	30	15	-	45
	Trabalho de Conclusão de Curso I	1.3.0	15	45	-	60
	Estágio Curricular Supervisionado III	0.0.8	-	-	120	120

	Optativa II	3.1.0	45	15	-	60
	Optativa III	3.1.0	45	15	-	60
	Seminário Integrador VII	0.0.1	-	-	15	15
	Total	9.6.10	135	90	135	420

8º SEMESTRE – BLOCO VIII

Código	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			Total
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	
	Memória, Discurso e Sociedade	2.1.0	30	15	-	45
	Trabalho de Conclusão de Curso II	1.3.0	15	45	-	60
	Estágio Curricular Supervisionado IV	0.0.8	-	-	120	120
	Optativa IV	3.1.0	45	15	-	60
	Seminário Integrador VIII	0.0.1	-	-	15	15
	Total	6.5.10	90	75	135	300

OPTATIVAS

Código	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			Total
			Teórico	Prático	Teórico-prático	
	Organização Espacial do Brasil II	3.1.0	45	15	-	60
	Geografia Agrária II	3.1.0	45	15	-	60
	Gestão e Organização do Trabalho Escolar	3.1.0	45	15	-	60
	Educação do Campo e Movimentos Sociais	3.1.0	45	15	-	60
	Aspectos Teórico-metodológicos da Educação de Jovens e Adultos	3.1.0	45	15	-	60
	Tecnologias aplicadas ao Ensino	3.1.0	45	15	-	60
	Fundamentos da Educação Inclusiva	3.1.0	45	15	-	60
	Teorias da Aprendizagem	3.1.0	45	15	-	60
	Educação à Distância	3.1.0	45	15	-	60
	Temas e Práticas Transversais	3.1.0	45	15	-	60

Fonte: PPC da LEdoC - Ciências Humanas e Sociais, 2013.